



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - UFRPE

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO – FUNDAJ

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURAS E IDENTIDADES – PPGEI

DANIELLA LIMA SILVA

**“NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE FICAVA SENTADO
DE CASTIGO”: Uma análise da medida socioeducativa em meio aberto
Olinda (2019)**

RECIFE

2022

DANIELLA LIMA SILVA

**“NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE FICAVA SENTADO
DE CASTIGO”: Uma análise da medida socioeducativa em meio aberto
Olinda (2019)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco e da Fundação Joaquim Nabuco objetivando a vivência da defesa, sob a orientação do Prof. Dr. Humberto da Silva Miranda.

RECIFE

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586n"

Silva, Daniella Lima

"NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE FICAVA SENTADO DE CASTIGO": Uma análise da medida socioeducativa em meio aberto Olinda (2019) / Daniella Lima Silva. - 2022.
135 f. : il.

Orientador: Humberto da Silva Miranda.
Inclui referências e apêndice(s).

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades, Recife, 2022.

1. Adolescências. 2. Memórias. 3. Prestação de Serviços à Comunidade. 4. Vivências. I. Miranda, Humberto da Silva, orient. II. Título

CDD 370

**“NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE FICAVA SENTADO
DE CASTIGO”: Uma análise da medida socioeducativa em meio aberto
Olinda (2019)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco e da Fundação Joaquim Nabuco objetivando a vivência da defesa, sob a orientação do Prof. Dr. Humberto da Silva Miranda.

Prof. Dr. Humberto da Silva Miranda (Orientador)
UFRPE – FUNDAJ

Prof. Dr. Hugo Monteiro Ferreira (Examinador Titular Interna)
UFRPE-FUNDAJ

Prof. Dr. Ailton José Morelli (Examinador Titular Externo)

Dedico esta pesquisa a menina Ru;
E, aos meninos Ivan, Mago, Victor e Acinho.

AGRADECIMENTOS¹

Ao Fernando, que com seu “vamos que vamos” me fez chegar até aqui;
A Tetê que me ensinou a brincar com as palavras e rir dos meus erros;
Ao Arthur que me mostrou que pesquisa é amor;
Ao Eduardo pelas indicações para aulas, viva o seu espírito solidário;
A Michele por me fazer desprender o choro, não ter medo de chorar, de pôr pra fora;
A Ana Júlia, por levantar meu astral;
Ao Marcelo pela paz transmitida;
A Jacque por ser a irmã que os bons ventos presentearam;
A Larissa por me estender as mãos quando precisei fazer os gráficos desta dissertação. Ela tem perfume de humildade;
A Una por trazer irreverência;
A Renatha Costa por mostrar que devemos respeitar nossos limites;
A Renata Brasileiro por me encantar com o Conde Só brega, “*ninguém é perfeito e a vida é assim*” e, pelo livro O Tempo das Tribos de Maffesoli, ele, inclusive, compõe o referencial teórico desta dissertação;
A Raiane por me presentear com levezas;
A Marta por valorizar meu artesanato e compartilhar os dela;
A Mari por toda doçura e pela surpresa com o livro A Arte de Correr na Chuva de Garth Stein, que vou levar para vida;
A Maitê por nos abençoar com uma criança;
Ao Henrique pela confiança;
Ao Helder por ser ele mesmo;
A Gleyce por sorrir das dificuldades do ensino remoto;
A Ana Maria por me ensinar sobre o Comitê de Ética;
Agradeço a toda turma!
A Seve por me ajudar no momento de desemprego e relatar sua história de superação, por mais Severinas nas pesquisas!
A todos/as/es do corpo docente pelas partilhas. Do que adiantaria entrar em alto mar sem a companhia de experientes marinheiros (as)?
Em especial, ao professor orientador Humberto, por ser inspiração!

¹ A ordem aqui disposta não altera a dimensão da gratidão.

A professora Flávia Perez por ter me apresentado belezas para além da academia: o programa Cognvox e o Bordando pelo cuidado.

Ao professor Hugo, por me fazer enxergar força na fraqueza, visão que precisa além dos olhos.

A professora Patrícia que coordenou o mestrado no período desta dissertação florir e ensinou, entre tantas coisas, que infância é inaugurar;

Ao professor Ailton Morelli pelas contribuições nesta dissertação;

A Márcia que além de secretária expressa um coração amigo;

A todos/as/es do CREAS Olinda pela confiança recíproca;

A Lídia Vidigal, por expressar em desenhos humanizados a abertura dos três capítulos deste trabalho;

A minha família (painho, mainha e Bela) por me olharem no mestrado com o mesmo encanto de quando recebi meu anelzinho do ABC;

A todos os bichinhos de estimação que fizeram parte desse processo, em especial, Mel, Estrela e Frida;

A todas as artesãs que costuraram comigo e me alfabetizaram nas linhas e agulhas em paralelo a escrivência desta pesquisa;

A menina Ru e os meninos Ivan, Mago, Victor e Acinho, pois sem a oportunidade de conhecer a história deles este trabalho nem existiria;

A uma grande amiga chamada Marília Villarouco, simplesmente uma das pessoas que mais admiro na vida;

Ao mar, por ter me ensinado a beleza do silêncio, pois era quando eu me calava que conseguia ouvir suas ondas, realmente eu precisava estar preparada para escutar sensivelmente os silêncios;

As surpresas da vida, ao inesperado e tudo que me tirou do eixo, pois esta pesquisa é sair da zona de conforto, é razão e emoção (não acredito na dicotomia razão e emoção, mas na proposta de uma razão sensível);

A Luciana Rodrigues, pela fotografia da Orla de Olinda (figura 7 deste trabalho) e por trazer essa força súbita e intensa como as ondas batendo nas pedras;

Aos caminhos que me encontrei e me perdi;

A Dona Maria que benzeu este trabalho com raminhos de alecrim.

Esta dissertação é também de cada um (a) de vocês!

E um Salve ao menino Ivan, nosso Sem pernas, que virou estrela no céu durante a escrita desta dissertação!

Diálogos com Capitães da Areia

Capitães da Areia foi escrita pelo baiano Jorge Amado e publicada em 1937. Censurada pelo governo de Getúlio Vargas. Jorge Amado, inclusive, foi preso durante a Ditadura Militar. Escrevivência de denúncia social sobre a miséria dos meninos de rua. Na liderança de Pedro Bala, menino que descobre o poder da reivindicação coletiva. Junto com João Grande, pelo seu senso de proteção e justiça. E, por vidas como a de Sem-Pernas que no reformatório era chicoteado e corria em círculos. Durante assalto, se viu perseguido por muitos policiais e se suicidou para não ser capturado e voltar ao reformatório. Pirulito, por sua vez, é um dos meninos que experencia, nesse contexto, a fé. Através do humilde padre José Pedro, apesar de suas ações não serem aceitas pela igreja. As vidas desses personagens se entrelaçam com a vida dos meninos da pesquisa. (Seriam vidas ou sobrevivências?) Há outros personagens, há muitos outros meninos. Através de uma costura dialógica, convido a (re) pensar a Prestação de Serviços à Comunidade. A pesquisadora.

Resumo

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais. Diante do contexto de redes locais pouco estruturadas para acolher o menino, além da resistência e estigmatização, tem-se o desafio do ambiente no qual a medida será cumprida ser conforme ao perfil do socioeducando e em condições que garantam a efetividade da medida. Tais obstáculos interferem na garantia do serviço ser prestado à comunidade e perpassam a problemática de tentar sanar possíveis lacunas da instituição. O objetivo geral da presente dissertação, consta de analisar as vivências educativas dos meninos em cumprimento da medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade no Centro Histórico de Olinda – PE, em 2019. E, especificadamente, objetivam-se: debater o conceito de Prestação de Serviços à Comunidade a partir dos meninos que a vivenciaram, no município de Olinda/Pernambuco; analisar o discurso sobre as atividades de Prestação de Serviços à Comunidade em Olinda através de entrevistas narrativas produzidas pelos meninos que cumpriram esta medida socioeducativa; e, discutir a relação entre educação regular e a medida socioeducativa de prestação de serviço comunitária executada pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS). Nessa perspectiva, caminha-se para a seguinte questão problema norteadora: quais as memórias dos meninos a partir de suas vivências com a Prestação de Serviços à Comunidade? Esta pergunta-bússola se direciona ao primeiro capítulo desta dissertação buscando os caminhos metodológicos que levam ao mais próximo das respostas e, concomitante, outras indagações sobre a PSC em Olinda/Pernambuco. Como, qual o conceito de PSC pelos meninos e como se caracteriza a relação entre educação regular e a medida socioeducativa de prestação de serviço comunitária executada pelo até então único CREAS do referido município, o que pode ser verificado na construção do capítulo 2 deste trabalho. Por sua vez, o capítulo 3 contribui com a análise do discurso sobre as atividades da Prestação de Serviços à Comunidade, considerando aspectos históricos e as memórias dos meninos que a vivenciaram. Sendo didaticamente o último capítulo, mas não com um fim em si mesmo. Pois, os próprios meninos Ivan, Mago, Victor e Acinho continuarão ressignificando suas memórias quanto à vivência da PSC à medida que seguem aprendendo e atrelando novos significados. Partimos do pressuposto que os meninos ao vivenciarem a Prestação de Serviços à Comunidade têm distintas percepções a partir de suas vivências que, às vezes, contrariam até mesmo o Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim, qual a relação com às comunidades a quem prestam serviços e quais as atividades realizadas, são algumas pontuações debatidas neste trabalho através da própria fala dos meninos. Analisando o discurso a partir dos teóricos: Maffesoli, Edson Passetti e Foucault. Contribuindo também com a desconstrução dos estigmas da PSC no que tange a ilusória comparação da mesma com o trabalho e ainda em função da missão organizacional. Em suma, as memórias aqui compartilhadas, que envolvem punição, castigo, coerção e medo, apontam a necessidade de mais estudos das vivências da PSC em outros municípios, bem como há uma abertura das possibilidades de avançar em aparatos que detalhem as atividades a serem desenvolvidas nesse contexto.

Palavras-chave: Adolescências. Memórias. Prestação de Serviços à Comunidade. Vivências.

Abstract

According to the Child and Adolescent Statute (ECA), the Provision of Services to the Community (PSC) consists of performing free tasks of general interest, for a period not exceeding six months, with assistance entities, hospitals, schools and other establishments as well as in community or government programs. Faced with the context of poorly structured local networks to welcome the boy, in addition to resistance and stigmatization, there is the challenge of the environment in which the measure will be implemented, complying with the profile of the student and in conditions that guarantee the effectiveness of the measure. Such obstacles interfere in guaranteeing the service to be provided to the community and permeate the problem of trying to remedy possible gaps in the institution. The general objective of this dissertation is to analyze the educational experiences of boys in compliance with the socio-educational measure of Provision of Services to the Community in the Historic Center of Olinda - PE, in 2019. And, specifically, aim: to debate the concept of Provision Community Services from the boys who experienced it, in the city of Olinda/Pernambuco; analyze the discourse about the activities of Provision of Services to the Community in Olinda through narrative interviews produced by the boys who fulfilled this socio-educational measure; and, discuss the relationship between regular education and the socio-educational measure of community service provision carried out by the Specialized Reference Center in Social Assistance (CREAS). From this perspective, the following guiding question is addressed: what are the memories of the boys from their experiences with the Provision of Services to the Community? This compass-question addresses the first chapter of this dissertation, seeking the methodological paths that take the closest to the answers and, concomitantly, other inquiries about the PSC in Olinda/Pernambuco. How, what is the concept of PSC by the boys and how is characterized the relationship between regular education and the socio-educational measure of providing community service carried out by the only CREAS in that municipality, which can be verified in the construction of chapter 2 of this work. In turn, chapter 3 contributes to the analysis of the discourse on the activities of the Provision of Services to the Community, considering historical aspects and the memories of the boys who experienced it. Didactically being the last chapter, but not with an end in itself. Well, the boys Ivan, Mago, Victor and Acinho will continue to re-signify their memories when they experience the PSC as they continue to learn and attach new meanings. We assume that when boys experience the Provision of Services to the Community, they have different perceptions based on their experiences that, at times, even go against the Child and Adolescent Statute. Thus, what is the relationship with the communities to which they provide services and what activities are carried out, are some points debated in this work through the boys' own speech. Analyzing the discourse from the theorists: Maffesoli, Edson Passetti and Foucault. Also contributing to the deconstruction of the stigmas of the PSC regarding the illusory comparison of it with work and also in terms of the organizational mission. In short, the memories shared here, which involve punishment, punishment, coercion and fear, point to the need for more studies on the experiences of the PSC in other municipalities, as well as an opening of possibilities for advancing in apparatus that detail the activities to be developed in this context.

Keywords: Adolescence. Memoirs. Provision of Services to the Community. Experiences.

Lista de Ilustrações

Figura 1. Pintura na parede do CREAS.	25
Gráfico 1. Regiões dos vinte e três (23) trabalhos pesquisados em Educação.	28
Figura 2. Local da Pesquisa dos vinte e três (23) trabalhos pesquisados em Educação.	29
Quadro 1. Denominações estigmatizantes presentes nos trabalhos pesquisados em Educação.	31
Figura 3. Mapa de Olinda.	49
Quadro 2- Bairros de Olinda por RPA.	49
Figura 4. Pintura pelos meninos do CREAS.	51
Gráfico 2. Adolescentes em MSE Meio Aberto em Pernambuco do sexo masculino.	54
Gráfico 3. Adolescentes em MSE Meio Aberto em Pernambuco do sexo feminino.	55
Gráfico 4. Adolescentes em PSC Olinda-PE (2017) por cor.	56
Gráfico 5. Adolescentes em PSC Olinda-PE (2018) por cor.	57
Gráfico 6. Adolescentes em PSC Olinda-PE (2019) por cor.	58
Gráfico 7. Adolescentes em PSC Olinda-PE (2017, 2018 e 2019) por gênero.	59
Figura 5. O menino Victor, nosso Pedro Bala.	75
Figura 6. Mensagem pictórica do menino Acinho.	83
Figura 7. Orla de Olinda num fim de tarde.	87
Figura 8. Mensagem pictórica do menino Mago.	90
Quadro 3. Atividades de PSC trazidas nas memórias dos meninos.	93
Quadro 4. Atividades de preferência dos meninos trazidas no PIA.	93

Lista de Siglas

BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LA	Liberdade Assisitda
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MA	Meio Aberto
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MSE	Medida Socioeducativa
PIA	Plano Individual de Atendimento
PME	Plano Municipal de Educação
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSC	Pretação de Serviços à Comunidade
RPA	Regiões Políticas-Administrativas
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

ABRINDO ESPAÇOS DE DEBATE SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE	14
Objetivos	18
Objetivo Geral	18
Objetivos Específicos	18
Questão Problema	18
Argumento dialógico	20
Justificativas	21
CAPÍTULO 1. CAMINHOS METODOLÓGICOS	23
Pesquisas anteriores, o que dizem?	27
Questionário	35
Entrevistas Narrativas	37
Análise do Discurso	41
Cuidados Éticos	44
CAPÍTULO 2. “PARA MIM SERVIÇO COMUNITÁRIO SERIA SERVIÇOS GERAIS”: Quem são os sujeitos de direitos que definem a Prestação de Serviços à Comunidade e, de onde eles vem?	47
Caracterização do município de Olinda com ênfase no Centro Histórico	48
Quem são os meninos e meninas de PSC em Olinda (2017-2019)	51
Os protagonistas da pesquisa: Não são de Jorge Amado, mas são como outros meninos de Capitães da Areia	59
Costurando: Escola, PSC e CREAS	61
CAPÍTULO 3. ANALISANDO AS ENTRE-VISTAS: Os meninos Victor, Acinho, Ivan e Mago, nossos Capitães da Areia	74
Pedro bala, o menino Victor	75
João Grande, o menino Acinho	80
Sem pernas, o menino Ivan	84
Pirulito, o menino Mago	88
CONSIDERAÇÕES NEM SEMPRE FINAIS DAS DESCOBERTAS	92
Compartilhando os achados	93
Contribuições da pesquisadora e dos meninos para a Prestação de Serviços à	97

Comunidade

REFERÊNCIAS	98
APÊNDICE A - Recomendações Oficiais publicadas no Diário Oficial da União referentes à PSC na Pandemia.	107
APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).	109
APÊNDICE C- Questionário aos meninos e meninas que vivenciaram a PSC em Olinda em 2019.	111
APÊNDICE D - Roteiro de Entrevista Semiestruturada aos meninos que vivenciaram a PSC em Olinda em 2019.	113
APÊNDICE E- Questionário do menino Acinho.	115
APÊNDICE F- Questionário do menino Victor.	119
APÊNDICE G- Questionário da menina Ru.	123
APÊNDICE H- Questionário do menino Mago.	127
APÊNDICE I- Questionário do menino Ivan.	131
APÊNDICE J– Carta de Anuência	135

ABRINDO ESPAÇOS DE DEBATE SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE

A abertura desta pesquisa é um cordel de apresentação; dos meninos que ensinaram a interrogar mais a PSC e a menina Ru que pelo novo emprego não apresentou disponibilidade para continuar a pesquisa. *“A menina Ru ilustra que pesquisador não precisa de alçapão, mais vale livre seus sujeitos-passarinhos, para escolher se vem ou se vão; E, Victor, Acinho, Ivan e Mago foram aqui vinculados numa obra de Jorge Amado; e com o acolhimento dos Capitães da Areia começamos numa escrita dialógica; àquela que rasga a tradicional lógica; para menino escutar; Veja só esse cenário; O menino Acinho na portaria de castigo; feliz que a diretora da escola ensinou a mexer em ventilador; Fez só até a sétima série, seu doutor; Seu coração gigante fez dos Capitães da Areia, ser o João Grande; Já Victor apanhou de polícia; se sentiu injustiçado; nunca pensou que um dos seus direitos, incluía ser humilhado; Deu a volta por cima e se tornou barbeiro; é nosso Pedro Bala, cuja voz é de coragem armada; Durante a escrevivência desta pesquisa, o menino Ivan foi assassinado; nosso Sem Pernas, no coração de Jorge Amado; Ele só ficava de castigo, organizando pasta e documento; Mal sabiam que ele sabia; Consertar celular e jogar bola; Questionava tanto a PSC, ele é e sempre será o abolicionismo vivo; O menino Mago, é feirante e gosta de gente; mas na frente do computador foi sua PSC; marcando ficha e sendo vigiado, muito medo de se fizesse o contrário; ele teve a chance nesta pesquisa de dizer como foi parar na medida; e perguntar se PSC era para conflito familiar; porque não fazia sentido ele estar lá; Mas ele acredita em mudança e tem a fé do menino Pirulito; Me ensinou que pesquisar é transformar; E eu continuei a esperar; Com Acinho, Victor, Mago e Ivan, o menino que virou estrela.”*²

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, 1990), a Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.(Art. 117, Lei nº 8.069, 1990).

A PSC busca o desenvolvimento de uma ação socioeducativa sustentada junto à comunidade, partindo-se do pressuposto de que a organização social cumpre papel importante na resolução de conflitos entre o indivíduo e a coletividade (SLAKMON; DE VITTO; PINTO, 2005). Para tal, a medida deve privilegiar os serviços de relevância comunitária e a descoberta de novas potencialidades (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do

² Cordel construído pela pesquisadora para apresentar os meninos da pesquisa.

Adolescente; Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006).

Compreende-se, assim, a PSC com um forte aspecto comunitário e educativo, tanto para o(a) menino (a) quanto para a comunidade. Se bem executada, a medida proporciona conhecimento da vida comunitária, de valores e compromissos sociais, de modo que possa encontrar outras possibilidades de convivência, pertinência social e reconhecimento que não seja a prática de infrações.

Através das atividades da PSC podem se desenvolver possibilidades de relações interpessoais por meio da criação de uma disposição de interação coletiva e de cidadania, motivando o (a) menino (a) que cumpre a referida medida socioeducativa à construção de um novo projeto de vida.

Pressupõe-se que o serviço comunitário se trate do provimento de utilidades, dispostas para a satisfação das necessidades gerais (Lei nº 8.069, 1990). Portanto, deve ser considerado como prestação de serviços as tarefas de relevância pública, que visem uma dinâmica educativa que beneficie a eclosão de novas competências e integração social (CONANDA; SEDH, 2006).

O Serviço pode ser uma tarefa, traduzida em atividade física ou mental, mas é importante que a PSC não se confunda com atividades laborais, pois as exigências educativas devem prevalecer. A tarefa desempenhada no cumprimento da medida deve ser resultante da articulação entre a escolha do (a) menino (a) e a oferta posta pelos locais de prestação de serviços, compatibilizando as habilidades dos (as) socioeducandos (as), seus interesses e as demandas comunitárias.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) traz a importante contribuição sobre a associação das atividades a serem realizadas com as habilidades dos meninos, o que permitiu o olhar crítico neste estudo para a seguinte diáde: o descrito no PIA quanto suas competências/aptidões e o que, na prática, vivenciou.

Art. 117. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

Parágrafo único. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho (Lei nº 8.069/1990, grifos nosso).

Durante a presidência de Dilma Vana Rousseff, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), publicou em

2010 o Caderno de Orientações técnicas do Serviço de Medidas Socioeducativas de Meio Aberto, onde:

É necessário que a execução de PSC seja organizada na rede de entidades parceiras publicas ou privadas, onde o adolescente desenvolverá suas atividades, que não se confundem com atividades laborais. O serviço deve ser prestado à comunidade e não à entidade, inclusive para evitar que, por desvio ou abuso na execução, a medida dê margem para exploração do trabalho do adolescente pela entidade, o que reafirma a necessidade de permanente acompanhamento de sua execução. Assim, é importante que sejam selecionadas entidades publicas ou privadas adequadas ao cumprimento das atividades comunitárias vinculadas à medida, com possibilidade de tarefas variadas, ambiente acolhedor e uma boa convivência com o adolescente durante o cumprimento da medida, não sendo permitidas atividades fora do contexto educativo e de cunho constrangedor. (...) As tarefas a serem executadas pelos adolescentes serão prestadas gratuitamente e visam à sua responsabilização, à vivência de valores de coletividade, ao convívio com ambientes de trabalho e ao desenvolvimento de estratégias para a solução de conflitos de modo não violento. (BRASIL, 2010, p.32-33).

Cumprir destacar, ainda, que, como assinalam Digiácomo e Digiácomo (2013), o serviço deve ser prestado “à comunidade”, e não “à entidade”. Logo, a entidade não pode se utilizar da tarefa prestada em substituição aos profissionais da instituição, tampouco fazê-los (as) trabalhar em função da missão organizacional. Nesse contexto é imprescindível compreender o conceito de comunidade.

Comunidade é proveniente do termo *communitas* que tem sua formação baseada nos termos *cum* e *munus*, conforme Esposito (2003, p. 48), que se desdobram nos sentidos de relação com os outros, um estar junto (sentido de *cum*), em uma relação de dar sem receber em troca por dever, obrigação, retribuição (sentido de *munus*), ao qual o autor se refere também como o “centro vazio da comunidade”, o dom de si ao qual o sujeito se sente arrastado por um dever incontornável, porque coincide com o próprio desejo.

Esposito (2003) desacomoda e perturba quando afirma que na comunidade o que une é justamente o que falta aos sujeitos: o vazio compartilhado que opera como elemento essencial da união, do ser-para-os-outros de Heidegger (DUARTE, 2012). Em comunidade, o comum e o próprio se misturam ao mesmo tempo em que o comum é todos terem o impróprio: “*não é o próprio, mas o impróprio – ou mais drasticamente, o outro – o que caracteriza o comum*” (ESPOSITO, 2003, p. 31). Para o comum existir é preciso o outro. Em comunidade, o ser se encontra com o vazio de si mesmo, já que é forçado a sair de si mesmo, a se alterar, viver o estranhamento, desapropriar-se, ausentar-se do próprio. É o ser como ‘entre’, o ser como relação com os outros, em um não pertencimento que é comum.

É uma subjetividade mais vasta, “*uma qualidade que se agrega a natureza dos sujeitos*”, que faz os “*sujeitos de comunidade*” (ESPOSITO, 2003, p. 23), o que ultrapassa a noção de identidade individual. Assim, comunidade se refere a algo maior que a identidade, a um todo, um pleno, uma potência. É um bem, um valor, uma essência que pode ter nos pertencido e ter sido perdida e reencontrada noutra tempo voltando a nos pertencer. Trata-se de uma dialética, segundo o autor, “*de perda e reencontro, alienação e apropriação, fuga e retorno*” (p. 45).

Vattimo (2007), por sua vez, ressalta que a comunidade requer partilha de sentidos, sentir-se bem com o outro, sentir-se parte, sentir-se com o outro, sentir-se pertencente por participar de um mundo. Uma participação em um jogo ou rito coletivo, partilhando a condição humana.

Seja a comunidade de Esposito (sentido de falta, de vazio ou nada em comum; necessidade do impróprio e de se ausentar de si; não pertencimento mútuo e busca de abrigo frente ao niilismo), seja a comunidade de Vattimo (busca de afeto; família ampla; compartilhamento de cultura moral, da condição humana e de sentidos, que teria caráter ancestral), como aponta Bauman, é certo que o homem contemporâneo não se cansa de procurá-la e mesmo de tentar estabelecê-la, almejando ansiosamente por *um “lugar ‘cálido’, um lugar confortável e aconchegante”* para se defender das inseguranças e instabilidades da vida social em tempos de “*modernidade líquida*” (BAUMAN, 2003, p.7).

Assim, a busca de um conceito contemporâneo de comunidade requer que abandonemos uma concepção de lugar sonhado e se assuma a impossibilidade, o inacabamento, a contradição, a condição paradoxal do conceito. A comunidade não requer mais a existência de um local comum. A noção de território se ampliou. Comum não é a geografia física, mas a das ideias, de valores partilhados. O que é comum tende a emergir cada vez menos a partir de tradições e mais espontaneamente, de opções de prazer, de lazer, de convívio, de pensar, de manifestar-se.

Subsidiando em Michel Maffesoli, na pós-modernidade, há um viver apenas o momento, devido ao desencantamento do mundo. Mas, o que dá vida ao cotidiano? De onde emerge o sentimento de religare³? O grupo, onde se compartilham as vivências afetivas. “*O que se torna importante é voltar o olhar em direção a esta vida de todos os dias que, de uma maneira caótica e aleatória, no tédio e na exuberância, prossegue seu caminho de uma maneira obstinada e um tanto imcompreensível*” (MAFFESOLI, 2001, p. 29).

³ Conceito utilizado por Michel Maffesoli que expressa aquilo que dá identidade, que une, através de afinidades, um microgrupo.

A vida em grupo permite que se reconheça no outro a parte que havíamos perdido. Essa parte só vale quando entra em contato com a outra parte. A perda de si está nessa ordem de pensamento, cada pessoa só é reconhecida no outro (...) cada um de nós só vale enquanto está em relação com o outro” (MAFFESOLI, 1989).

“As tribos urbanas salientam a urgência de uma socialidade empática: partilha de emoções, partilha de afetos” (MAFFESOLI, 2006, p.11). A comunidade é um dos conceitos de suma importância, desde o nascimento da Sociologia. Seu debate é contínuo. O principal aspecto do tribalismo é a partilha, a necessidade de viver em grupo, de buscar o comunitário, o estar-junto. Apesar dessa dinâmica se encontrar imbuída de interesses, essas vivências tomam dimensões que fazem com que o homem se veja como um ser social.

O tribalismo se caracteriza enquanto fenômeno que se estrutura a partir de vivências de integração harmônica ou conflitante. Através das vivências em grupo, os pensamentos, as experiências e os modos de sentir compartilhados proporcionam a troca, mesmo que desigual, de aprendizagens que enriquecem o ser humano. (MAFFESOLI, 2001).

Diante desses saberes, os meninos em PSC, colaboradores de tribos que compõem a sociedade contemporânea, vivem o “estar-junto” de forma intensa, sendo nítidos os sinais de identificação através das roupas e tatuagens. E, sendo a Lei do segredo realizada através de pactos que lhes permitem aceitação nos grupos onde vivem. (MAFFESOLI, 1988).

É crucial trazer também o conceito de comunidade socioeducativa embasado no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Essa comunidade é composta pelos profissionais, famílias e adolescentes dos Programas de Atendimento Socioeducativo, e este colegiado deve acompanhar e decidir acerca de todas as deliberações, planejamento, execução, monitoramento, avaliação e redirecionamento das ações do Programa de Execução de Medidas Socioeducativas. Este fazer deve ser, assim, compartilhado, tendo como principal destinatário o coletivo em questão, contemplando as peculiaridades e as singularidades dos participantes.

Com isso, constroem-se os aspectos fundantes deste trabalho, são eles: objetivos (geral e específico), questão problema, breve síntese da construção dos capítulos, hipótese e justificativa, apresentando-os, nesta sequência didática, nos próximos parágrafos.

O objetivo geral da presente dissertação, consta de **analisar as vivências educativas dos meninos em cumprimento da medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade no Centro Histórico de Olinda – PE, em 2019**. E, especificadamente, objetivam-se:

- **Debater o conceito de Prestação de Serviços à Comunidade a partir dos meninos**

que a vivenciaram, no município de Olinda/Pernambuco;

- **Analisar o discurso sobre as atividades de Prestação de Serviços à Comunidade em Olinda através de entrevistas narrativas produzidas pelos meninos que cumpriram esta medida socioeducativa;**
- **Discutir a relação entre educação regular e a medida socioeducativa de prestação de serviço comunitária executada pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS).**

Nessa perspectiva, caminha-se para a seguinte questão problema norteadora: Quais as memórias dos meninos a partir de suas vivências com a Prestação de Serviços à Comunidade?⁴ Esta pergunta-bússola se direciona ao **Capítulo 1** desta dissertação, intitulado **CAMINHOS METODOLÓGICOS**, buscando as travessias que levam ao mais próximo das respostas e, concomitante, outras indagações sobre a PSC em Olinda/Pernambuco. Nesta abertura se encontra o Estado da Arte, o questionário enquanto instrumento metodológico, as entrevistas narrativas, considerações sobre a Análise do Discurso e cuidados éticos. Bem como, os passos iniciais na construção da metodologia, como chegamos ao CREAS de Olinda e aos meninos da pesquisa. Vale ressaltar que o diário de campo foi fundamental para se encontrar e (re) encontrar nesse caminho. O desenho que abre este capítulo contempla os seguintes elementos: a menina Ru, os meninos Ivan, Mago, Acinho e Victor. O CREAS, as ruas de Olinda com as casinhas históricas típicas das comunidades da RPA 8, o diário de campo, o computador do CREAS, o celular que serviria como gravador, bem como para tirar as fotografias do CREAS e fios representando as conexões entre ao meninos-pesquisadora-Olinda-CREAS-comunidade.

Sobre a perspectiva de conhecer e compreender qual o conceito de PSC pelos meninos e como se caracteriza a relação entre educação regular e a medida socioeducativa de prestação de serviço comunitária executada pelo até então único CREAS do referido município, nasce o **Capítulo 2** deste trabalho e que foi nomeado pela fala de um dos meninos: ***“PARA MIM SERVIÇO COMUNITÁRIO SERIA SERVIÇOS GERAIS”***: **Quem são os sujeitos de direitos que definem a Prestação de Serviços à Comunidade e, de onde eles vem?** Neste segundo momento é contemplado o município de Olinda, os meninos que cumpriram PSC de 2017 a 2019, a título de perfil, e mais aproximações com os protagonistas desta pesquisa. Durante a pesquisa, a menina Ru não pode continuar por falta de disponibilidade, deixamos a

⁴ É necessário voltar às coisas simples, à capacidade de formular perguntas simples. Perguntas feitas só por uma criança e que, na perspectiva de Einstein, reafirmado por Boaventura de Sousa Santos, são capazes de trazer uma luz nova à nossa perplexidade.

mesma livre. Afinal, os participantes da pesquisa tem poder de decisão. A menina Ru foi como um pássaro que embora tenha pousado rápido, trouxe ricas contituições. Já o menino Ivan foi assassinado, porém também deixou inúmeras colaborações. Este impacto atravessou a pesquisa para se constituir também como um ato de repensar a vida dos meninos em medida socioeducativa em meio aberto. No desenho que abre este capítulo se faz presente os quatro meninos que continuaram para as entrevistas narrativas e, nele a imagem de Ivan se encontra com asas, um simbolismo que aqui representa: “mensageiro entre os seres”. Ainda sobre o capítulo 2, tem-se encontros discursivos com a obra *Capitães da Areia* de Jorge Amado. Pois, foi percebido aproximações dos personagens Pedro Bala, João Grande, Sem pernas e Pirulito, com os meninos desta pesquisa, respectivamente, Víctor, Acinho, Ivan e Mago. Que, embora não tenham sido entrevistados juntos, para evitar possíveis encontros de rivais, formam um grupo que transdende o encontro físico entre eles, pois suas histórias se cruzam, conectam e dialogam.

Por sua vez, o **Capítulo 3** chamado **ANALISANDO AS ENTRE-VISTAS: Os meninos Victor, Acinho, Ivan e Mago, nossos Capitães da Areia** contribui com a análise do discurso sobre as atividades da Prestação de Serviços à Comunidade, considerando aspectos históricos e as memórias dos meninos que a vivenciaram. Sendo didaticamente o último capítulo, mas não com um fim em si mesmo. Pois, os próprios meninos Ivan, Mago, Victor e Acinho continuarão ressignificando suas memórias quanto à vivência da PSC à medida que seguem aprendendo e atrelando novos significados. O desenho que abre o referido capítulo 3, diz respeito aos meninos Victor, Acinho e Mago, correndo em direção ao mar numa metáfora de que eles continuam em direção a algo imensurável, assim como a pesquisa é contínua, espiral, traz outros questionamentos e aponta para novos mergulhos.

Um argumento dialógico potente para a abertura do debate sobre a Prestação de Serviços à Comunidade, consta de **partirmos do pressuposto que os meninos ao vivenciarem a Prestação de Serviços à Comunidade têm distintas percepções a partir de suas vivências que, às vezes, contrariam até mesmo o Estatuto da Criança e do Adolescente**. E, diante do contexto de redes locais pouco estruturadas para acolher o (a) menino (a), além da resistência e estigmatização, tem-se o desafio do ambiente no qual a medida será cumprida ser conforme ao perfil do socioeducando (a) e em condições que garantam a efetividade da medida. Tais obstáculos interferem na garantia do serviço ser prestado à comunidade e perpassam a problemática de tentar sanar possíveis lacunas da instituição. Assim, qual a relação com às comunidades a quem prestam serviços e quais as atividades realizadas, são algumas pontuações debatidas neste trabalho através da própria fala dos meninos.

Justificativas

É necessário dar visibilidade às atividades realizadas pelos referidos meninos e, assim, torná-las possíveis de serem efetivamente debatidas em sintonia à socioeducação. Ou seja, qual o entendimento dos meninos sobre a PSC no Centro Histórico em Olinda, suas opiniões, críticas, sugestões, escutar as vozes dos principais atores sociais envolvidos através desta pesquisa. Esta última que, inclusive, perpassa tempos pandêmicos.

A pandemia da COVID -19 esparge não apenas sobre a pesquisa, mas também sobre as medidas socioeducativas, que por medidas de segurança, foram oficialmente suspensas.

É importante estar a par do publicado no Diário Oficial da União: a Recomendação Conjunta de 9 de setembro de 2020, que dispõe sobre cuidados à comunidade socioeducativa, nos programas de atendimento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), no contexto de transmissão comunitária do novo Coronavírus (COVID-19), em todo o território nacional e dá outras providências, na parte que diz respeito especificadamente ao acompanhamento de adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e se encontra disponível no Anexo A deste trabalho.

As informações obtidas serão utilizadas apenas para fim da pesquisa, exclusivamente, para os estudos do Mestrado de Educação, Culturas e Identidades (UFRPE/FUNDAJ), bem como há o comprometimento de que a dissertação será apresentada para o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente de Olinda e junto aos (as) adolescentes e respectivas famílias que foram atendidos pelo Centro de Referência em Assistência Social do referido município.

A pesquisa pretendia alcançar inicialmente aproximadamente 04 (quatro) adolescentes que já tenham cumprido a medida de Prestação de Serviços à Comunidade em 2019. Pois, reforça-se que o atual momento, 2020, estava inviabilizado em razão das medidas terem sido suspensas no referido ano, por conta da COVID-19. Nesse cenário pandêmico, o ano 2019 foi sinalizado por ser o mais recente. O quantitativo considerou um valor par visando apresentar igual número para gêneros feminino e masculino. Todavia, após a aplicação do questionário, o qual se disponibilizaram cinco participantes, se fez perceptível haver apenas uma menina e por não ser possível falar do universo feminino por uma experiência única, considerou-se os quatro meninos participantes. Um crucial destaque consta de a menina ter conseguido um emprego, dias após a aplicação do questionário, por indicação da advogada do CREAS, e, com isso, dificultando a sua disponibilidade em comparecer ao mesmo para prosseguimento da pesquisa. O que reforça apenas a continuidade com os meninos.

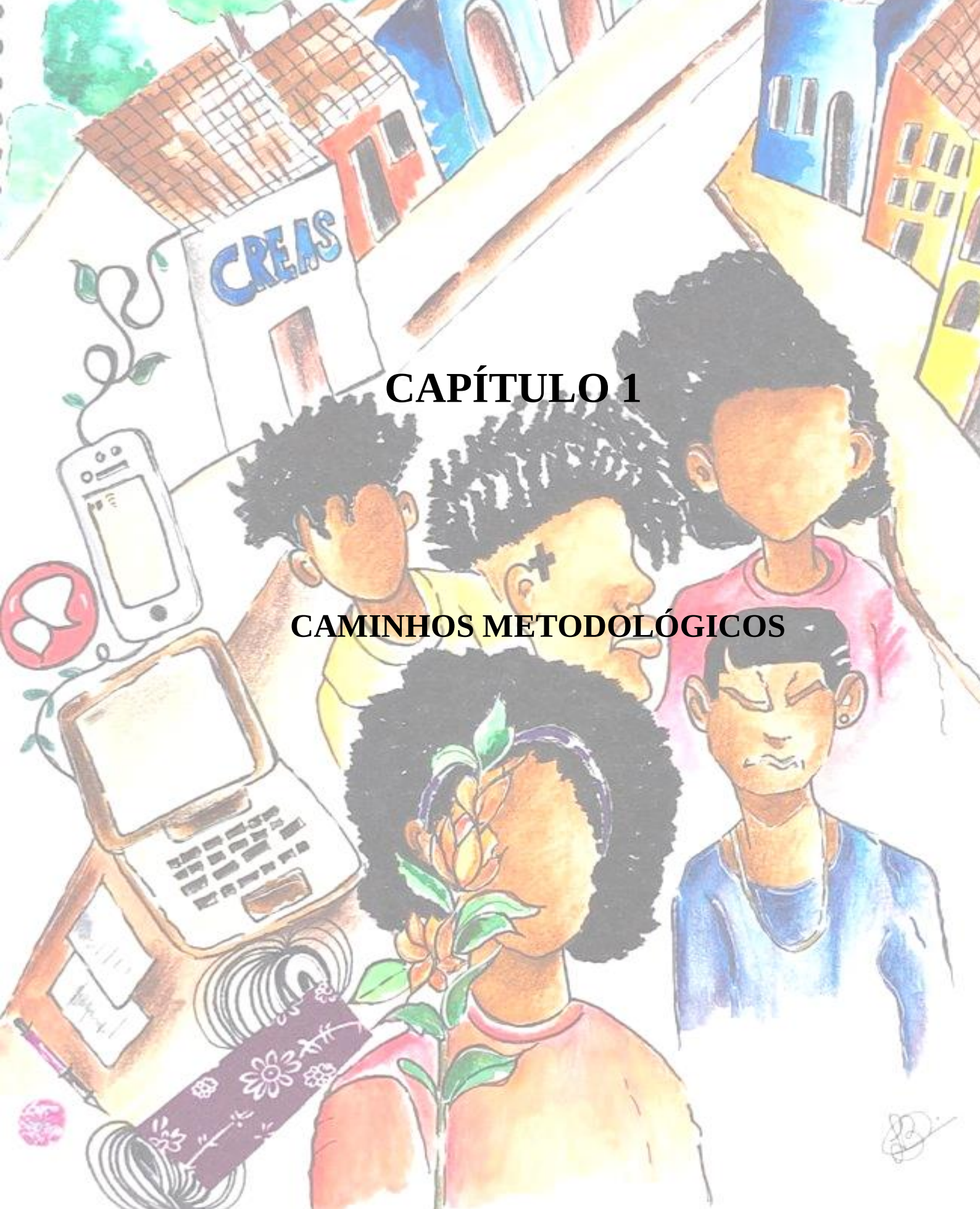
Após essa inferência, o título inicial do trabalho: PERCEPÇÕES DAS VIVÊNCIAS DOS MENINOS E MENINAS: Da Prestação de Serviços à Comunidade no Centro Histórico em Olinda, foi alterado para PERCEPÇÕES DAS VIVÊNCIAS DOS MENINOS Da Prestação de Serviços à Comunidade no Centro Histórico em Olinda. Sendo este último o título que esteve presente no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) do questionário⁵. A posteriori, buscando contemplar uma das falas de um dos meninos durante a experiência do questionário, reelaborou-se para: **“NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE FICAVA SENTADO DE CASTIGO”**: Uma análise da medida socioeducativa em meio aberto Olinda (2019).

Quanto a ser presencial, tendo como espaço para aplicação do questionário e entrevista o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), justifica-se pela referida unidade permanecer em funcionamento com as devidas medidas de segurança durante a pandemia, bem como a vulnerabilidade dos meninos e meninas ser caracterizada, inclusive, pela dificuldade de acesso à *internet*. E, pelo respeito às rivalidades que envolve alguns participantes, considerou-se a escuta individualizada ao invés de técnicas como o grupo focal.

Ainda sobre o espaço da pesquisa de campo, CREAS de Olinda, o mesmo está incluso no sistema de proteção social especial de média complexidade e segundo a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) tem como serviços prestados um conjunto de programas/projetos cujos objetivos são a reconstrução e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários para enfrentamento da violação de direitos.

Vale ainda somar uma justificativa pessoal: já ter tido a oportunidade de trabalhar como Psicóloga no CREAS de Paulista e se aproximar dos meninos e meninas em medida socioeducativa em meio aberto pelo período de 2015 a 2019. Esta vivência despertou ainda mais o desejo de contribuir nesse contexto. E trazendo o debate para o próprio município em que moro, Olinda/Pernambuco. A seguir, caminharemos pelo percurso metodológico que abraçou os objetivos desta dissertação, sendo estes: estado da arte; questionário; entrevistas narrativas; análise do discurso e cuidados éticos e, que constroem juntos o primeiro capítulo deste estudo.

⁵Como consta no Apêndice A.



CAPÍTULO 1

CAMINHOS METODOLÓGICOS

*“Pesquisar é isso.
 É um itinerário, um caminho que trilhamos
 e com o qual aprendemos muito, não por acaso,
 mas por não podermos deixar de colocar
 em xeque “nossas verdades”
 diante das descobertas reveladas,
 seja pela leitura de autores consagrados,
 seja pelos nossos informantes,
 que têm outras formas de marcar suas presenças
 no mundo.
 Eles também nos ensinam a olhar o outro,
 o diferente, com outras lentes e perspectivas.
 Por isso, não saímos de uma pesquisa
 do mesmo jeito que entramos porque,
 como pesquisadores, somos também
 atores sociais desse processo de elaboração.”
 Nadir Zago⁶.*

A abertura do Capítulo 1 é apresentada por um desenho que é uma expressão artística do caminho metodológico aqui trilhado: a menina Ru, os meninos Ivan, Mago, Acinho e Victor. O CREAS, as ruas de Olinda com as casinhas históricas típicas das comunidades da RPA 8, o diário de campo, o computador do CREAS, o celular que serviria como gravador⁷, bem como para tirar as fotografias do CREAS e fios representando as conexões entre ao meninos-pesquisadora-Olinda-CREAS-comunidade... Não representar a figura da pesquisadora propriamente dita foi uma tentativa de apresentar a neutralidade. Esse desenho foi uma espécie de mapa de campo.

Percebeu-se a metodologia enquanto caminho. Sendo o primeiro passo a pesquisa nas plataformas BDTD, *Scielo* e *Google Acadêmico* na perspectiva de construção do estado da arte. O segundo passo foi selecionar os trabalhos da área da educação. Nesse momento da trajetória ecoou a música de Raul Seixas, O dia que a terra parou, especificadamente do trecho *“O aluno não saiu para estudar; pois sabia o professor também não estava lá; E o professor não saiu pra lecionar; Pois sabia que não tinha mais nada para ensinar.”* De forma análoga, há trabalhos na área da educação, mas a educação não estava lá. Sem contar que as escolas estavam de portas fechadas: Pandemia. Não colocamos o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) enquanto equipamento central na responsabilidade do processo da medida socioeducativa em meio aberto. Porém, destacamos se tratar do local em

⁶ Nadir Zago fez doutorado e pós-doutorado em Educação - área de concentração Sociologia da Educação na Université René Descartes (Paris, França).

⁷ Vale ressaltar que as entrevistas serão gravadas apenas em áudio, pois a imagem dos meninos não foi permitida pelo CREAS. Assim, até o desenho aqui retratado não detalha suas feições a nível de reconhecimento, apenas retrata aspectos gerais que expressaram.

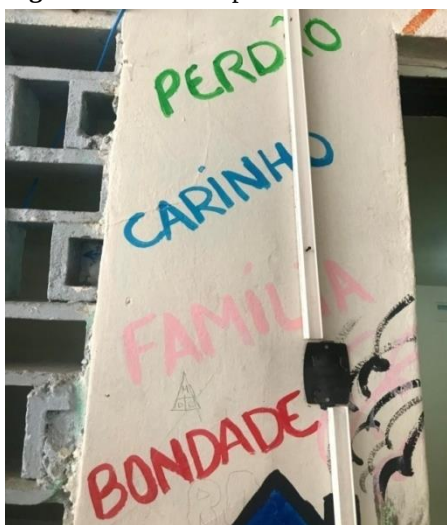
que as portas permaneceram abertas, logo, *locus* possível de entrar em contato com os meninos da pesquisa.

Assim, o terceiro passo foi comparecer ao CREAS e dialogar com a equipe técnica sobre o estudo. A equipe técnica era composta de pedagoga, psicóloga, advogada, assistente social. Estando a advogada no papel de coordenação da equipe de medida socioeducativa. A posteriori, houve a saída da profissional da advocacia e a assistente social assume o lugar da coordenação. Os diálogos com fluidez deram continuidade haja vista, inclusive, a equipe ser pequena e todos envolvidos terem conhecimento da pesquisa. Saliento que os Planos Individuais de Atendimento, a listagem dos meninos que cumpriram PSC em 2019, em suma, foram materiais separados pela própria equipe técnica em parceria com a pesquisadora. Esse processo se deu com uma visita por semana ao CREAS por um período de um mês. Já existia um cotidiano: o porteiro me recebia com um sorriso, a atendente já sabia que “chegou a pesquisadora” e oferecia café.

Falar do cotidiano é se ocupar com as cores, os gostos, os sons (...). Os barulhos da rua, as cantorias populares que se expandem do bar, os rumores e as explosões de cólera vindas de um apartamento com janelas abertas, os odores das castanhas quentes no inverno, dos amendoins e dos sorvetes nos dias bonitos, tudo isso constitui esses ‘nadas’ que totalizam a existência (MAFFESOLI, 2001, p.206).

Os sentimentos de perdão, carinho, família e bondade pintados nas paredes do CREAS pelos meninos lembravam constantemente a essência da pesquisa.

Figura 1. Pintura na parede do CREAS.



Fonte: Acervo Pessoal, 2021.

Posteriormente, compreendendo como quarto passo, telefonou do número do CREAS para os meninos que cumpriram PSC em 2019 (houve dificuldade porque o telefone,

geralmente, era de um vizinho, amigo, e demorava em conseguir falar com o menino), quando estabelecido contato, explicou-se a pesquisa e foi feito convite. E, quatro (04) meninos e uma (01) menina expressaram desejo em participar. Como quinto passo, os referidos meninos e a menina compareceram ao CREAS em dias distintos. Dialogou-se mais sobre a pesquisa, assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e foi realizado o questionário. Compreendeu esse momento como um vínculo inicial, uma oportunidade de conhecer os sujeitos da pesquisa. O próprio roteiro da entrevista foi posteriormente criado através das emergências observadas nesse processo. Não era o que a pesquisadora queria saber, mas, principalmente, o que os meninos queriam falar sobre as vivências destes na Prestação de Serviços à Comunidade. Sem, contudo, perder de vista o norte dos objetivos desta pesquisa.

Uma observação é que as pinturas nas paredes do CREAS foram apresentadas pelos meninos após a aplicação do questionário, espontaneamente, eles se sentiam pertencendo àquele local, e tinham deixado a sua marca, até mesmo num registro imagético. Arte esta presente nesta dissertação.

Vale destacar que apenas o questionário e entrevista não dão conta, na realidade, não se acredita haver um método que satisfaça 100% as necessidades da pesquisa. Mas, aproximando ao máximo do alcance dos objetivos propostos trouxemos as entrevista narrativas para somar: então, memórias das vivências da Prestação de Serviços à Comunidade seriam não apenas relatadas, mas valorizadas.

Uma ressalva consta de que em todo processo lá estava ele: o diário de campo da pesquisadora. Registros que auxiliam a revisitar os passos do caminho metodológico. Onde os medos podem ser escritos e, quem sabe, a posteriori, vencidos. O diário de campo foi como um mapa social do CREAS, dos sujeitos da pesquisa e, porque não dizer, da própria pesquisadora. Pois, ali também estavam impressos os não ditos pessoais. Como exemplo: Quando um dos meninos verbalizou que quando preencheu o PIA auxiliado pela Psicóloga do CREAS em 2019, as perguntas feitas lembraram do seu pai, provocando tristeza pela relação inexistente. Nesse momento, associei a minha formação em Psicologia e atuação em CREAS no município de Paulista nos anos 2015 a 2018 com os meninos em medida socioeducativa. O que havia avançado em meu pensamento? Quais sentimentos provocariam o questionário e entrevista que elaborei? O cuidado com a referida elaboração não contou apenas com o aparato ético, técnico, teórico e acadêmico, mas, pelo respeito, carinho, empatia e confiança aos meninos que fazem esta pesquisa (re) existir.

As anotações de campo, como são chamadas por Triviños (1987), podem ser de natureza descritiva e de natureza reflexiva. Sobre a primeira, destacam-se os seguintes

aspectos:

Os comportamentos, as ações, as atitudes, as palavras etc. envolvem significados, representam valores, pressupostos etc., próprios do sujeito e do ambiente sociocultural e econômico ao qual este pertence. Sob cada comportamento, atitude, ideia, existe um substrato que não podemos ignorar se quisermos descrever o mais exatamente possível um fenômeno. (TRIVIÑOS, 1987, p.155).

E, a partir dessas observações, novas ideias, hipóteses e perspectivas podem surgir. Até mesmo uma mudança no referencial teórica pode se mostrar necessária. Ou pressupostos da pesquisa podem se mostrar enfraquecidos a partir da realidade observada. E, como o referido autor afirmou: *“Tudo isto significa que o investigador deve estar em permanente ‘estado de alerta intelectual’”* (TRIVIÑOS, 1987, p.157). Caminhamos agora para o Estado da Arte, percurso que lembra a descida de uma ladeira em Olinda em época de Carnaval. Um verdadeiro arrastão enloquente na saga, aqui, de buscar trabalhos em sintonia com esta pesquisa. Mas, assim como Alceu Valença, acredita-se em vento que assanha a cabeleira, em chuva que molha a cadeira, em lama escorregadeira, e não em vento que sopra e não uiva, em água que cai e não molha, e sim, já perdemos o medo de escorregar⁸. Os passos aqui relatados estão na proposição do construcionismo social, pois se pretendeu enquanto pesquisa emancipatória, ou seja, pesquisa sobre, para e com os participantes.

Pesquisas anteriores, o que dizem?

O menorismo não foi abandonado com o Estatuto da Criança e do Adolescente. É preciso pensar e refletir de que forma ele ainda permeia nossas relações cotidianas. O menorismo está entre nós, e este estado da arte o revela nos cinquenta e sete trabalhos selecionados⁹ quando os mesmos revelam punições e resistências no viver da medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade. Sendo esta última associada em alguns trabalhos até mesmo no que diz respeito à moralização da adolescência pelo trabalho, e não da educação enquanto chave e prática da referida MSE no viés da socioeducação.

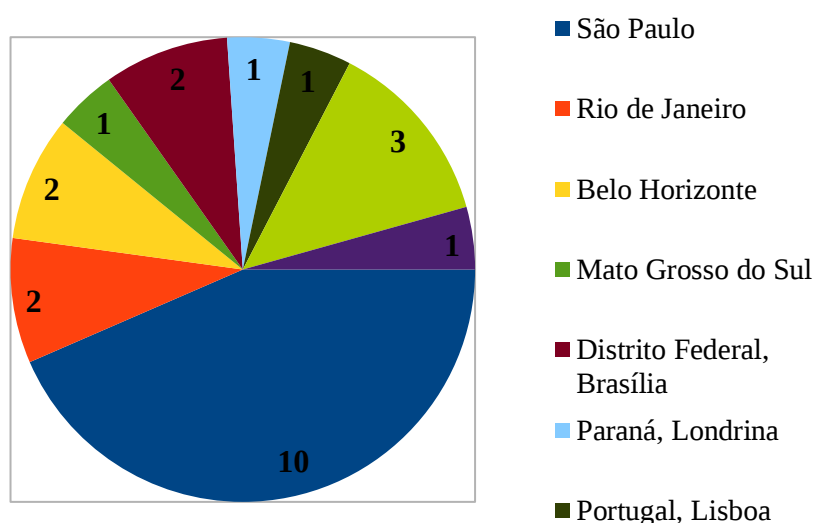
Também se fez perceptível uma concentração de trabalhos na região de São Paulo. O que já revelava a importância de pesquisas em outras regiões, como Pernambuco, como

⁸ Paralelo com a canção Descida da Ladeira de Alceu Valença.

⁹ O filtro central diz respeito a trabalhos que estudavam com especificidade a PSC nas plataformas BDTD; Google Acadêmico e Scielo.

disponível no próximo gráfico¹⁰. Inclusive, só recentemente, em 2018 elaborou-se o Boletim 004/2018 pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude do Governo do Estado de Pernambuco com o tema: Análise dos Resultados da Pesquisa Nacional sobre Medidas Socioeducativas em Meio Aberto: recorte a partir dos dados referentes ao Estado de Pernambuco. Vale ressaltar ainda, num novo filtro, cujo foco consta de trabalhos na área da Educação¹¹.

Gráfico 1. Regiões dos vinte e três (23) trabalhos pesquisados em Educação.



Fonte: elaboração da autora, 2020.

Sendo que, o presente trabalho busca não apenas abraçar os meninos da pesquisa enquanto sujeitos de direitos, mais também assim considerá-los. E, quanto aos documentos trazidos para construção desta pesquisa, apenas alguns são debatidos nos trabalhos analisados, são eles: Estatuto da Criança e do Adolescente, SINASE, Constituição Federal/88, Projeto Político Pedagógico e Plano Individual de Atendimento. Como contemplado na Análise do Conteúdo construída, outros documentos são estudados.

E, quanto ao local da pesquisa se tem uma análise disciplinar, fragmentada, na maioria dos trabalhos, ou seja: a) PSC exclusivamente sob a ótica do jurídico; b) PSC estudada somente do aspecto teórico/documental; c) PSC percebida só pelo CREAS; d) PSC analisada unicamente quanto a escola. E, nesse contexto, apenas o trabalho de Bonatto (2019) integrando a escola e o CREAS. Dessa forma, destacamos que urge a PSC ser

¹⁰Representando a escassez de pesquisas sobre a PSC em Pernambuco.

¹¹ Apenas vinte e três (23) trabalhos se caracterizaram nesse subconjunto.

estudado num viés que acesse, transpasse, afinal, ela toca no jurídico, na assistência social, na educação e em vários subsídios legais, como o ECA e o SINASE. Pesquisar a PSC sem realizar essas associações, isto é, sem um olhar multifacetado diante da rede que abarca a sua dimensão, é descaracterizá-la, antes mesmo de qualquer investigação.

No que se refere aos objetivos, o mais frequente foi analisar a relação com a escola (PEREIRA, 2005; ESCANUELA, 2009; MARQUES, 2010; ABRANTES, TEIXEIRA, 2014; LOURENÇÃO, 2015; CUNHA E DAZZANI, 2016; RIBEIRO, 2016; MILANI, 2018; NUNES, MOURA, 2019; PINTO, 2019). Todavia, apenas três (03) trabalhos escutaram os adolescentes: Marques (2010), Lourenção (2015) e Pinto (2019). Ademais, a relação com a escola era compreendida apenas pela perspectiva dos profissionais, exceto Cunha e Dazzani (2016) que realizou somente pesquisa documental. A Educação é convidada na presente dissertação numa análise em parceria com outras redes de proteção, como o CREAS, o ECA e os próprios meninos¹² que vivenciaram a PSC¹³, o que pode ser expresso nos termos de dois objetivos específicos do presente trabalho: 1. Discutir a relação entre Educação e Assistência Social; 2. Debater a política educacional a partir dos meninos que vivenciaram a Prestação de Serviços à Comunidade no Centro Histórico de Olinda. A figura a seguir fomenta essa reflexão.

Figura 2. Local da Pesquisa dos vinte e três (23) trabalhos pesquisados em Educação.



Fonte: elaboração da autora, 2020.

O que expressa a necessidade de se trazer diálogos entre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a Educação, que é um dos objetivos específicos desta pesquisa. Segundo o Caderno de Orientações Técnicas do Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (MDS, 2016, p. 38):

¹²“Nada por eles, sem eles.” Frase da nossa militância.

¹³Incluindo concomitantemente a LDB.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) estabelece que a rede socioassistencial tem como parâmetro a oferta integrada de serviços, programas e benefícios. Entre os eixos estruturantes da PNAS, destacam-se a matricialidade sociofamiliar e a territorialização. É a partir desse referencial que o Serviço de MSE em Meio Aberto deve ser ofertado nos Centros de Referências Especializados de Assistência Social (CREAS), destinados ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de violação de direitos. Os CREAS são unidades públicas com gestão estatal e de grande capilaridade no território nacional. O atendimento ao adolescente autor de ato infracional, no âmbito do SUAS, deve contemplar a sua responsabilização e a proteção social. O Serviço é referência para o Sistema de Justiça encaminhar os adolescentes que deverão cumprir medidas socioeducativas em meio aberto.

Inclusive, compreendemos a tríade Educação, Assistência Social e a Prestação de Serviços à Comunidade numa relação dialógica e contínua para até mesmo se cumprir a efetividade da medida socioeducativa e a prevalência do seu aspecto social e pedagógico.

No Brasil, a execução de medidas socioeducativas em meio aberto sempre esteve ligada à Política de Assistência Social, vindo a ser regulamentada pela Política Nacional de Assistência Social em 2004 e tipificada através da Resolução do CNAS nº 109/2009. O Serviço de Medidas Socioeducativas - MSE em Meio Aberto é executado pela Proteção Social Especial de Média Complexidade em função da necessidade de atenção especializada, acompanhamento sistemático e continuidade da sua oferta de acordo com o que é estabelecido pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (MDS, 2016).

Tendo em vista aos desafios impostos pela execução do Serviço de MSE em Meio Aberto que deve envolver o contínuo diálogo e cooperação dos diferentes atores que compõem o Sistema de Garantia de Direitos¹⁴ para assegurar devida responsabilização e proteção integral aos (as) adolescentes.

Gonçalves (2002); Bartijotto *et. al.* (2016); Caprioli (2016) e Silva (2019), por sua vez, focam diretamente no ato infracional. Buscando compreender a motivação para o mesmo. De tal forma que procuramos os (as) adolescentes nesses textos e os encontramos submersos pela prevalência de se infantilizar o ato infracional. Acreditamos na potencialidade de perceber o (a) menino (a) para além do ato infracional, pois sua história não se resume neste último.

Silva (2019), por exemplo, analisa o ato infracional exclusivamente a partir das leituras de Boletins de Ocorrência. Nota-se uma vitimização ao público alvo, ou mesmo

¹⁴ Fazem parte do Sistema de Garantia de Direitos: sistema educacional, sistema de justiça e segurança pública, sistema único de saúde, sistema único de assistência social e os mecanismos de controle social (MOREIRA *et al.*, 2014).

uma culpabilização, ele não é o (a) adolescente, mas sim o (a) infrator (a). Nesse contexto, é válido retratar algumas denominações estigmatizantes que esta pesquisa não fará uso.

Quadro 1. Denominações estigmatizantes presentes nos trabalhos pesquisados em Educação.

Denominação estigmatizante	Autor (es)	Localização no trabalho	Tipo de Estudo
Adolescentes infratores	D'Oliveira (2019)	Desenvolvimento	Tese
	Caprioli (2016)	Desenvolvimento e palavras-chaves	Dissertação
Adolescentes infratores/ Aluno infrator	Escanuela (2009)	Id.	Id.
Adolescentes infratores / Jovens infratores	Milani (2018)	Id.	Id.
	Ribeiro (2016)	Id.	Id.
Socioeducandos infratores	Pinto (2019)	Desenvolvimento	Id.

Fonte: elaboração da autora, 2020.

Esta pesquisa se diferencia também por escutar, enquanto sujeitos de direitos, os meninos e as meninas da Prestação de Serviços à Comunidade, através de questionário (com recorte de gênero; sexo; étnico racial) e entrevista, concomitante análise documental. Só Caprioli (2016) aplicou questionário aos meninos e meninas inseridos no contexto e realizou recorte de sexo e étnico-racial.

É imprescindível debater sobre comunidade ao estudar Prestação de Serviços à Comunidade, entretanto somente dois (02) trabalhos mencionam esse aspecto (comunidade), são eles: Abrante e Teixeira (2014) e Pinto (2019), e apenas este último retrata o conceito a partir das ações socioeducativas vivenciadas. O presente trabalho comunga com Pinto (2019) no que diz respeito

a necessidade de participação da família e da comunidade no desenvolvimento do processo socioeducativo, transitando por um conceito de família que transcende o modelo tradicional de família nuclear burguesa. Pensa-se o território onde residem os socioeducandos e suas respectivas famílias como locus de vulnerabilidades, mas também de potencialidades que devem ser identificadas e fortalecidas no transcorrer da realização das ações pedagógicas (PINTO, 2019, p. 26).

Foucault é um dos teóricos mais utilizados nos trabalhos analisados, bem como faz parte desta pesquisa. Porém, Passetti aparece uma única vez, no trabalho de Massella (2014). É de suma contribuição para o debate das medidas socioeducativas em meio aberto,

especificadamente da Prestação de Serviços à Comunidade, o diálogo teórico entre os referidos autores que esta pesquisa contempla: Maffesoli, Foucault e Passetti.

Vale ressaltar que os trabalhos pesquisados reconhecem as mudanças que o ECA trouxe na garantia de direitos, mas nem por isso se pode deixar despercebida a existência da necessidade de avanços, pois sem contínuas melhorias, possivelmente se recairia em medidas repressivas, punitivas ou assistencialistas. Dessa forma, fugiria do foco da emancipação dos sujeitos.

Para compreendermos a adolescência é importante se atentar para o contexto em que o adolescente vive, pois o sujeito se constitui na cultura. Segundo Lima (2015), devemos levar em consideração as vestimentas simbólicas de cada época, pois o sintoma se reveste das tessituras simbólicas e imaginárias da época na qual está inserido o indivíduo. De tal forma, a leitura dos trabalhos foi realizada abraçando a pluralidade das adolescências, porém tendo como fator comum o de sujeitos de direitos.

Os trabalhos pesquisados trazem o Estatuto da Criança e do Adolescente sob duas grandes matrizes: a da proteção, para atendimento de crianças e adolescentes, no que define como situação de risco pessoal ou social, compromisso da sociedade e do Estado, daí os Conselhos; e a matriz socioeducativa, a qual alinha sanções aplicáveis a adolescentes em conflito com a lei.

Bem como, os estudos considerados para compor o estado da arte, afirmam que as MSEs só serão aplicadas quando existe a confirmação da materialidade do ato infracional e tão somente decisão judicial. E, enfatizam as MSEs em meio aberto, principalmente a Prestação de Serviço à Comunidade e a Liberdade Assistida enquanto alternativas plausíveis em relação às medidas em meio fechado de internação.

Ainda sobre os trabalhos pesquisados, corroboramos com Arraes (2019) no que diz respeito ao enfrentamento à cultura punitivista e desumanizante do sistema socioeducativo, herança do sistema penal e possível de ser rememorado pela burocratização das relações humanas nas medidas socioeducativas de meio aberto.

Fortalecemos também a crítica de Souza (2019), inclusive que tem em sua pesquisa num CREAS de São Paulo, ao considerar insuficientes as MSE em meio aberto como tem acontecido para que os atendidos possam escolher romper com o ato infracional. Ou seja, a medida socioeducativa precisa romper com o ciclo de violência, de ideologias tanto assistencialistas quanto punitivas, o que também pode ser verificado em Bonatto (2019) cuja pesquisa também se insere num CREAS de São Paulo.

Numa pesquisa realizada por Cavalcante (2019) na Universidade Federal do Ceará

também num CREAS, foi percebido que as principais intervenções eram travestidas de responsabilização, todavia atreladas a processos punitivos. Inicialmente, a partir da aplicação do questionário, do presente trabalho, de forma análoga, os meninos relatam a palavra castigo praticamente a vinculando com a Prestação de Serviços à Comunidade. Assim como, as atividades realizadas apresentavam carências e limites para a efetivação do seu caráter sociopedagógico, o que também ocorreu na pesquisa de Andrade (2017).

Como já discutido no capítulo 1 da presente dissertação, a PSC não é trabalho. Porém, a sua vivência, como traz Silva (2017) em sua pesquisa num CREAS em Santa Catarina, com adolescentes em PSC, ainda traz elementos significativos correlacionados ao trabalho e disciplinamento. Urge a necessidade de dialogar o atendimento socioeducativo em meio aberto com a garantia de direitos. Afinal, como traduz Silva (2017) ainda há as ações em meio aberto correlacionadas aos resquícios das propostas menoristas.

Uma ressalva concerne na presença nesta dissertação de uma discussão atual do SUAS e Prestação de Serviços à Comunidade num município pernambucano, Olinda. O que lembra a pesquisa de Costa feita em 2016 em São Paulo. Trazendo neste trabalho o diferencial dessa discussão englobar o Centro de Referência de Assistência Social. Inclusive, a partir das perspectivas dos meninos que podem ser contempladas por perguntas específicas no questionário (questão 16 e 17) e entrevista semiestruturada (questão 10).

Concordamos outrossim com Ávila (2013) que se faz necessário o fortalecimento da relação entre a política socioeducativa e a política educacional. É feito o convite atual para esse fortalecimento a partir das perspectivas dos próprios meninos da pesquisa. Gregoracci (2012) afirma que esses percursos devem ser pensados com os (as) adolescentes. Essas pesquisas que incluem os meninos não podem ficar para trás, eles precisam participar cada vez mais dos debates socioeducativos.

Para compreender e fundamentar o SINASE será contemplada a Resolução 119/2006 (CONANDA) que dispõe sobre o mesmo e o define como:

Art. 2º O SINASE constitui-se de uma política pública destinada à inclusão do adolescente em conflito com a lei que se correlaciona e demanda iniciativas dos diferentes campos das políticas públicas e sociais. **Art. 3º** O SINASE é um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medidas socioeducativas. **Art. 4º** O SINASE inclui os sistemas nacional, estaduais, distrital e municipais, bem como todas as políticas, planos e programas específicos de atenção ao adolescente em conflito com a lei.

Bem como, as Resoluções 160/2013 do CONANDA, que aprova o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo e contém eixos operativos, com metas, prazos e responsáveis: Eixo 10 - Gestão; Eixo 02 - Qualificação do atendimento; Eixo 03 - Participação e autonomia das/dos adolescentes; Eixo 04 - Sistemas de Justiça e Segurança. E, as recomendações do CONANDA para a proteção integral das crianças e adolescentes durante a pandemia do COVID-19.

Em paralelo aos documentos supramencionados, serão considerados os Planos estadual e municipal (Olinda – PE) de Atendimento Socioeducativo, os Planos Individuais de Atendimento (PIAs). Uma ressalva consta das respectivas leituras estarem em diálogo contínuo ao sistema da assistência social, haja vista que o (a) menino (a) será visto (a) em sua integralidade o que perpassa o sistema jurídico referente à medida socioeducativa em meio aberto e também à assistência social através do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Nesse contexto, será entrelaçado a Resolução 145/2004 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) que aprova a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e passa a incorporar a execução das medidas socioeducativas em meio aberto; as Resoluções 109/2009 e 13/2014 do Conselho Nacional de Assistência Social, representando a: Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, normatizando o serviço de proteção social aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto e suas famílias.

Somando com a Resolução 18/2014, também do Conselho Nacional de Assistência Social que remete à expansão das medidas em meio aberto, com cofinanciamento; complementariedade com os serviços socioassistenciais; atendendo a diretriz da territorialidade e descentralização do CREAS; assim como trazendo o papel da vigilância socioassistencial e os sistemas de registros, monitoramento e avaliação.

Os documentos na área da educação no viés da presente temática serão abraçados e valorizados na luta dos direitos dos e das adolescentes em conflito com a lei. São estes: a Resolução 1/2012 do Conselho Nacional de Educação que, por sua vez, abarca as diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos, contemplando o atendimento no SINASE. E, a Nota Técnica 38/2013 também do Conselho Nacional de Educação que contém orientações para as Secretarias Estaduais de Educação no que diz respeito à implementação no disposto na Lei Federal 12.954/2012 do SINASE, a Lei de Diretrizes e Bases da

Educação (LDB) e o Plano Municipal de Educação de Olinda (2015-2024)¹⁵.

Toda trajetória será concomitante a conversas íntimas com a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a própria Lei Federal nº 12.594/2012 (SINASE) compreendendo os documentos mencionados nesta análise documental como distintos, porém inseparáveis. Os referidos documentos serão base para o trabalho e percorremos pela análise de conteúdo, que como anuncia Bravo (1991, p. 287):

El objetivo del análisis de contenido consiste concretamente en observar y reconocer el significado de los elementos que forma los documentos (palabras, frases, etc.) y en clasificarlos adecuadamente para su análisis y explicación posterior.

Ou seja, faz parte de um processo sistemático, exaustivo, coerente, sensível e criativo com base na transdisciplinaridade entre Direitos Humanos, Assistência Social e Educação. A “metodologia transdisciplinar refere-se ao raciocínio integrativo, lógica ou princípios para guiar o processo de pesquisa colaborativo de coprodução de conhecimento” (VAN BREDA, MUSANGO; BRENT, 2016, p. 157). Os autores ainda apontam que operar com princípios integrativos não se limita a trabalhar com as diferentes fronteiras das disciplinas, mas sim se trata de poder transitar entre os saberes e linguagens dos diferentes atores envolvidos no contexto da pesquisa.

Resultados socialmente úteis incluem, a propósito, novas políticas, estratégias, intervenções, arranjos institucionais, planos de ação e conhecimento de transformação criticamente importante, os quais podem ajudar na transição para uma sociedade mais justa e sustentável (VAN BREDA; MUSANGO; BRENT, 2016, p. 161).

Assim, na interface entre os documentos que abarcam as disciplinas como Direitos Humanos, Assistência Social e Educação, emerge o desafio de acolher os (as) meninos (as) em sua singularidade, muitas vezes nomeados (as) pelo pior, convidá-los (as) ao deslocamento pulsional quanto ao seu modo de viver, e conectá-los (as) com o Outro, num estilo de vida que suporta o “em comum”, considerando a diferença de cada um.

Questionário

Minayo (2012) reflete profundamente sobre o processo de análise na pesquisa qualitativa propondo como um passo da caminhada “*dirigir-se informalmente ao cenário de pesquisa, buscando observar os processos que nele ocorrem*” (p.623). Bem como, “*realizar*

¹⁵Lei Municipal de Olinda nº 5940/2015.

algumas entrevistas abertas, promover o redesenho de hipóteses, pressupostos e instrumentos, buscando uma sintonia fina entre o quadro teórico e os primeiros influxos da realidade” (p. 623). Nesse viés, foram realizadas visitas ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Olinda – PE, estabelecendo aproximações (pesquisadora-ambiente; pesquisadora-meninos e meninas participantes; pesquisadora-equipe técnica do CREAS), sendo registradas notas de campo conforme as oportunidades de diálogo com os profissionais envolvidos.

Sendo o questionário além de um instrumento de pesquisa, favorecendo o conhecimento do perfil dos participantes, estimulando estes últimos para se recordarem da PSC já vivenciada e a refletirem, uma oportunidade de um primeiro contato com os meninos e a construção de uma confiança.

O questionário promoveu também a compreensão de que seria cabível rever a pretensão de meninas e meninos como sujeitos de pesquisa, pois apenas uma menina participou desse momento (pelo quantitativo existente). E, não tendo como a partir dessa única experiência feminina compor o universo feminino da pesquisa, considerou-se, para próxima etapa (entrevista), apenas os meninos¹⁶. Todavia, vale ressaltar o aprendizado com a menina Ru, destacando o fator do questionário não se resumir ao papel, mas haver olhares trocados, leituras em conjunto das perguntas, momentos de tirar dúvidas, diálogos espontâneos entre as perguntas do questionário e após aplicação do mesmo, enriqueceram as notas de campo e o sentido da pesquisa se fez compartilhado, haja vista, principalmente, por fomentar reflexões da referida medida socioeducativa por quem a vivenciou. Parafraseando com Castro Alves, não era mais o menino que brincava de poesia, era o poeta-condor, que iniciava os seus voos nos céus da verdadeira poesia. Assim, não era mais uma pesquisadora estudando PSC, era um corpo complexo, não mais único, a fazer do questionário com a temática PSC um ato mútuo de questionar.

O questionário, segundo Gil (1999, p.128), pode ser compreendido como a técnica de investigação constituída por *“um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”* O referido autor (p. 128/129) ainda apresenta as seguintes vantagens do questionário:

- a) possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo correio; b) implica menores gastos com

¹⁶ Somando especialmente ao fato da menina Ru expressar indisponibilidade para continuar a pesquisa.

peçoal, posto que o questionário não exige o treinamento dos pesquisadores; c) garante o anonimato das respostas; d) permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente; e) não expõe os pesquisadores à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado.

Antes de expor as técnicas de confecção das perguntas se faz citação de trecho em que Marconi e Lakatos (1999, p. 100) destacam que

Junto com o questionário deve-se enviar uma nota ou carta explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de obter respostas, tentando despertar o interesse do recebedor para que ele preencha e devolva o questionário dentro de um prazo razoável.

A referida nota construída para anteceder as perguntas, bem como o questionário, consta em Apêndice.

Vale enfatizar que o questionário foi realizado de forma presencial, pois, assim, alcançaria os meninos e meninas que não possuem acesso a *internet* ou apresentam dificuldades nesse contexto virtual.

Entrevistas Narrativas

Triviños (1987) afirma que a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de busca de informações (p. 152). Primeiramente, elaborou-se um roteiro embasado, inclusive, nas reflexões advindas do questionário (item anterior).

O roteiro da entrevista semiestruturada foi dividido em blocos, análogo ao que foi feito com o questionário, e as categorias de perguntas criadas favorecendo a abrir perspectivas para análise e interpretação de ideias e atingirem os objetivos desta pesquisa. E, como nos ensina professor Hugo Monteiro Ferreira:

A entrevista semiestruturada como o próprio nome diz não é rígida nas perguntas, porém é feita com um roteiro e acontece de modo mais flexível no tocante ao que se quer perguntar. Não precisa ser perguntado exatamente o que está no roteiro, mas podem ser feitas perguntas que se baseiem no roteiro proposto. (FERREIRA, 2016, p. 61-62).

Alguns cuidados tomados para elaborar as perguntas, foram: 1) cuidados quanto à linguagem; 2) cuidados quanto à forma das perguntas; e 3) cuidados quanto à sequência das perguntas nos roteiros. Dessa forma, o presente trabalho é uma aplicação prática dos

construtos teóricos apresentados naquele trabalho anterior (MANZINI, 2003).

As Entrevistas Narrativas contribuem nessa tessitura, pois elas expressam com riqueza a experiência pessoal, e, até mesmo, um lugar para falar de si mesmo, no caso específico, um espaço que o sujeito pode e deve ocupar para debater os seus direitos. Daí, compreendemos sua simbolização singular das vivências da Prestação de Serviços à Comunidade.

O sentido do texto e os significados das palavras nascem de uma interação entre pesquisadora e os meninos da pesquisa. O sentido da enunciação não se encontra propriamente no indivíduo ou no que é dito, mas nessa relação entre pesquisadora e colaboradores. E, embora a busca seja pela neutralidade. Encontram-se história, continuidade e responsividade:

Um membro de um grupo falante nunca encontra previamente a palavra neutra da língua, isenta das aspirações e avaliações de outros ou despovoada das vozes dos outros. Absolutamente. A palavra, ele a recebe da voz de outro e repleta de voz de outro. No contexto dele, a palavra deriva de outro contexto, é impregnada de elucidações de outros. O próprio pensamento dele já encontra a palavra povoada (Bakhtin, 2008, p.232).

Bakhtin compreende a voz do ouvinte sempre numa postura ativa de construção. O enunciado é compreendido dentro da trama locutor (ora respondente) e ouvinte (ora locutor). Assim, o enunciado é um conjunto de relações dialógicas. Pretende-se ouvir essas vozes.

O discurso apresenta um aspecto interno, ou seja, as marcas de onde passou, bem como julgamentos, nomes, definições conflituosas e/ou harmônicas, interrelacionando-se. Ou seja, o sentido do enunciado apresenta sua forma e conteúdo construídos para e com alguém. Assim, cada enunciado carrega elementos do contexto e da história.

Bakhtin propõe uma postura exotópica, na qual o pesquisador, primeiramente, identifica-se com o outro, colocando-se no lugar do pesquisado para ver o mundo como ele o vê, através dos seus sistemas de valores e, depois, retorna para o seu lugar (do pesquisador) a fim de contemplar o horizonte do pesquisado, completando-o com sua visão excedente e externa (por isso exotópica). O olhar do pesquisador não coincide com o olhar que a pessoa tem de si mesma; ele a enxerga de outra posição e com outros valores, assim, lhe dá outros sentidos. Desta forma é que podemos falar de construção dialógica de sentidos (GERMANO; BESSA, p. 1012, 2010).

A dimensão subjetiva no processo narrativo é evidenciada pela aproximação entre a

pesquisadora e os meninos da pesquisa. Tendo a compreensão que não seria as falas fidedignas dos meninos que dariam consistência à pesquisa, ou a única veracidade do que foi vivenciado durante a Prestação de Serviços à Comunidade. Mas sim, que representariam as representações das realidades singulares, banhadas de significados e reinterpretações. Longe de ser um problema, pois como afirmam Berger e Luckmann (2004, p. 109), as análises expressam *“particular importância para a sociologia do conhecimento porque revelam as mediações existentes entre universos macroscópicos de significação, objetivados por uma sociedade, e os modos pelos quais estes universos são subjetivamente reais para os indivíduos”*.

Assim, as narrativas não são meras descrições da realidade, porém se constituem enquanto produtoras de conhecimento e significados. Quando os meninos contavam suas memórias sobre as vivências da PSC, simultaneamente, eles se reafirmavam, modificavam-se e criavam novas histórias. Tanto as histórias do que eles viveram, quanto as histórias contadas e as histórias as quais foram interpretadas fizeram todas parte do aprendizado dos meninos e da pesquisadora e representam uma complexa teia de saberes.

Vale ressaltar que tornar visível as falas dos meninos é um ato de estranheza para os mesmos. *“Para que deseja saber minha história? Porque? E, porque só agora, que já conclui a medida?” Quem tem o interesse de me ouvir? Quem vai querer saber?”* (menino Ivan). Prontamente foi dito: *“Eu tenho interesse, pois me importa. Quero ouvir. Posso?”* (a pesquisadora). Assim, escutar a narrativa rompia com muitos estereótipos. Além de que não era escutar sobre o ato infracional, só se o menino tivesse desejo de contar, mas o foco não era o ato infracional, mas sim ele, suas memórias, seus sentimentos e lembranças das atividades de Prestação de Serviços à Comunidade.

Salles (2007) nos ensina que adolescentes em situação de vulnerabilidade e de conflito com a lei estão submetidos ao processo da “visibilidade perversa”. Ou seja, não se trata de serem invisíveis socialmente, mas visíveis perversamente. Não é escutar para que sejam vistos. Mas sim, escutar para que exista uma desconstrução do estereótipo menorista ainda cristalizado historicamente. De forma análoga, nas narrativas de Capitães da Areia. Cada um dos meninos do bando tinha uma história, vivida, sentida, interpretada, de forma também distinta, buscando caminhos diferentes para se reencontrar. E, não era sobre se ressocializar, mas se reencontrar ou, até mesmo, se encontrar pela primeira vez consigo mesmo (a). Assim, foram as entrevistas narrativas: cada um dos meninos se encontrou com eles mesmos, suas memórias que estavam guardadas, talvez esperando que alguém se importasse.

Os meninos geralmente eram convidados a falar sobre o ato infracional, sobre perguntas

voltadas ao preenchimento do Plano Individual de Atendimento (PIA) e sobre comportamento, na visão dicotômica do bom e do mal comportamento. As perguntas eram uma vigilância, cobrança e pressão. Nesse aspecto, serem convidados a falar sobre suas memórias a respeito das atividades da PSC é primeiramente um processo que perpassa pela surpresa.

É crucial também a compreensão de: para quem escrevemos? Daí, a escrita deste trabalho estar de mãos dadas com a poesia, música, falas dos meninos, em suma, para que este dinamismo nas palavras abraçe olhos atentos e de adolescentes que se sintam aqui contemplados e acolhidos. Em suma, o desejo é que este texto chegue até as adolescências, porque este texto é delas.

Quem serão os meninos pesquisados? Quais contextos? Quais teorias? Quais descobertas? Será que a pesquisa tem importância ou faz sentido? Essas são reflexões entendidas por Clandinin e Connelly (2011) como estado de alerta. A teoria e a realidade se movimentavam continuamente em diálogo (MINAYO, 2016).

Outro fator importante é a experiência (pessoal e social). A *“experiência acontece narrativamente e a pesquisa narrativa é uma forma de experiência narrativa”* (CLANDININ; CONNELLY, 2011, p.49).

Um dos instrumentos presentes na pesquisa foi o gênero oral de entrevista narrativa, pelo qual contempla as memórias que os meninos pesquisados tinham da situação experienciada no período em que vivenciaram a Prestação de Serviços à Comunidade. O gênero entrevista narrativa é definido por Jovchelovitch e Bauer (2013, apud Bauer, 2013) como sendo uma entrevista com perguntas abertas e uma forma de encorajar os entrevistados. Para isso, houve a construção de um roteiro de perguntas abertas, todavia mais aberto ainda era o deixar livre para que os meninos se lembrassem e fossem falando a respeito.

Questionamos os significados atribuídos pelos meninos em sua fala, os termos, os sentimentos envolvidos, na busca de compreender suas memórias, afinal muitas delas pareciam vivas, presentes, nas palavras do menino Mago *“parece que foi ontem.”*

Vale mencionar a riqueza da entrevista face a face. Mesmo de máscaras, distanciamento, os olhares nunca falaram tanto. Goffman (2004, p. 23) pontua a importância da interação face a face, para a reciprocidade, afirmando que *“a interação face a face pode ser definida, em linhas gerais, como a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros, quando em presença física imediata”*.

As entrevistas narrativas possibilitam ainda que o sujeito esteja livre para argumentar sobre o que julgar importante sobre a temática. E, os meninos, no momento da entrevista,

tiveram o tempo necessário para responder às perguntas, sem a interrupção da entrevistadora, ficando livres para expor suas histórias, ou o que julgassem cabível. Lakatos e Marconi (2000) nos ensinam que as entrevistas narrativas encorajam e estimulam o entrevistado a contar algo sobre algum acontecimento importante de sua vida e do contexto social.

A linguagem durante a entrevista também foi facilitadora de interação. Sendo empregada uma linguagem próxima a dos meninos, bem como perguntando quando não era entendido algum código, por exemplo, “gelado”, que significa para os meninos “aquele que está afastado do vício”. Assim, Jovchelovich e Bauer (2013) sinalizam para que o entrevistador utilize a linguagem que o informante emprega, sem impor qualquer outra forma.

Análise do Discurso

A teoria do discurso de Michael Foucault, especialmente os conceitos de enunciado, prática discursiva, sujeito e heterogeneidade do discurso e ampliam a compreensão para perceber a íntima relação entre discurso e poder, bem como analisar em sua complexidade o que foi dito nas entrevistas narrativas.

Para analisar os discursos, nesse viés, recuamos diante de explicações unívocas, de fáceis interpretações ou da busca insistente do sentido último. Na perspectiva foucaultiana é preciso trabalhar arduamente com o próprio discurso. Para Fisher (2011) *“analisar o discurso seria dar conta de relações históricas, de práticas muito concretas, que estão vivas nos discursos”* (p. 198-199). Palavras também são construções.

E, como na canção de Vanessa da Mata, *“as palavras fogem se você deixar; o impacto é grande demais; cidades inteiras nascem a partir daí; violentam, enlouquecem ou me fazem dormir; adoecem, curam ou me dão limites.”* Foucault expande a compreensão do discurso para a que produz relações de poder, ultrapassando o meramente linguístico.

Como cantou Chico Buarque *“palavra prima; uma palavra só, a crua palavra; que quer dizer tudo; anterior ao entendimento, palavra; palavra viva, com temperatura.”* Assim, as entrevistas narrativas ora congelavam no silêncio ora queimavam o próprio estatuto da criança e do adolescente. Nesse intermédio, infinitas e complexas nuances.

Uma das várias definições de discurso é *“um conjunto de enunciados que se apóiem na mesma formação discursiva”* (Foucault, 1986, p. 135). E, não é entendido isoladamente. Sendo o enunciado, *“sempre um acontecimento, que nem a língua, nem o sentido podem esgotar inteiramente”* (Foucault, 1986, p. 32).

Também inclui importar a materialidade do enunciado, no caso, em entrevistas narrativas, por adolescentes que vivenciaram a PSC em 2019. E, que está inscrito no

dispositivo sociopedagógico de nossa época. Vamos interrogar a linguagem, sem a intenção de procurar referentes ou fazer interpretações reveladoras de verdades e sentidos reprimidos como pontua Fischer (2011). Buscamos mapear os “ditos” sobre a PSC nas diferentes memórias trazidas durante a entrevista narrativa. Porque é dito aqui? Desse modo e nessa situação? E não em outro momento histórico? Haja vista que não há enunciado neutro. Para Pinto (1989) a teoria do discurso está associada com a formação do sujeito social. Através do menino Victor, por exemplo, quantos outros meninos nos falam?

Além disso, o discurso *“não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história”* (Foucault, 1986, p. 146). Se hoje se produz toda uma discursividade sobre os meninos de medida socioeducativa em meio aberto, isso não apenas se vincula a uma transformação histórica a partir do ECA e SINASE, 1990 e 2012 respectivamente. Mas, a diversas estratégias de poder que envolvem o adolescente a cumprir medida. E, duas multiplicidades: punição, castigo, e outros procederes disciplinares. E, está relacionado às lutas dos meninos em torno de uma série de avanços: exercício de funções públicas e políticas, perspectivas restaurativas e de abolicionismo penal, entre outros.

Diante do que foi dito até então, todavia, faz-se perceptível o povoamento no discurso:

não há enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja. [...] Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências (Foucault, 1986, p.114).

Há relações entre linguagem, poder e ideologia, segundo concebe o linguista Norman Fairclough, um dos maiores expoentes da Análise Crítica do Discurso. Para o mesmo, a linguagem é antes de mais nada uma prática social. Algumas abordagens, como a pragmática e a análise da conversação, até aparentemente mais abertas, padeciam para Fairclough de graves limitações, pois não consideravam devidamente a influência exercida sobre a linguagem pelas relações de poder no seio da sociedade e pela ideologia, especialmente da ideologia a serviço dos interesses dos detentores do poder, a quem Fairclough chama de bloco dominante.

O poder se acha distribuído em nossa sociedade não como um dado natural e nem imutável. A Análise Crítica do Discurso busca mostrar como o poder está presente no discurso com a intenção de perpetuar a relação desigual e é crítica por tentar modificar essa

realidade. Mas, o que seria poder no discurso? Podemos entender como a maneira pela qual as relações de poder são exercidas e constituídas no próprio discurso. O poder no discurso pode estar no conteúdo (o que pode ser dito, o que pode ser feito, no caso o que era dito para ser feito enquanto atividade de PSC, como ordem a cumprir sem dialogicidade), nas relações (as relações sociais que se estabelecem entre os participantes, no caso, os meninos não podiam se encontrar por questões de possíveis rivalidades, eles representavam personagens de Capitães da Areia, mas não o bando, o grupo), na posições dos sujeitos (o menino Victor quando está diante do policial).

Na Análise do Discurso, uma mesma frase ou palavra pode implicar um significado distinto dependendo da forma como se insere numa frase ou na continuação ou antecendência da outra. E, como foi feito? Procurando temas repetitivos, frases que pareciam representar situações de forma mais ou menos coerente e de significado similar, metáforas que podiam implicar imagens específicas ou mesmo palavras com significados particulares.

Primeiramente, foram identificados discursos que pareciam construir a forma de experienciar a vida dos meninos em PSC em posições deslocadas, no sentido de que os mesmos, de formas distintas e contrastantes, não reconheciam a medida enquanto sendo a que deveriam cumprir. Falavam mais de conflitos e injustiças e a PSC entrava no discurso como a medida aplicada de forma incoerente. O discurso era de não aceitação da medida.

O passo seguinte constituiu no estudo das implicações dos discursos, isto é, dos efeitos discursivos, ou seja, quais as consequências de assumir tais discursos? Quais atitudes eram incentivadas aos meninos a realizarem já que se sentiam injustiçados com a medida?

Seguidamente, apresentaram-se para cada um dos meninos temas (aspectos jurídicos e sociais; PSC e Escola) e perguntas que pareciam identificar o significado e consequências atribuídas à utilização ou ao recurso a cada discurso particular. Em suma, a Análise do Discurso é hoje multi e interdisciplinar e apresenta um efeito decisivo no modo como se configura o mundo social, procurando demonstrar como a linguagem é usada para manter relações desiguais de poder, mas também procura das pistas para uma mudança positiva das práticas sociais e institucionais.

Para Conceição Nogueira (2008) as contribuições da Análise do Discurso envolvem: permitir um aprofundamento da compreensão das estratégias discursivas que moldam as formas distintas de construções do meio social, ao colocá-las abertamente sob crítica, acaba por facilitar os processos de transformação não so reproduzindo; preocupa-se com a

aplicação e tenta promover estratégias de resistência e, serve não só como crítica social, mas igualmente, como meio de promoção de mudança social.

Cuidados Éticos

Embasou-se na teoria ética de Murphy e Dingwall apud Flick (2009) que nos desperta para quatro questões: não-maleficência (busca evitar qualquer dano ao participante), beneficência (produz reflexões acerca da medida socioeducativa vivenciada, ressignificando-a e estimulando novos aprendizados), autonomia ou autodeterminação (os valores e as decisões dos participantes são respeitados) e justiça (todos os participantes são tratados igualmente) (p. 51).

Nesse viés, elaborou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com os seguintes aspectos principais: Quem é a pesquisadora; Qual é a pesquisa; A importância da pesquisa; A justificativa da pesquisa; Explicação objetiva da estrutura das perguntas e seus blocos/categorias; Perguntas formuladas na perspectiva de valorizar as vivências da PSC pelos meninos e meninas participantes, sem julgamentos e Confidencialidade da pesquisa.

Quanto aos riscos, os mesmos são mínimos, podendo se caracterizar por lembranças negativas do momento em que vivenciou a PSC. Tanto o referido risco como a liberdade de desistir da pesquisa a qualquer momento foram previamente informados.

Conforme discute Fernandes (2016), no que diz respeito às imagens éticas das crianças na investigação, numa analogia com os (as) adolescentes, não se pretende esculpí-los (as) enquanto sujeitos desconhecidos da pesquisa, *“desinformados acerca do fato de estarem a ser investigado, não lhes sendo sequer solicitado consentimento informado”* (p.5). Nem sujeitos prevenidos, *“aos quais é solicitado consentimento informado para ser observado e/ou questionado, mas dentro de uma estrutura adulta rígida, em que tudo é decidido e controlado pelo adulto.”* (p.5). Mas sim, busca acolher os (as) adolescentes como participantes ativos, conhecedores dos objetivos e dinâmicas da pesquisa, *“sendo-lhe solicitado o consentimento informado e tendo a possibilidade de influenciar a forma como decorre a sua participação.”* (p.5). Apesar de saber que essas três imagens podem coexistir, a última é o caminho pedagógico a ser trilhado.

Fernandes (2016) ainda aponta para se acautelar quanto *“os espaços onde a recolha de informação decorre, de modo que não haja ruídos ou intromissões que condicionem a recolha da informação”* (p.7). Sendo importante destacar que o ambiente do CREAS já possui salas de escutas qualificadas as quais psicólogos, assistentes sociais, advogados e demais profissionais realizam atendimento com sigilo e ética. São nesses ambientes que

também ocorreram os encontros com os meninos e meninas. Ainda se acrescenta que: o que já foi dito nessas salas pelos (as) mesmos (as) ficou ali. E, conseqüentemente, não será diferente. *“Há que considerar nesse aspecto uma questão com alguma complexidade, que deverá equacionar a possibilidade de serem divulgados episódios reveladores de risco para as crianças e a forma como os pesquisadores lidam com a informação recolhida.”* (p.7) Faz-se sentir o CREAS enquanto local onde o (a) adolescente estabeleceu vínculo. Especialmente, porque os profissionais ali envolvidos já têm conhecimento de sua história e lhe são familiares. Em suma, o ambiente escolhido para aplicação de questionário e entrevista expressa uma aliança de confiabilidade que se projeta na pesquisadora que foi acolhida e também faz parte daquele cenário.

Os meninos eram nomeados como queriam ser chamados; livres para se recusar a participar da pesquisa, bem como livres para abandonar a qualquer momento, e que não existia ali uma avaliação de “certo-errado”, mas que seria uma oportunidade de escutar e ler suas vivências enquanto sabedoria e experiência, única como cada um (a), ao experienciarem o perpassar da medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade¹⁷, *“sem se sentir constrangidas e influenciadas na forma como produzem (ou não) com autoria suas representações.”* (FERNANDES, 2016, p. 12).

Vale ressaltar que, como houve um contato com os meninos para a realização de um convite para esta pesquisa, telefonando para os mesmos, do CREAS e, a posteriori, a realização de um questionário, informando que haveria, por sua vez, após aprovação do Comitê de Ética, uma entrevista. Geraram-se expectativas, laços de confiança e uma proposta em aberto. Os meninos procuraram saber da entrevista enquanto ainda era esperada a aprovação do Comitê de Ética. Pensou-se na possível desistência dos meninos pelo tempo de espera e no comprometimento com o que havia sido prometido, pois as falas já eram *“aquela moça da pesquisa só fez prometer que ia ter uma entrevista, até agora nada.”* Daí, “aquela moça” (a pesquisadora) viu que já era hora de continuar. Incentivada pelo orientador, outros cuidados éticos foram pensados: o respeito pelos meninos que já estavam aguardando a entrevista.

Assim, repartimos da consideração crítica de Reis (2014, p.150) sobre questões éticas:

[...] consideração ética vai além de dar um pseudônimo ou código ao outro, de inserir dados biográficos à guisa de cumprimento formal, ou de apensar transcrições dos dados originais como comprovação material. Confiança na pesquisa parece ser mais importante do que confiabilidade. A consideração com o outro, a meu ver, é aquela que relativiza minhas certezas, meus

¹⁷O objetivo era que os meninos se sentissem professores avaliando à medida que vivenciaram.

alcances, que me faz repensar pontos de partidas e modos de me colocar no inacabado movimento de busca.

O movimento supramencionado comunga com uma pesquisa emancipatória, aquela *sobre, para e com* os participantes (CAMERON *et. al.*, 1992). Esse tipo de pesquisa diferencia-se da pesquisa ética (pesquisa sobre os sujeitos); e da pesquisa em defesa de (pesquisa sobre e para os sujeitos) (CAMERON *et. al.*, 1992, p.22).

Maffesoli direciona para uma atitude de lucidez retratando a força de uma intuição que esteja sintonizada com a vida social. Em francês, há a seguinte expressão popular: *avoir le nez creux*, que significa ter o nariz aguçado. Um nariz aguçado é capaz de sentir, farejar. Encontro o pesquisador como um farejador social. Assim, não se pode fechar a ética numa atitude demasiadamente conceitual. A especificidade mesmo da pesquisa, no fundo, é uma tentativa-erro. A pesquisa que não é dogmática vivencia diversas tentativas ainda que existam erros. (MAFFESOLI; ICLE, 2011, p.523).

A seguir, percorremos com mais detalhes o território que contempla o local das vivências dos meninos e meninas em Prestação de Serviços à Comunidade e quem são esses protagonistas da pesquisa.

CAPÍTULO 2

***“PARA MIM SERVIÇO COMUNITÁRIO SERIA
SERVIÇOS GERAIS”¹⁸: Quem são os sujeitos de direitos
que definem a Prestação de Serviços à Comunidade?***

¹⁸Frase de um menino durante a aplicação do questionário.

Caracterização do Município de Olinda com ênfase no Centro Histórico

Nos versos de Carlos Pena Filho, “Olinda é só para os olhos, não se apalpa, é só desejo. Ninguém diz é para lá que eu moro. Diz somente: é lá que eu vejo.” O nome Olinda foi dado a partir de uma frase dita pelo primeiro donatário da capitania de Pernambuco, Duarte Coelho Pereira: “Ó linda situação para se construir uma vila”. Não se sabe o dia da fundação de Olinda; mas sim que o povoado prosperou tanto, que em 1537, já estava elevado à categoria de vila. Em 16 de fevereiro de 1630, a Holanda invadiu Olinda e conquistou Pernambuco. Tomada a cidade, os holandeses se estabeleceram no povoado e ilhas junto ao porto e abandonaram Olinda.

Em 24 de novembro de 1631, os holandeses incendiaram Olinda, após retirar os materiais nobres das edificações para construir suas casas no Recife, que começa a prosperar sob a administração holandesa. Em 27 de janeiro de 1654, os holandeses foram expulsos e iniciou-se a lenta reconstrução da Vila de Olinda. Passando à categoria de cidade em 1637, Pernambuco foi o palco de grande parte das revoltas contra as imposições feitas pelos holandeses.

O Centro Histórico de Olinda, remete ao início da colonização portuguesa no Brasil, no século XVI, quando se consolidou como sede da Capitania de Pernambuco, no período áureo da economia de cana de açúcar. Olinda é também um dos mais importantes centros culturais do Brasil. Foi declarada, em 1982, Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Em 2005, Olinda foi eleita a primeira Capital Brasileira da Cultura para o ano de 2006. Foi a primeira vez que o Brasil elegeu uma capital cultural.

Olinda experimenta um período de intenso desenvolvimento na transição do século XIX para o século XX, com a migração de famílias seja como veranistas ou moradoras; esse processo, potencializando com a instalação da eletricidade e o consequente surgimento do bonde elétrico, insere no município uma vida social intensa, marcada pelos ciclos de grandes festejos, sendo o Carnaval seu ápice (NASCIMENTO, 2009).

Quanto aos dados sociodemográficos atuais, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a área territorial de Olinda, em 2019, consta de aproximadamente 41.000 km² e a população estimada, em 2020, de 393.115 pessoas.

A seguir se apresenta um mapa de Olinda valorizando seus aspectos turísticos e culturais.

Figura 3. Mapa de Olinda.



Fonte: <https://mapasblog.blogspot.com/2014/06/mapas-de-olinda-pe.html> Acesso em: 22 nov. 2020.

E, os bairros do Centro Histórico de Olinda compõe a Região Política-Administrativa (RPA) oito que é o foco desta pesquisa, são eles: Amaro Branco, Amparo, Bonsucesso, Carmo, Guadalupe, Monte, Santa Tereza e Varadouro. Sendo este último um dos bairros de maior incidência de meninos e meninas em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto apontado pelo Plano Decenal de Medidas Socioeducativas do Município de Olinda (2016-2025).

As Regiões Políticas-Administrativas de Olinda são contempladas a seguir:

Quadro 2- Bairros de Olinda por RPA.

RPA	BAIRROS DE ABRANGÊNCIA
RPA 1	Passarinho, Alto da Bondade, Alto do Sol Nascente, Caixa D'Água, São Benedito, Córrego do Abacaxi, Alto do Sol Nascente, Alto da Macaíba e Alto do Cajueiro.
RPA 2	Alto Nova Olinda, Nova Olinda, Santa Casa, Córrego da Bondade, Córrego do Capim, Córrego do Abacate, Alto da Redenção e Alto da Conquista, Córrego Nozinho, Córrego Aureliano, Sapucaia de Dentro, Sapucaia de Fora, São Benedito, Aguazinha e Jardim Brasil V.
RPA 3	Sítio Novo, Salgadinho e Peixinhos.
RPA 4	Jardim Brasil e Vila Popular.
RPA 5	Ouro Preto, Jatobá e 7º RO.

RPA 6	Alto da Nação, Bultrins, Alto da Mina e Jardim Fragoso
RPA 7	Bairro Novo, Casa Caiada e Jardim Atlântico.
RPA 8(foco desta pesquisa)	Amaro Branco, Amparo, Bonsucesso, Carmo, Guadalupe, Monte, Santa Tereza e <u>Varadouro (um dos bairros de maior incidência de meninos e meninas em medida socioeducativa em Meio Aberto).</u>
RPA 9	Tabajara e Zona Rural.
RPA 10	Rio Doce.

Fonte: elaboração da autora baseado no Plano Decenal de Medidas Socioeducativas do Município de Olinda (2016-2025) e no disponível em: <https://www.olinda.pe.gov.br/atendimentopublico/> Acesso em: 25 nov. 2020

Conforme o Plano Estadual Decenal de Atendimento Socioeducativo¹⁹ (2015-2024) Olinda iniciou o atendimento às MSE em meio aberto em 2002; inicialmente, como um programa, e a partir de 2004, como serviço da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, executado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). O Serviço conta um corpo técnico multidisciplinar especializado (assistentes sociais, psicólogas, advogado, pedagoga, orientadores sociais etc.) que atua no planejamento, execução e avaliação das ações desenvolvidas.

Em 2009, considerando a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, instituída pela Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social, o programa passou a “Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade”, sendo ofertado no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, de forma integrada a outras unidades do Sistema de Garantia de Direitos. E com isso definiu a interseção no Sistema Único de Assistência Social - SUAS e SINASE, instrumentalizando os sujeitos envolvidos com a efetivação dos dois sistemas e detalhando a função da Assistência Social no âmbito do sistema socioeducativo no que se refere às medidas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade.

Quanto a governança, desde 2016 e iniciando sua segunda gestão em 2020, o Prefeito de Olinda, é um representante da Educação, Professor Lupércio Carlos do Nascimento. Lupércio ingressou na política através do movimento estudantil, chegando a se tornar presidente do DCE na FUNESO (Fundação do Ensino Superior de Olinda). Foi reeleito em 2020 com um total de 123.534 votos.

¹⁹Disponível em: <https://www.sigas.pe.gov.br/files/05202019041251-pedas.final.pdf> Acesso em: 24 nov. 2020.

Quem são os meninos e meninas de PSC em Olinda (2017-2019)

*“Um preto, um pobre
Um estudante, uma mulher sozinha.²⁰”
(Belchior).*

Trazemos esse canto poético de Belchior, para lembrar que “Amar e mudar as coisas nos interessa mais”. Os referidos atores sociais já fazem parte de um grupo vulnerável: são em grande maioria negros (as), pobres e moradores de periferia. Ou seja, os sujeitos da pesquisa já representam um grupo excluído e, dentro desse grupo podemos ainda fazer um recorte de gênero. Afinal, os meninos em conflito com a lei podem ser percebidos com “liderança” (chefe da boca de fumo, por exemplo), assumindo um “temor” na comunidade. Mas, uma menina cumprindo medida socioeducativa é preconceituosamente percebida como totalmente fora do seu “papel social” de mulher (frágil, dona da casa, boa esposa, boa mãe). Ainda há muito o que desconstruir... E, historicamente, nesse contexto, são notórias as fortes marcas de exclusão e se faz mister o enfrentamento às desigualdades pelas políticas de ações afirmativas. A figura a seguir, fotografia de parte de uma parede do CREAS Olinda, expressa que não estou amando sozinha, mas com os meninos da pesquisa.

Figura 4. Pintura pelos meninos do CREAS.



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

O Brasil moderno através do Código de Menores de 1927 designa uma faixa etária que é a do “menor”. Mascarando situações de risco social e infâncias abandonadas através de conotação valorativa negativa. O “menor” foi entregue à alçada do Estado, que tratou de

²⁰Trecho da Canção, Alucinação.

cuidar dele, institucionalizando-o sob condições disciplinares.

O ECA expulsa o termo “menor infrator”, substituindo para “adolescente em conflito com a lei”, mas ainda luta contra seus resquícios. Estes últimos incluem até mesmo a forma de vivenciar e/ou atribuir à medida socioeducativa em referência neste estudo. Nesse viés, cabe a compreensão de que a PSC não é um castigo (não deveria ser realizada como). Ela não pode ser a palmatória ofertada outrora ao chamado “menor”, mas a configuração de um conjunto de atividades socioeducativas que estejam em sintonia com a condição de sujeito de direitos.

E, qual o tempo que representa a adolescência? Primeiramente, ousamos questionar a compreensão de tempo linear, cronológico e contínuo, mas sim dar vez a temporalidade não linear.

Como traz Figueiredo (1995, p. 9):

É preciso contar a história de uma vida sem dar a impressão de se estar diante de uma sucessão linear, unidirecional e necessária de momentos, cada um deles sendo tomado como um simples e plenamente significativo "agora". É preciso garantir nesta história lugares para acasos e imprevisíveis, lugares para rupturas, lugares para saltos adiante, para retornos e ressignificações; é preciso evitar a tentação de fazer da existência de alguém um processo meramente aditivo ou subtrativo de atributos que se agregariam ou descartariam de uma substância permanente.

A adolescência não é uma mera ponte entre infância e fase adulta. É preciso compreendê-la para além de uma transição, porém enquanto vivências em sua historicidade.

Somando com Ozella (2003, p. 20), *"é necessário superar as visões naturalizantes presentes na Psicologia e entender a adolescência como um processo de construção sob condições histórico-culturais específicas"*.

Adolescência, portanto, deve ser pensada para além da idade cronológica, das transformações físicas ou dos ritos de passagem. Urge que a adolescência seja entendida como uma categoria que se (re) constrói dentro de uma história e tempo específicos. Bem como, nessa conjuntura, cabe “despatologizar” a noção do desenvolvimento humano, especialmente, no que se remete às adolescências. Assim, as peculiaridades e especificidades históricas, culturais e sociais precisam ser consideradas nas pesquisas, como a proposta desta.

Partindo da desconstrução da premissa de que apenas é civilizado o conhecimento europeu que, determina a monoculturalidade e, por sua vez, deslegitima crenças, histórias, línguas e valores que pertencem a grupos subalternos, busca-se, então, compreensões decoloniais sobre adolescências inseridas no contexto socioeducativo brasileiro.

Para Quijano (2005), o eurocentrismo diz respeito a uma *“específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais”* (p. 126). O referido autor pontua que:

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social quotidiana da escala societal. (QUIJANO, 2005, p. 73).

Há, com isso, múltiplas formas da colonialidade atravessar na sociedade e esta almeja normalizar/padronizar os sujeitos conforme a visão eurocêntrica. A colonialidade apresenta distintas teias que se entrelaçam: colonialidade do poder, do ser, do saber, do corpo, de gênero, da natureza, entre outras.

No que se refere à colonialidade do ser, por Bezerra (2019), essa colonialidade é baseada na noção de raça, em que a branquitude sempre é superior. Nesse viés, compreender as adolescências negras inseridas nas medidas socioeducativas sob a ótica decolonial é um desafio que abraçamos em cada palavra-ação desta pesquisa. Por sua vez, a colonialidade da natureza, existe enquanto barreira discriminatória imposta entre a natureza e o cotidiano do colonizado, como, por exemplo, o não reconhecimento dos saberes populares. Assim, analisar as percepções da Prestação de Serviços à Comunidade através das vivências dos próprios meninos, suas crenças, história, relatos, trata-se de uma compreensão decolonial da medida socioeducativa fulcro deste estudo.

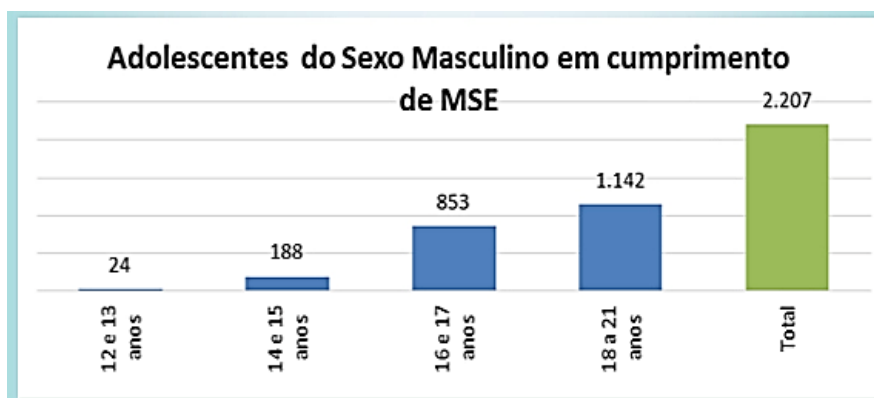
Retrata-se nesta pesquisa das adolescências inseridas nas comunidades de Amaro Branco, Amparo, Bonsucesso, Carmo, Guadalupe, Monte e Santa Tereza em Olinda-PE. E, para pensar e agir diferencialmente em relação às adolescências periféricas, faz-se mister deslocamentos decoloniais em nossos saberes e fazeres junto e com esses segmentos.

Em 2017, pela primeira vez o Levantamento Anual SINASE traz informações copiladas do Meio Aberto que são geridas pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) do Ministério da Cidadania com questões formuladas para o atendimento de meninos e meninas em Liberdade Assistida ou Prestação de Serviços Comunitários. O Sistema Nacional de Informação do Sistema Único de Assistência Social (Rede SUAS) tem a função de suprir as necessidades de comunicação no âmbito do SUAS e de acesso a dados sobre a implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). A Rede é um instrumento de gestão, organizando a produção, o armazenamento, o processamento e a disseminação dos dados.

Ainda sobre a pesquisa realizada pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em fevereiro/março de 2018, a mesma aponta que em 2017 no Meio Aberto existiam 117.2071 meninos e meninas em cumprimento de Liberdade Assistida - LA e/ou Prestação de Serviço à Comunidade - PSC, sendo 69.930 nesta última e 84.755 em Liberdade Assistida.

Em 2018 foi elaborado o Boletim 004/2018 pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude do Governo do Estado de Pernambuco trazendo dados do mesmo no que concerne as medidas socioeducativas de meio aberto. Quanto a visualização do recorte de gênero, tem-se os gráficos apresentados a seguir:

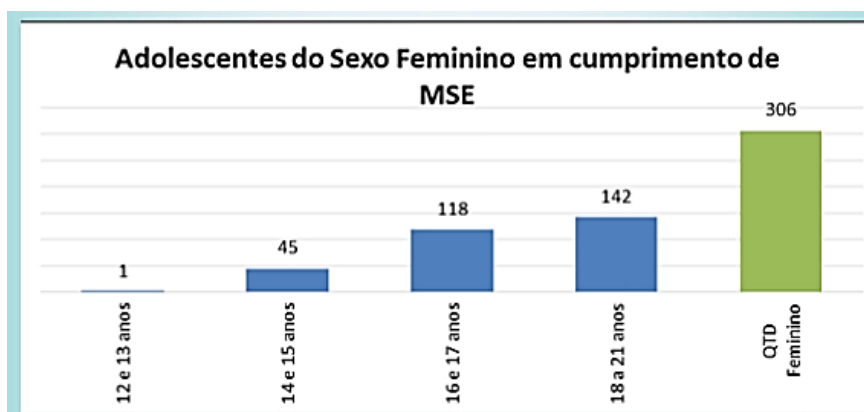
Gráfico 2. Adolescentes em MSE Meio Aberto em Pernambuco do sexo masculino.



Fonte: Pesquisa Nacional de MSE-2018/ Elaboração: COGPV/SEASS. Disponível em: <https://www.sigas.pe.gov.br/files/01252019025412-boletim.informativo.004.2018.pdf> Acesso em: 29 nov. 2020.

É válido destacar que a presente dissertação contempla em seus instrumentos metodológicos a possibilidade de optar se colocar enquanto heterossexual, homossexual, bissexual, lésbica, gay, travesti, transexual e outros. Pois, estudos recentes sobre sexualidade e gênero de Ferreira e Klein (2019) apontam falta de dados sobre pessoas LGBTIQ + em conflito com a lei no Brasil, impactando, com isso, negativamente no desenvolvimento de políticas públicas adequadas e na capacidade de se prover uma resposta efetiva a violações sistêmicas. Nesse cenário, o Atlas da Violência (2020) apresenta que a violência contra população LGBTQIA+ aumentou 19,8%.

Gráfico 3. Adolescentes em MSE Meio Aberto em Pernambuco do sexo feminino.



Fonte: Pesquisa Nacional de MSE-2018/ Elaboração: COGPV/SEASS. Disponível em: <https://www.sigas.pe.gov.br/files/01252019025412-boletim.informativo.004.2018.pdf> Acesso em: 29 nov. 2020.

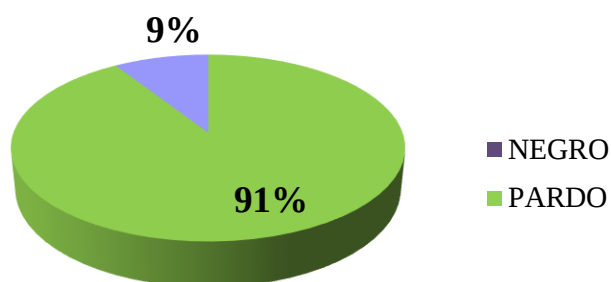
Nota-se que semelhante os adolescentes, as adolescentes do sexo feminino, apresentam um aumento de ocorrências de conflito com a lei à medida que se tornam mais velhas e as diferentes questões relacionadas à exclusão social e condicionamentos diversos da sociedade se tornam decisivos em suas vidas. Apesar do quantitativo de jovens do sexo feminino em cumprimento de MSE ser significativamente menor em relação ao masculino o padrão etário se mantém.

O Atlas da Violência (2019), por sua vez, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, sinaliza que a morte prematura de meninos e meninas entre 15 a 29 anos por homicídio é um fenômeno que tem crescido no Brasil desde a década de 1980. Além da tragédia humana, tais homicídios geram consequências sobre o desenvolvimento econômico e redundam em substanciais custos para o país. Ainda sobre este documento, é apresentado que, em 2017, 35.783 meninos e meninas foram assassinados no Brasil. Esse número representa uma taxa de 69,9 homicídios para cada 100 mil meninos e meninas no país, taxa recorde nos últimos dez anos.

De acordo com o Atlas da Violência (2019), dos 35.783 meninos e meninas assassinados (as) em 2017, 94,4% (33.772) eram do sexo masculino. Também neste caso se verifica grande variação das taxas entre as diferentes UFs. Considerando-se apenas os meninos, os três estados com maiores taxas foram Rio Grande do Norte (281,9), Ceará (262,6) e Pernambuco (255,4).

Em 2017, os dez meninos e uma menina em PSC se autodeclararam a maioria pardos:

Gráfico 4. Adolescentes em PSC Olinda-PE (2017) por cor.



Fonte: elaboração da aluna a partir de dados disponibilizados pelo CREAS Olinda.

Vale ressaltar, ainda de acordo com o Plano Decenal de Medidas Socioeducativas do Município de Olinda (2016-2025), que a maioria dos meninos e meninas não declararam a sua cor ou quando declaram, identificam-se enquanto pardo. Havendo pouco mais de 10% que se declara negro. Necessitando que o poder público direcione uma concentração de esforços nas políticas de ações afirmativas e um trabalho articulado com a Coordenadoria do Negros e Negras nessa perspectiva. Esse fator também foi verificado nos anos de 2017, 2018 e 2019.

Há um estigma histórico da imagem dos atores sociais inseridos no contexto do conflito com a lei. O preconceito sofre adaptações e muda sua estratégia, algo extremamente preocupante, pois essa característica faz com que muitas vezes, não percebamos o racismo presente na sociedade e até mesmo em nós mesmos (as). Onde está o grande percentual negro? O Atlas da Violência (2020) afirma que o risco de ser vítima por cor é representado por: 74% maior para negros e 64,4% maior para negras.

Vivemos nas sombras dos resquícios dos Códigos Menoristas, das perspectivas de Lombroso²¹, todas às vezes em que olhamos as comunidades de Olinda que compõem o corpo da pesquisa, aqui mencionadas no Quadro 2²² (Amaro Branco, Amparo, Bonsucesso, Carmo, Guadalupe, Monte, Santa Tereza e Varadouro) e os próprios meninos e meninas por uma imagem petrificada que vincula cor, condição social e violência. Sendo ainda esta última uma condição de única direção: partindo dos (as) adolescentes em medida socioeducativa, e não o contrário. A questão é: ser pobre, negro e residir nas comunidades periféricas, não implicar ser violento, mas sim é ser conhecedor da devastação da

²¹Cesare Lombroso, um criminologista e médico, publicou em 1876 seu livro mais notório “O Homem Delinquente”, identificando criminosos por aspectos genéticos e físicos (incluindo o uso de padrões estabelecidos).

²²Encontra-se nas páginas 19-20.

violência. “Para Abramovay (2002), crianças e adolescentes violentos são crianças e adolescentes que aprendem a ser violentos, porque não são educados para o diálogo e para o contexto” (FERREIRA, 2016, p.55).

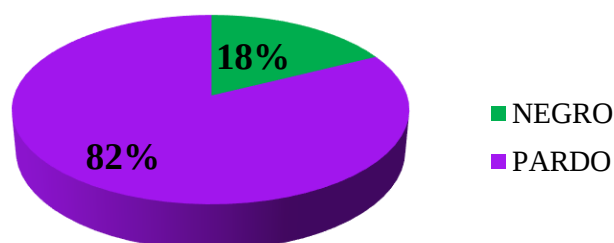
A contextualização remete à diversidade, nas palavras de Ferreira:

A diversidade poderá ser compreendida como a existência de diferenças que não se excluindo, podem se opor. A oposição não implicará a exclusão, a segregação, a discriminação, a destruição daquele ou daquele o qual não espelha traços identitários. (FERREIRA, 2016, p.60).

Assim, não diz respeito a partir do percurso binário da repressão para compaixão, ou vice-versa, trata-se da luta complexa pelos direitos das crianças e adolescentes defendidos pelo ECA a 31 anos²³.

Em continuidade, o CREAS de Olinda quanto às medidas socioeducativas (2018) se caracteriza por treze meninos e quatro meninas em PSC, que também se autodeclararam, a maioria, pardos:

Gráfico 5. Adolescentes em PSC Olinda-PE (2018) por cor.



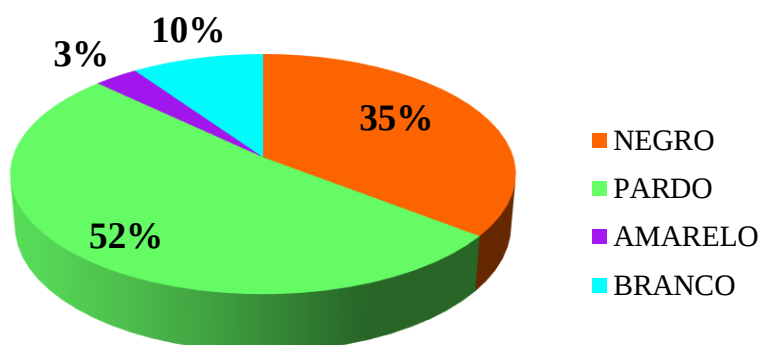
Fonte: elaboração da aluna a partir de dados disponibilizados pelo CREAS Olinda.

A humanidade não conseguiu superar a dificuldade de aceitar que somos feitos de pluralidade, que somos constituídos na diferença. Em 2019, por sua vez, os trinta meninos e uma menina em PSC²⁴ também se autodeclararam a maioria pardos, mas o branco e amarelo foram mencionados:

²³Em 13 de julho de 2021 o Estatuto da Criança e do Adolescente vivencia seu 31º aniversário, viva o ECA!

²⁴Mapeamento elaborado pela pesquisadora a partir dos PIA's disponibilizados no CREAS Olinda concomitante aplicação do questionário.

Gráfico 6. Adolescentes em PSC Olinda-PE (2019) por cor.



Fonte: elaboração da aluna a partir de dados disponibilizados pelo CREAS Olinda.

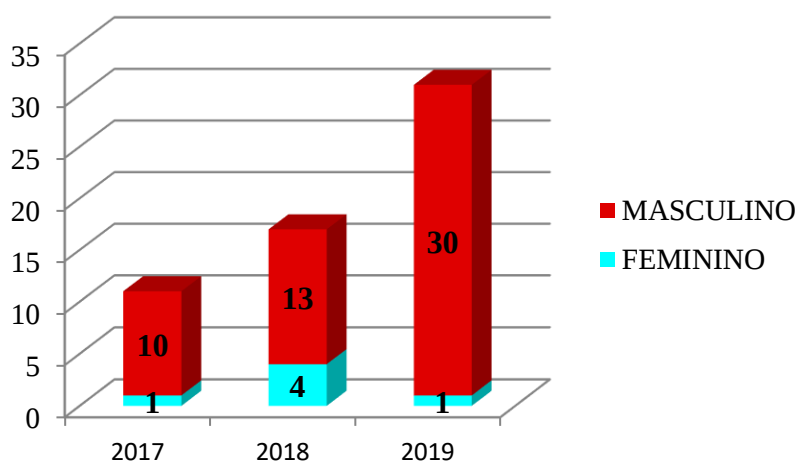
É válido ainda mencionar que a construção deste trabalho visava inicialmente um recorte de gênero em todo seu bojo, mas alcançando apenas uma menina com o questionário, foi perceptível a impossibilidade de se retratar do universo feminino a partir de uma experiência única.

Concomitante, quatro meninos responderam o questionário²⁵ na modalidade presencial, tendo como *locus* o CREAS no período de janeiro – fevereiro 2021. Salienta-se que o fator da vulnerabilidade de acesso ao aparelho de celular e *internet*, bem como possíveis rivalidades entres os mesmos, apontou a direção pelo presencial e aplicação individual.

Uma ressalva consta de ligarmos aleatoriamente para os meninos e meninas que vivenciaram a Prestação de Serviço à Comunidade em Olinda-PE, sendo as ligações realizadas do telefone institucional do CREAS do referido município, pela pesquisadora, na presença da equipe técnica que acompanhava a Medida Socioeducativa. E, espontaneamente acolhendo os (as) que expressaram desejo em participar e já agradecendo aos que não sentiam naquele momento essa vontade.

²⁵Em apêndice.

Gráfico 7. Adolescentes em PSC Olinda-PE (2017, 2018 e 2019) por gênero.



Fonte: elaboração da aluna a partir de dados disponibilizados pelo CREAS Olinda.

E, no próprio espaço do CREAS, a partir do contato com os Planos Individuais de Atendimento, que representam parte do acompanhamento aos meninas e meninos, foi notório o fluxo mensal irregular (2017-2019) quanto às entradas de Prestação de Serviços à Comunidade. Ou seja, em 2017, 2018 e 2019, percebem-se oscilações dos meses que obtiveram mais /menos meninos (as) em Prestação de Serviços à Comunidade.

Os protagonistas da pesquisa: Não são de Jorge Amado, mas são como outros meninos de Capitães da Areia

Quem eram? A menina Ru, sorridente e gosta de ler livros. Sonha em exercer a função de psicóloga e falava da medida socioeducativa como quem viveu uma injustiça. Suas aptidões registradas no PIA: área de computação e maquiagem, nada teve a ver com a atividade desenvolvida na medida socioeducativa que vivenciou: na biblioteca de uma escola pública, como atendente. Durante o questionário foi perceptível sua ansiedade em querer um emprego e o alívio de desabafar a “injustiça” cometida: um simples conflito escolar que terminou na justiça. Ela conseguiu um emprego dias depois da aplicação do questionário e fez questão de avisar com entusiasmo no CREAS: “diz a pesquisadora que eu consegui.” Aparentemente Ru ficou até esse momento, todavia, fez-se presente em toda construção deste trabalho, essencialmente quando se cogitava desistir, pois seu entusiasmo em vencer, em realizar seus sonhos, deixou uma lição que se impregnou neste texto: a perseverança. A menina Ru simboliza a força de todos que lutam pelos direitos das adolescências.

O menino Ivan, falou do seu amor pela bola, por filmes e habilidade com conserto de celular. Todavia, na vivência da PSC, expressou com indignação ter ficado sentado de

castigo: Nada de bola, filmes e/ou conserto de celular. Era apenas o ócio. Ivan olha para o papel do questionário, olha para a pesquisadora, e muitas vezes, afirma: estou pensando sobre a medida só agora. O menino Ivan lembrava o personagem Sem Pernas do livro *Capitães da Areia* de Jorge Amado. A diferença foi a causa da morte. Ivan foi assassinado durante o processo de escrevivência deste trabalho. E, o personagem Sem Pernas cometeu o suicídio. Segundo o autor, “*e rindo, e ridicularizando, era que fugia da sua desgraça. Era como um remédio*” (p. 33). Preso e humilhado por policiais bêbados, que o obrigaram a correr em volta de uma mesa na delegacia até cair extenuado. A violência em Sem Pernas (e a de Ivan) era fuga e enfrentamento à própria violência de que foram vítimas.

Mago, como quis ser chamado, expressou desejo em seguir carreira militar, falou de sua competência para vendas e trouxe diversos ensinamentos, sendo um deles: “*poderia ter sido reparação de danos, mas a justiça deu PSC.*” Sua feição expressava essa revolta. Executa, com os demais, os roubos necessários à sobrevivência, sem jamais deixar de praticar a oração e sua fé em Deus, como o personagem Pirulito. “*magro e muito alto, uma cara seca, meio amarelada, os olhos encovados e fundos, a boca rasgada e pouco risonha*” (AMADO, p. 28, 2009).

Acinho gosta de ler livros de história, e do valor que guardava na memória com o aprendizado durante a PSC: “*a diretora me encinou mecher com ventiladores.*” Sim, fizemos questão de repetir a escrita do verbo ensinar feita pelo adolescente. Para pensar: o que é ensinado na escola durante a vivência da medida? Acinho só tem até a sétima série pelo projeto Travessia, escreve com dificuldade, e a lembrança mais alegre na escola foi a de que aprendeu a consertar ventiladores. Acinho lembrava o personagem João Grande, o mais alto e forte dos Capitães de Areia e de um coração igualmente enorme.

O barbeiro Victor, como com orgulho se apresenta, relembra de como se sentiu importante no primeiro dia de cumprimento da sua medida socioeducativa. Ele, que, diversas vezes se viu sem ter atenção, foi foco da atenção neste dia. Inclusive, durante o questionário, paramos, nos olhamos e cantamos juntos²⁶ um trecho de Gonzaguinha que diz: “*A gente quer é ter muita saúde; A gente quer viver a liberdade; A gente quer viver felicidade (...) É... a gente quer viver pleno direito; A gente quer é ter todo respeito; A gente quer viver uma nação; A gente quer é ser um cidadão.*” Victor ainda relata que “*serviço comunitário seria serviços gerais.*” Assim esta pesquisa reúne esforços em conceituar a Prestação de Serviços à Comunidade numa linguagem acessível para que a referida medida não seja castigo para

²⁶ Registrei emocionada no diário de campo.

outros meninos que se alegram com o mínimo oferecido, às vezes, só atenção. O menino Victor lembrava o personagem Pedro Bala, líder dos Capitães da Areia e com uma cicatriz de navalha no rosto, lembrando a navalha que trabalha como barbeiro.

Dois dos meninos supramencionados relataram problemas com drogas. Com os meninos, seguimos costurando, numa metáfora as linhas seriam Escola, PSC e CREAS. As agulhas somos nós, atravessando o tecido dos saberes.

Costurando: Escola, PSC e CREAS

O título do capítulo 2 acolhe uma das frases registradas durante a aplicação do questionário e contempla uma pintura realizada outrora pelos meninos e meninas no CREAS Olinda. Precisamos estar atentos (as) para aprender com eles (as), para não esquecer que, como expressa a pintura, só o amor constrói. Com esse amor, e ainda acrescentando, com esperança, estudamos a construção do conceito de Prestação de Serviços à Comunidade, ‘com’ e ‘por’ os meninos em meio aberto.

Vivência, no dicionário online²⁷, é sinônimo de experiência, e mais, de saber, vida e conhecimento. Experiências de si são vivências que se produzem e se constituem no decorrer da história e através da qual “*o sujeito se oferece seu próprio ser quando se observa, se decifra, se interpreta, se descreve, se julga, se narra, se domina.*” (BONDÍA, 2008, p. 43).

Em O Guardador de Águas (2017), Manoel de Barros revela o que seria o seu sujeito da experiência. Ele nos apresenta Bernardo da Mata, um sujeito que experiencia a sua vida na simplicidade, ora fazendo o encurtamento das águas, ora falando com as próprias águas (fonte de vida). Como alguém que conversa com a própria existência. Para Larrosa Bondía, o sujeito da experiência é tombante em suas formações e transformações (BONDÍA, 2002). Nesse caminho, Manoel de Barros desemboca dizendo que “*como a foz de um rio – Bernardo se inventa*” (BARROS, p. 16).

Numa analogia com Manuel de Barros, “*Que a palavra parede não seja símbolo de obstáculos à liberdade nem de desejos reprimidos nem de proibições na infância*”, assim, substituindo a palavra parede por PSC, refletimos: que a Prestação de Serviços à Comunidade não seja símbolo de obstáculos à liberdade, nem de desejos reprimidos, nem de proibições na infância.

Sendo as atividades da PSC analisadas a partir do que os meninos lembram sobre elas, é válido debater sobre memória, que representa uma função cognitiva que nos permite

²⁷ Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/vivencia/>> Acesso em: 28 out. 2021.

justificar a diferenciação dos povos em termos de representações culturais. Ela define quem um indivíduo é. A memória de um fenômeno vivido por duas pessoas, por exemplo, pode ser evocada e descrita diferentemente por essas mesmas pessoas. Hipoteticamente, se seus hipocampus – estrutura localizada nos lobos temporais responsável pela consolidação da memória – produzem traços de memória diferenciados, isso remete novamente à influência dos padrões culturais exercidos sobre esses indivíduos e suas experiências singulares. Com efeito, a memória é resultado de alterações morfológicas do cérebro decorrentes da codificação de informações sensoriais, tais como o tato, visão, audição, somadas a estruturas internas já consolidadas de conceitos e características que formam determinados objetos. Assim, pode-se entender que:

A memória fragmentária dos povos é distinta. Exemplo disso seria a imagem verbal da pirâmide, que se difere entre os dois povos. A área occipital, responsável pela captação da visão, pode ser destacada também nesse sentido, sendo o formato das pirâmides diferentes dentre esses dois povos comparativos (SILVA, SANTANA FILHA e FONSECA, 2017, p. 9).

Mais precisamente, os objetos e, conseqüentemente, os modelos mentais deles são formados de acordo com as experiências sensoriais, sociais, culturais e ontológicas de cada povo. Para Cosenza e Guerra (2011, p. 68), *“nossa memória de pessoas, coisas, lugares ou eventos é armazenada de forma fragmentária e nossas lembranças são feitas de reconstruções providenciadas a cada momento”*. Isso explica a importância desse tipo de memória na produção de modelos e de representações, bem como a valoração da potencial utilização dinâmica dos sistemas sensoriais. A questão das funções executivas, quando relacionadas com a tomada de decisão e organização do conhecimento, é de suma importância, não só para justificar os jogos matemáticos, como foi feito na seção anterior, mas para compreendermos algumas decisões do ponto de vista da NC. As funções executivas englobam três regiões do cérebro: dorsolateral, giro do cíngulo e orbitofrontal (COSENZA e GUERRA, 2011). A primeira destas está intrinsecamente ligada à memória, fazendo parte da tomada de decisões, “consultando” o que o indivíduo já conhece. As duas outras estão ligadas a mensuração de riscos, inibição de comportamentos indesejados e automonitoramento (SILVA, SANTANA FILHA e FONSECA, 2017) que, por sua vez, poderão ou não trazer os benefícios objetivados.

Expandindo o conceito de memória, tem-se em Halbwachs o conceito de memória coletiva. De tal forma que podemos compreender que os processos de recordação e localização das lembranças levam em consideração os contextos sociais na reconstrução da memória. Assim, a memória não tem apenas uma dimensão individual, afinal a lembrança

coexiste com/em um grupo social. Memória, para Halbwachs (2013), é reconstrução. É preciso considerar que não se trata de uma repetição linear das vivências no contexto de interesses atuais. E, precisa de uma comunidade afetiva. Isto é, a constuição acontece com o convívio social, assim, as lembranças individuais são fundamentadas nas lembranças dos grupos que os meninos estiveram inseridos. Significa que a memória de Victor, Acinho, Ivan e Mago, individualmente cada um deles, resulta, na realidade, da combinação das memórias dos diversos grupos que eles estão/estiveram inseridos.

Entendemos que a memória é, então, construída em grupo e, que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, pois as *“lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós”* (HALBWACHS, 2013, p. 30). Assim, a lembrança é produto de um fenômeno coletivo e se encontra posta em um contexto social específico. O referido sociólogo apresenta a contribuição da memória coletiva na rememoração:

Uma ou mais pessoas juntando suas lembranças conseguem descrever com muita exatidão fatos ou objetos que vimos ao mesmo tempo em que elas, e conseguem até reconstituir toda a sequência de nossos atos e nossas palavras em circunstâncias definidas, sem que nos lembremos de nada de tudo isso (HALBWACHS, 2013, p. 31, grifos nossos).

Sendo que a memória engloba um universo simbólico e apresenta bases nas experiências históricas de vida dos sujeitos e da sociedade a que pertencem, considerando: *“1) o contexto da história social e da cultura política brasileiras e da esfera regional e local; 2) as experiências de vida cotidiana e a interação das pessoas com atores políticos e organizações, e 3) as influências de instituições políticas, agentes e eventos mais amplos”* (SANDOVAL, 1994, p. 73).

Cabe somar com a categoria ‘educação’. Mas, afinal, onde ela está? Conforme Brandão (1995), a educação está em todos os lugares e no ensino de todos os saberes. A educação é política, e possui também um significado de classe. Nas relações entre a educação e a política, manifesta-se uma lógica de classes. Esta relação estabelece os modelos culturais e os ideais, que orienta a organização interna da instituição educativa (CHARLOT, 2013, p.67). Também consideramos que a educação é um processo cultural e um fenômeno social.

E, como afirmam Aragão e Miranda (2019) *“como a medida possui caráter pedagógico o processo de escolarização é fundamental para que o cumprimento da medida possua êxito”* (p. 6). Para tal, *“se faz necessário a integração das demais políticas públicas*

de atenção ao adolescente” (p.6).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), por sua vez, no seu art.1º, demonstra a amplitude do conceito de educação que ultrapassa o conhecimento fundamentado nos bancos escolares e permeia as instâncias da vida das pessoas. *“Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”* (art. 1º, Lei n.º 9.394/1996).

A socioeducação emerge da década de 1980 e tem *“como premissa básica princípios oriundos da pedagogia social” e tem como finalidade “demarcar a diferença entre os referenciais punitivistas vigentes no trato do chamado “menor delinquente” e a proposição de um novo paradigma, fundamentado em noções e práticas que se opunham à ideia de mera penalização”* (RIZZINI; SPOSATI; OLIVEIRA, 2019, p. 36). Para Graciani (2014, p. 23) a pedagogia social é ancorada em dimensões essenciais, quais sejam, (a) democrática; (b) solidária; (c) participativa; (d) transformadora.

Historicizando, no final do século XIX o conceito de Prestação de Serviços à Comunidade surge como forma de penalidade na perspectiva de possibilidade alternativa ao regime fechado voltado ao adulto. Pois, já havia a ideia de que o encarceramento deveria ser menos utilizado diante das suas problemáticas habituais: superlotação de presídios, elevados custos para manutenção do sistema e a complexidade das relações dentro da instituição prisional. Assim, a PSC emerge inicialmente como uma sanção alternativa no ordenamento jurídico de natureza voluntária e de caráter socializador (BITENCOURT, 2017).

No Brasil, durante a presidência de João Figueiredo, último presidente do período da ditadura civil-militar, em junho de 1984, incluiu-se a PSC, para maiores de 18 anos, por meio da Lei 7.209. Esta legislação, que reformulou o Código Penal, prevê e descreve as chamadas penas alternativas para adultos, as chamadas penas restritivas de direitos. De acordo com o artigo 44, quando definida uma pena de prisão para um indivíduo adulto, sob certas circunstâncias, poderá ser aplicada uma pena alternativa. Então, a PSC surge como responsabilização penal:

Lei 7.209. Art.46 – A prestação de serviços à comunidade consiste na atribuição ao condenado de tarefas gratuitas junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas, orfanatos e outros estabelecimentos congêneres, em programas comunitários ou estatais.

Parágrafo único – As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do condenado, devendo ser cumprida, durante 08 horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a jornada normal de trabalho.

De acordo com a legislação brasileira, a Prestação de Serviços à Comunidade consiste em propiciar ações gratuitas a instituições ou entidades públicas sem fins lucrativos e que estejam devidamente conveniadas com a Central de Penas e Medidas Alternativas. A PSC é conceituada, segundo Bitencourt (2017), no que confere atribuições gratuitas ao condenado junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas, orfanatos, e outros estabelecimentos congêneres, em programas ou estatais.

Destarte, a PSC conforme Bitencourt *“é um ônus que se impõe ao condenado como consequência jurídico-penal da violação da norma jurídica”*(p.317), não devendo ser caracterizada por “emprego” nem pelo apenado, nem pela instituição e tampouco pela sociedade. Foi nesse sentido que se preocupou a lei em estabelecer as entidades já mencionadas como os locais supramencionados a serem cumpridos os trabalhos comunitários.

Inclusive, a Convenção sobre Trabalhos Forçados (Convenção de Genebra, 1930), a Convenção para Proteção dos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais (Tratado de Roma, 1950), Convenção sobre Abolição de Trabalhos Forçados (Convenção de Genebra, 1957), o Acordo Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (Convenção de Nova York, 1966) e a Constituição Federal de 1988 caracterizam o trabalho forçado como incompatível às sociedades democráticas de direitos. Miranda (2016) amplia esse olhar histórico:

Nos anos de atuação da Funabem/Febem o trabalho era visto como “medida terapêutica para regeneração” dos meninos e das meninas que vivenciavam a experiência da pobreza e que eram considerados “menores delinquentes”. Para Violante, a Febem sempre se colocou como uma instituição educacional, e não como uma prisão; como uma unidade de reeducação, e não como um sistema prisional. Desse modo, era comum encontrar no discurso oficial a reprodução de uma ideia construída pelo senso comum de que “o trabalho dignifica o homem e não o roubo.” Os estudos históricos produzidos sobre a infância no Brasil sinalizam que o discurso “ressocializar através do trabalho” foi utilizado sistematicamente pelo Estado republicano (p.67).

Considerando o definido na Constituição Federal de 1988, *“Art. 7º / XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”* e no Estatuto da Criança e do Adolescente: *“Art. 60. É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz”*, o trabalho é proibido até 14 aos 16 anos que não seja na condição de aprendiz.

A função social vinculada à Prestação de Serviços à Comunidade promove uma evolução paradigmática haja vista que destrava os muros do presídio e se aproximada inclusão social, e, concomitantemente, da própria comunidade. Com relação ao termo prestação de serviços é possível realizar a leitura do ponto de vista socioeducativo, que designa uma medida judicial aplicada a determinado (a) adolescente como resposta Estatal ao cometimento de um ato infracional, ou do ponto de vista econômico, expressa a diferença da produção de um bem ou de um produto, visto que “[...] *serviço é trabalho em processo, e não o resultado da ação do trabalho; por esta razão elementar, não se produz um serviço, e sim presta um serviço*” (MEIRELLES, 2006, p. 134). Geralmente, essas duas concepções se entrelaçam e se confundem na execução dessa medida.

O rio da natureza jurídica das medidas socioeducativas ainda fomenta debates da presença ou não do caráter punitivo e/ou pedagógico. Sendo uma margem do rio os que preconizam que elas possuem apenas viés pedagógico, e outra margem com os que apontam respingos da natureza coercitiva e, ao mesmo tempo, elementos educativos (LIBERATI, 2006).

Olympio Sotto Maior faz uma releitura desse rio, afirmando a inexistência de configurações coercitivas e/ou punitivas. Veronese (2005, p.110) enfaticamente nos traz que *“as medidas são chamadas socioeducativas e não punitivas.”* A autora destaca que as medidas socioeducativas são do gênero da proteção. O Estatuto da Criança e do Adolescente, inclusive, afasta a ideia de punição, direcionando que a situação que envolve o ato infracional pode e deve ser resolvida no espaço social, da construção ética da emancipação.

Nadando em direções contrárias, Volpi (2011, p.56) entende que as medidas socioeducativas *“comportam aspectos de natureza coercitiva, vez que são punitivas aos infratores, e aspectos educativos, no sentido da proteção integral e oportunidade e do acesso à formação e informação.”* Emerge assim a natureza híbrida da MSE, que segundo Paula (2011, p 55) *“a dimensão punitiva, prevê penalidade e a dimensão pedagógica procura instaurar a finalidade educativa da punição através da garantia dos direitos fundamentais.”*

Concordamos com Ortegá (2011):

A medida socioeducativa não se situa no polo da proteção, nem tampouco no polo da punição. Trata-se, na verdade, de um fenômeno de natureza complexa, dialética, que agrega respostas sancionatórias a uma violação das leis, restringindo direitos individuais, ao mesmo tempo em que garante, e até mesmo promove, direitos sociais, como é o caso particular das necessidades pedagógicas de adolescentes que transgridem a lei (p.65).

Assim, possui fortemente caráter pedagógico, no sentido de que a responsabilização dos (as) meninos (as) permeia a sua inclusão na cidadania plena. Sendo o conceito de socioeducação importante para a compreensão do bojo de todas as medidas socioeducativas:

Durante os debates que levaram a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente – década de 80 – Antônio Carlos Gomes da Costa expõe um conceito retirado do Poema Pedagógico de Makarenko²⁸: Socioeducação. O qual permitirá enfatizar o caráter pedagógico das novas políticas públicas direcionadas aos adolescentes em conflito com a lei e ao mesmo tempo realizar uma crítica aos códigos anteriores. Este novo conceito, ao lado da terminologia já posta pelos Códigos de MelloMatos e Código de Menores – Medidas – estabelece a fusão: Medidas Socioeducativas (RANIERE, 2014, p. 182-183).

A referida medida voltada aos (as) meninos (as), surgiu com o Estatuto da Criança e do Adolescente, tendo em vista que não estava prevista, nem no Código Mello Mattos de 1927, nem no Código de Menores de 1979. Porém, mesmo sem estar prevista nesses dois códigos supramencionados, ela já se aplicava em determinadas situações, considerando que, para o sistema judiciário, a PSC era compreendida como de praxe da sua conduta. (Decreto nº 17.943-A, 1927; Lei 6.697/1979)²⁹

Historicamente, como nos convida a refletir Morelli (1996), com a regulamentação nº 6026 de 1943 a figura do “delinquente” é substituída pelo termo “infrator”. E, a liberdade vigiada, até então uma medida idealizada, passou “*a ser utilizada somente quando decretada a cessação da periculosidade do adolescente interno como “infrator”*” conforme Carvalho (1977, p. 38-61 apud MORELLI, 1996, p. 118).

Neste ínterim, emergiram as instituições que faziam do trabalho um instrumento educativo, disciplinador, formativo e reabilitador (Londono, 1997; Passetti, 1997). De tal forma, as instituições disciplinares, orientadas a partir do art. 202 do Código Mello Mattos, poderiam oferecer o aprendizado de vários ofícios, tais como: costura e trabalhos de agulha; lavagem de roupa; engomagem; cozinha; manufatura de chapéus; datilografia; jardinagem, horticultura, pomicultura e criação de aves (Decreto nº 17.943-A, 1927)³⁰. Sendo que, historicamente:

A falta de locais adequados contribuía para a transgressão das leis.

²⁸O livro “Poema Pedagógico” foi escrito pelo pedagogo ucraniano Anton Semióvitch Makarenko (1888-1939), narrando sua experiência como diretor de uma instituição que atendia a jovens abandonados e infratores na União Soviética, no período de 1920 a 1928, e os transformou em ativos cidadãos. Educação social é um dos conceitos centrais do trabalho de Makarenko. (BISINOTO *et. al.* 2015, p. 581).

²⁹Código Mello Mattos (1927); Código de Menores (1979).

³⁰Id.

Duas medidas se mostraram as mais comuns: ou encaminhavam os infratores para presídios comuns, instituições que não possuíam condições de manter devidamente separados os menores de 18 anos dos adultos; ou internavam nos Abrigos, originalmente destinados a triagem ou para aqueles em estado de abandono, medida que ajudava nos desvios dos objetivos das instituições, complicando o trabalho de atendimento. (MORELLI, 1996, p. 123).

Seria a Prestação de Serviços à Comunidade, quando não vivenciada nas expectativas do ECA e do SINASE, uma projeção melhorada desses espaços? Segundo Ataíde (2002, p. 88) “[...] os jovens, que cumpriam a medida de prestação de serviços à comunidade, eram submetidos a trabalhos onde não havia um cunho socioeducativo subjacente à medida”. E como afirma Prates (2012, p.134) “[...] as opções de trabalho são restritas e pouco educativas. As tarefas, via de regra, são mecânicas e exigem pouco raciocínio”. Para o autor as atividades, geralmente, estavam relacionadas a serviços gerais, o que nos leva a questionar suas possibilidades pedagógicas.

É oportuno salientar que a proposta acima não se embasa no projeto educacional de Educação pelo Trabalho, estabelecido pelo pedagogo Antônio Carlos Gomes da Costa (Costa, 2006), que representa, por sua vez, um processo formativo com vistas a promoção de uma cultura da trabalhabilidade. Ao contrário, o trabalho é concebido como mecanismo de conservação do *status quo* vigente, que visava o desenvolvimento de mão de obra barata, disciplinada e com escassa capacidade reivindicativa (Foucault, 2013).

Anterior a sua promulgação pelo ECA, o Código de Menores de 1972 regulamentava as sanções em caso de violação da lei por parte de menores de idade, mas “[...] não previa a medida socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade, limitando-se à Liberdade Assistida, à Privação da Liberdade e à Semiliberdade” (ATAÍDE, 2002, p. 15).

O serviço comunitário no olhar do Estatuto da Criança e do Adolescente faz perceber como prestação de serviços, as tarefas de relevância pública, que ambicionem uma dinâmica educativa que beneficie a eclosão de novas competências e integração social (CONANDA & SEDH, 2006). Ainda no ECA, a medida de Prestação de Serviços à Comunidade pressupõe o desenvolvimento de tarefas sem remuneração na comunidade, por, no máximo, oito horas semanais, sem prejuízo da frequência à escola e ao trabalho.

Seção IV – Da prestação de serviços à comunidade:

Art. 117 – A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

Parágrafo único – As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal do trabalho.

Pela citação acima, a previsão legal é expressa quanto ao prazo de cumprimento da medida, que tem a periodicidade de até seis meses, conforme sentença judicial, com jornada de até oito horas semanais, podendo ser aos sábados, domingos e feriados, contanto que não impeça a frequência escolar, que é, inclusive, obrigatória no cumprimento da medida, compreensão.

Conforme o ECA, artigo 112, parágrafo 2º, é proibida a prestação de trabalho forçado, sendo as tarefas compatíveis tanto com as aptidões físicas e intelectuais do jovem quanto com sua condição social. Bem como, deve ter caráter educativo e socializante para o/a adolescente que a cumpre.

Em vista disso, em 1990 a PSC é acolhida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente como uma das ações pedagógicas e socioeducativas gratuitas, de interesse geral comunitário, afastados os riscos da insalubridade, periculosidade ou de afronta à dignidade da pessoa humana. Bergalli (2010, p. 567) aponta a referida medida enquanto tarefa que impõe a confrontação com o alter coletivo, de sorte que possa se expressar uma confiança recíproca que, no que lhe toca, está presente em todos os códigos de ética comunitária. Nem “delinquente”, nem “infrator”, simplesmente adolescente. E, no que diz respeito ao termo “perdidas” outrora associado às meninas abandonadas, o professor Humberto Miranda reforça:

Não podemos deixar de registrar que a expressão *meninas perdidas* era bastante utilizada por populares e apropriada pelo sistema de justiça. A historiadora Martha Abreu, ao discutir os processos de crime de meninas no Rio de Janeiro na primeira metade do século XX, afirma-nos que a expressão era atribuída aos casos que envolviam crimes sexuais ou até questões relacionadas aos costumes tradicionais, como sexo antes do casamento. As meninas que vivenciavam tais experiências eram identificadas como *perdidas* (MIRANDA, 2014, p. 255).

Continuando e reafirmando: sujeitos de direitos, simplesmente os (as) adolescentes. Com essa força, a PSC é caracterizada por ser de meio aberto, sem privação de liberdade, e não deve ser trabalhada no viés punitivo, porém revestida de significado social, pedagógico e ético. As atividades devem possibilitar acesso a novos conhecimentos e habilidades no processo de aprendizagem e oportunizar relações interpessoais que sejam favoráveis ao (a)

menino (a), num carácter bem diferente da aplicação da pena ao adulto, como nos ensina Carride (2006, p. 359):

A direção do programa de medida de prestação de serviços à comunidade, ao selecionar e credenciar entidades assistenciais, hospitais, escolas ou outros estabelecimentos congêneres, bem como os programas comunitários ou governamentais, de acordo com o perfil do socioeducando e o ambiente no qual a medida será cumprida, observará se as mesmas cumprem o requisito de estarem juridicamente constituídas e se prestam serviços de interesse da comunidade, com carácter socioeducativo, havendo vedação legal expressa que se estabeleça qualquer relação de subordinação ou exploração com o adolescente prestador de serviço, bem como que sejam designadas tarefas que possam colocá-lo em situação constrangedora ou que coloque em risco a sua saúde.

A referida medida é também crucial para criação de novas políticas sociais de participação direta da comunidade, que almejem a envolver a sociedade nas políticas de atendimento ao (a) adolescente em conflito com a lei. E, com o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a efetivação de parcerias, na PSC, o (a) adolescente, por intermédio de uma sólida proposta socioeducativa, tem a oportunidade de construir e vivenciar diferentes relações sociais, o que implica um processo de crescimento, de aprendizado, de reflexão.

Sobre as unidades de prestação de serviços as mesmas são caracterizadas pela natureza comunitária ou governamental, sem fins lucrativos, que ofertam atividades que tem por objeto a satisfação das demandas coletivas, como, por exemplo: escolas, entidades assistenciais, hospitais, entre outros. Em síntese, são instituições de serventia pública de importante incumbência política e social. De modo geral, são encaminhados a essas instituições os/as adolescentes que se adequem às exigências da unidade, residam ou trabalhem nas proximidades da mesma e/ou apresentem escolaridade compatível com as tarefas propostas.

A posteriori, o encaminhamento à instituição que o (a) adolescente irá cumprir a PSC, fica a cargo da unidade que irá recebê-lo: o acolhimento, apresentação da instituição, exposição das normas institucionais e das garantias e deveres, descrição da tarefa a ser executada pelo socioeducando e acompanhamento do mesmo, acordo em relação às horas e dias de serviço e comunicação das faltas e demais intercorrências à equipe do programa de meio aberto.

Para que a socioeducação se cumpra, é imprescindível que a tarefa não expresse um viés punitivo, mas sim propósitos educativos na intervenção junto ao (a) adolescente. E, de acordo com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, há nessas entidades dois

profissionais que auxiliam o (a) adolescente na execução da medida socioeducativa: o profissional de referência socioeducativa, funcionário de nível superior ou com função de gerência ou coordenação da unidade de prestação de serviços, e o guia socioeducativo, profissional da unidade ligado ao exercício da atividade/serviço a ser realizada pelo socioeducando (CONANDA & SEDH, 2006).

Em síntese, a roupagem da Prestação de Serviços à Comunidade é de uma determinação judicial, que exige que um (a) adolescente autor (a) de ato infracional preste serviços comunitários socialmente benéficos, não remunerados e sob supervisão. Incluindo, ainda, a participação em atividades de desenvolvimento pessoal, educação ou outros.

Inferese do ECA que a medida estudada não pode se configurar como atividade perigosa, insalubre ou penosa, realizada em locais prejudiciais à formação e ao desenvolvimento físico, psíquico, moral e social. Uma ressalva é a diferenciação do serviço comunitário com a prática do voluntariado, em razão deste ser consequência de uma disposição espontânea do sujeito e, de forma alguma, podendo ser produto de uma decisão ou imposição externa (Costa, 2011).

A PSC assegura a convivência comunitária, na perspectiva de fomentar uma recontextualização construtiva do conflito e oportunizar, à sociedade, o empoderamento na busca de resolutividade de seus conflitos (CONANDA & SEDH, 2006). Outros cruciais aspectos da PSC são: a reparação das violações à pessoa e às relações interpessoais, a experiência da vida comunitária, de valores sociais e do compromisso social.

Enfatiza-se que a tarefa realizada no cumprimento da medida deve ser fruto da articulação entre a escolha do adolescente e a oferta posta pelos locais de prestação de serviços, compatibilizando as habilidades dos/as meninos/as, seus interesses e as demandas comunitárias.

Assim, não é possível a prestação de serviço numa entidade privada que não cumpra nenhum programa comunitário, porque, nesse caso, haveria apropriação indevida de mão de obra, evitando, por desvio ou abuso na execução, que a medida dê margem para exploração do trabalho do adolescente pela entidade (Queiroz, 2008). Liberati (2006) explica que o serviço pode ser uma tarefa, que se pode traduzir também em trabalho, atividade física ou mental (diversa da relação de emprego), todavia, o *Caderno de orientações técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto*, coloca a importância da PSC não se confundir com atividades laborais, afinal as exigências educativas devem prevalecer sobre o aspecto laboral da atividade.

O desempenho do (a) menino (a) está intimamente relacionado ao processo de se tornar membro funcional de uma comunidade, possibilitando maior confiança, crença pública e apoio a sanções comunitárias.

Assim como as demais medidas, a PSC não pode admitir a inserção do (a) menino (a) em situações constrangedoras, ou vexatórias. Não sendo configurada como tarefas: varrer ruas, limpar carros da garagem da prefeitura, pintar a escola em dias letivos, lavar banheiros públicos, usar uniforme que o identifique com o serviço de Medida Socioeducativa.

Aspectos como a localização geográfica em relação à moradia do (a) menino (a), grau de escolaridade do adolescente, sua formação religiosa, experiências anteriores, aptidões e habilidades, entre outros, devem ser considerados para definir o local onde o (a) mesmo (a) prestará serviços. Deve-se observar, ainda, a capacidade física dos locais de cumprimento da MSE, condições de salubridade, banheiros, equipamentos e segurança adequados.

É imprescindível o atendimento ao disposto no Artigo 13 do SINASE:

Art. 13. Compete à direção do programa de prestação de serviços à comunidade ou de liberdade assistida:

I - selecionar e credenciar orientadores, designando-os, caso a caso, para acompanhar e avaliar o cumprimento da medida;

II - receber o adolescente e seus pais ou responsável e orientá-los sobre a finalidade da medida e a organização e funcionamento do programa;

III - encaminhar o adolescente para o orientador credenciado;

IV - supervisionar o desenvolvimento da medida; e

V - avaliar, com o orientador, a evolução do cumprimento da medida e, se necessário, propor à autoridade judiciária sua substituição, suspensão ou extinção. (BRASIL, 2012).

O Juiz de Direito que aplica uma medida em meio aberto como a PSC deverá oficiar a unidade executora da medida, além de outras providências indispensáveis, conforme a Lei do SINASE (BRASIL, 2012):

Art. 52. O cumprimento das medidas socioeducativas, em regime de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade ou internação, dependerá de Plano Individual de Atendimento (PIA), instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente.

Parágrafo único. O PIA deverá contemplar a participação dos pais ou responsáveis, os quais têm o dever de contribuir com o processo ressocializador do adolescente, sendo esses passíveis de responsabilização administrativa, nos termos do art. 249 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), civil e criminal.

Art. 53. O PIA será elaborado sob a responsabilidade da equipe

técnica do respectivo programa de atendimento, com a participação efetiva do adolescente e de sua família, representada por seus pais ou responsável. (BRASIL, 2012).

Acrescenta-se a este trabalho a reflexão que o termo Prestação de Serviços à Comunidade não deve ser lido e/ou compreendido como simples tautologia (todo trabalho ou serviço prestado é a comunidade para atender às suas necessidades sociais construídas historicamente). Pois, se assim fosse, o (a) menino (a) teria a possibilidade de cumprir a medida de PSC em qualquer instituição. Na realidade, o cumprimento da medida se limita a instituições sem fins lucrativos.

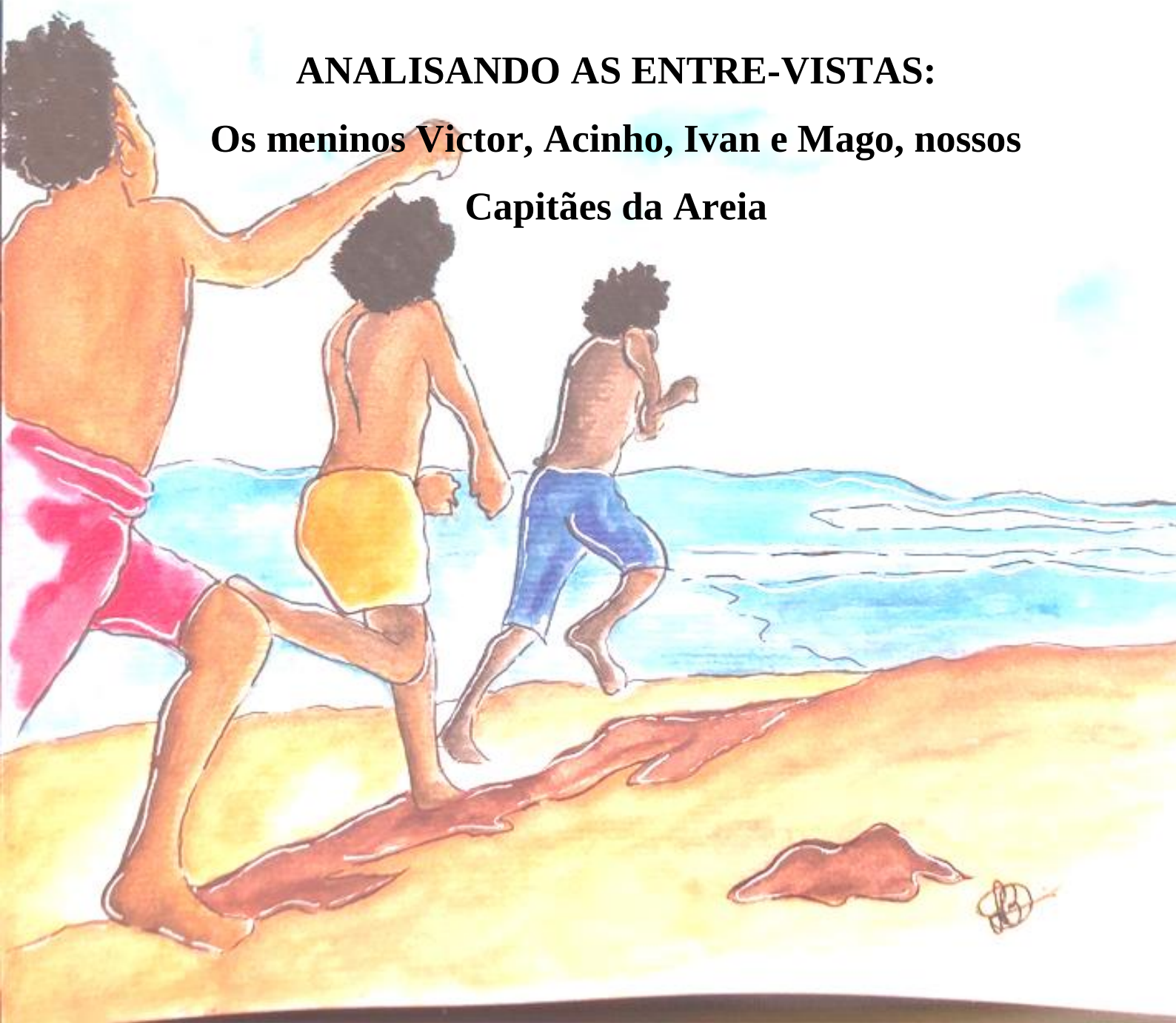
E, o conceito de comunidade aqui presente diz mais do caráter econômico da prestação de serviços que da própria comunidade, isto é, um grupo de pessoas que vivem em determinado território e estão ligadas por uma história conjunta, tradições, crenças, costumes e valores. O sentido de comunidade, nessa perspectiva, inscreve-se na e a partir da dicotomia entre a prestação de serviços públicos sem fins lucrativos e a prestação de serviços privados com fins lucrativos. As atividades sem fins lucrativos, por um lado, aparecem como públicas e, por conseguinte, comunitárias. Enquanto, por outro lado, as com fins lucrativos aparecem como ações privadas e, conseqüentemente, não comunitárias.

Bauman (2003), por sua vez, apresenta que cada vez mais protegida por muros e grades, a sociedade contemporânea revela o quanto a segurança é inimiga da comunidade. Se ainda existe espaço para uma comunidade num “mundo dos indivíduos” (p. 134), isso só se realizará numa comunidade em que se teça o presente de forma conjunta, compartilhando as decisões, cuidando-se mutuamente. Como nos revela o autor *“uma comunidade de interesse em relação aos direitos iguais de sermos humanos e igual capacidade de agirmos em defesa desses direitos”* (p. 134). Nesse percurso, convido a desconfiar de conceitos muito fechados. Aliás, em latim, a etimologia da palavra conceito vem de *concepire*, que quer dizer fechado. Há, pois, no significado mesmo do termo conceito algo que é fechado. Vamos audaciosamente abrir o conceito de Prestação de Serviços à Comunidade no próximo capítulo através das memórias trazidas pelos meninos Ivan, Mago, Acinho e Victor.

CAPÍTULO 3

ANALISANDO AS ENTRE-VISTAS:

**Os meninos Victor, Acinho, Ivan e Mago, nossos
Capitães da Areia**

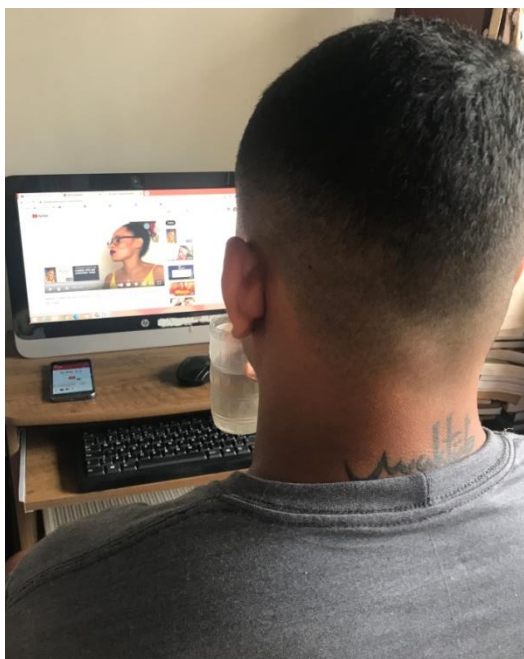


Pedro bala, o menino Victor

A revolução chama Pedro Bala como Deus chama Pirulito nas noites do trapiche. É uma voz poderosa dentro dele, poderosa como a voz do mar, como a voz do vento, tão poderosa como uma voz sem comparação. Como a voz de um negro que canta num cativeiro o samba que Boa-Vida fez... Companheiros, chegou a hora... (AMADO, p. 258, 2009).

“Ao invés de dar uma oportunidade para pessoa rever aquele ato errado, eles vão dar uma punição.” O menino Victor começa a entrevista ensinando que a punição não é o caminho. Fazendo um paralelo com a obra Capitães da Areia: *“Castigos... Castigos... É a palavra que Pedro Bala mais ouve no reformatório... Por qualquer coisa são espancados, por um nada são castigados. O ódio se acumula dentro de todos eles”* (AMADO, p. 208, 2009). Ele permitiu ser fotografado de costas, mas afirmou que se eu colocasse fielmente suas palavras seria como estar olhando olhos nos olhos dele, assim vivemos as “entre-vistas”.

Figura 5. O menino Victor, nosso Pedro Bala.



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Victor nomeia o ato infracional de *“ato errado”*, Volpi (1999) não considera esse ato como inerente à identidade do (a) adolescente, porém como uma circunstância da vida, que pode ser transformada. Sendo assim, o adolescente não nasce infrator, mas são as precárias condições sociais, econômicas, culturais, que contribuem para uma exclusão social e aproximação em tais práticas.

Nesse sentido, os atos infracionais podem ser compreendidos como uma denúncia dos adolescentes às frequentes lacunas de amparo afetivo e social que sofreram, na família, na escola, nos ambientes de cultura e lazer, bem como na ausência de espaço para participação social.

“Tem sempre um medo, chegaram a me reprimir.” A reflexão da medida socioeducativa é vivenciada com dificuldade haja vista que os primeiros parâmetros são de medo e repressão. E, o que essa punição resolve? Edson Passetti (2012) afirma que condutas negativas não se evaporam por conta do rigor punitivo e se for somar mais dor, logo multiplicar-se-ão os danos. É preciso romper com o medo, a vingança e a culpa, pois esses sentimentos:

(...) sustentam o clima emocional do sistema penal. (...) Se acreditamos na construção futura de sociedades mais justas, mais iguais, se acreditamos que um outro mundo é possível, temos que nos libertar do destrutivo sentimento de vingança, trocando-o pelo perdão, pela compaixão, pela compreensão, abrindo espaço, nos conflitos interindividuais, para estilos compensatórios, assistenciais, conciliadores. (PASSETTI, p. 106, 2012).

“Eu fui buscar uma coisa que era pra mim, o traficante passou por mim correndo, eu me assustei e corri. A comunidade acolheu o traficante que era dali, e eu um estranho, só tinha ido comprar pra mim. Corri, fiquei com medo. A polícia veio e me pegou. Me chamaram de traficante, eu não sou.” O menino Victor durante a entrevista tem a oportunidade de dizer quem ele é sem o estigma de traficante. Essa imagem pode ser refletida no pensamento de Foucault, na obra *Vigiar e punir*:

A peste (pelo menos aquela que permanece no estado de previsão) é a prova disciplinar. Para fazer funcionar segundo a pura teoria os direitos e as leis, os juristas se punham imaginariamente no estado de natureza; para ver funcionar suas disciplinas perfeitas, os governantes sonhavam com o estado de peste. (FOUCAULT, p. 176, 2013).

“Eu só tinha vinte conta na carteira, a identidade e a chave de casa, mas fui preso na Uniai e levei três tapas dos policiais antes de chegar lá.” Victor nos apresenta um caminho doloroso antes de se chegar a cumprir a medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade. Fazendo com que o percurso para se chegar à medida seja perpassado pela violência. *“Na Uniai mesmo, eu não aprendi nada, eu fui maltratado.”*

O policial ficou com os vinte reais e uma corretinha que minha avó me deu o agente penitenciário ficou, e eu ia fazer o que, minha palavra não ia valer de nada.” A memória da corrente que ganhou de presente da sua avó foi sentida com tristeza. Segundo Victor, algo

importante foi roubado dele, sem ele ter roubado ninguém. Somo essas emoções com as palavras de Jorge Amado:

Pedro Bala sentiu uma onda dentro de si. Os pobres não tinham nada. O Padre José Pedro dizia que os pobres um dia iriam para o reino dos céus, onde Deus seria igual para todos. Mas a razão jovem de Pedro Bala não achava justiça naquilo. No reino do céu seriam iguais. Mas já tinham sido desiguais na terra, a balança pendia sempre para um lado (AMADO, p. 94, 2009).

A entrevista se inverte. Victor também me faz perguntas: ele diz, *“O que o escrivão tem que escrever?”* A resposta: *“O que você tá dizendo”* Mas, Victor afirmou que o escrivão digitou o que o policial relatou e nem o escutou. *“Eu tentei dizer contra, mas quem sou eu na frente da lei, na frente da polícia? Me colocaram de cueca numa cela, uma catinga danada lá.”*

A entrevista foi também uma oportunidade de aproximar o Estatuto da Criança e do Adolescente e o SINASE do adolescente e simultaneamente a compreensão do seu olhar sobre os referidos documentos. Pois, para Victor *“Não li nada sobre SINASE ou ECA. Mas acho que falaram alguma coisa, uma explicação superficial.”*

As atividades da PSC são refletidas enquanto trabalho³¹ na perspectiva que o próprio adolescente percebe um distanciamento entre as aptidões que ele relatou ao preencher o PIA, e o que, de fato, foi encaminhado para ser feito. Enquanto houver esse afastamento, e quão maior ele for, a medida de PSC também se afasta do seu viés socioeducativo. *“Não vai ser uma atividade de aprendizado, assim, de alguma forma você vai aprender, mas não valorizando algo que você tem aptidão”* nos ensina Victor.

A memória é sentida ainda com revolta pela injustiça. *“Talvez eu lembre pela vida toda, porque foi uma sacanagem que fizeram comigo.”* Essa revolta também foi sentida por Pedro Bala, em Capitães da Areia:

E tinha vontade de se jogar no mar para se lavar de toda aquela inqueitação, a vontade de se vingar dos homens que tinham matado seu pai, o ódio que sentia contra a cidade rica que se estendia do outro lado do mar, na Barra, na Vitória, na Graça, o desespero da sua vida de criança abandonada e perseguida (AMADO, p. 92, 2009).

³¹ Sendo este, árduo e punitivo.

Ao assistir o vídeo³² chamado MAIORIDADE PENAL E DIREITOS HUMANOS apresentado durante a entrevista, reflete como retrocesso a redução da maioridade penal e faz um paralelo com a memória da sua vivência da PSC, no sentido de que não deveria haver por nenhum dia sequer, algo que limite a liberdade de um adolescente. Victor ao questionar sobre abolicionismo penal promoveu uma vivência muito significativa: pausei o vídeo e, lemos juntos³³, as seguintes considerações de Edson Passetti:

O abolicionismo penal requer práticas libertadoras (...). O abolicionismo penal começa na própria pessoa. Está além da libertação. É também uma prática de liberação. (...) O abolicionismo penal constrói percursos que são atravessados segundo as situações-problema, apresentadas e equacionadas diante das reformas penalizadoras formalizadas em lei e disseminadas pelos costumes autoritários. (PASSETTI, p. 17, 2012).

Victor reflete também sobre as poucas visualizações do referido vídeo “*era pra ter muito mais visualizações e por adolescentes.*” Esse conhecimento é preciso chegar aos (as) adolescentes. Ele também me pergunta o ano do vídeo, que sorrindo digo que não sei, procuramos juntos na internet: 2019. E, lembra da citação de Foucault trazida na página 76 deste trabalho, vamos costurar com o conceito de abolicionismo penal?

O abolicionismo arruína linguagens-fronteira e inventa linguagens-percurso ao se dispor a extinguir limites racionalmente demarcados ou expressões irracionais desta racionalidade que investe em vontade de verdade de punir. O abolicionismo, também, é a peste. (PASSETTI, p. 130, 2012).

A PSC de Victor resultou em mais de um ano. “*Eu precisava trabalhar, ter uma renda, eu não faltei alguns dias por brincadeira.*” Victor é barbeiro e hoje tem seu próprio espaço. Ele afirma que o cumprimento da PSC, todavia, contribuiu para conviver com outras pessoas, desenvolver mais a comunicação verbal e empatia. “*Com a PSC aprendi a socializar.*” Costurando com Maffesoli, “*as tribos urbanas salientam a urgência de uma socialidade empática: partilha de emoções, partilha de afetos*” (2006, p.11).

Victor é muito inteligente e é percebido que lhe falta oportunidade inclusive de estudo: ele parou no segundo ano na escola. Local que é revivido em sua memória como espaço que viveu uma injustiça. “*O que vai fazer ali na escola pra cumprir medida? Professor não vai ser, faxineiro eu acho que não se encaixa, podia ser talvez um coordenador de um grupo de*

³²Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=pyiHzXENplQ>>.

³³ Estava em mãos com o livro Curso livre de abolicionismo penal coordenado por Edson Passetti e me senti segura pelos textos que o professor Humberto já havia compartilhado com esta temática logo nas primeiras orientações.

jovens ou tipo recreador de uma atividade como jogar bola, queimado, fazer uma brincadeira, e se ainda o adolescente fosse gostar.”

Como Kramer (2000), o menino Victor também acredita que podemos (devemos) educar contra a barbárie. O que significa que o passado não precisaria ter sido o que foi e que há mutabilidade para o presente e futuro, inclusive mudar para uma direção que parece inevitável. Eis a fala do adolescente que acredita na educação: *“o espaço que seja para educar, realmente, eduque.”* Sobre a produção de injustiça pontuamos a citação a posteriori:

(...) a injustiça, inerente ao funcionamento do sistema penal, acentua-se quando se considera que a reação punitiva, necessária e prioritariamente, se dirige aos membros das classes subalternizadas, aos excluídos, aos desprovidos de poder. (PASSETTI, p. 93, 2012).

Victor e eu durante toda a entrevista nos observamos atentamente, ele demonstra atenção aos escritos que faço em meu diário de campo. Pois, apesar de estar gravando, por permissão do mesmo, alguns gestos diziam muito: seu olhar profundo, sua cabeça baixa, ou quando passava as mãos na cabeça, nesse contexto, Victor pontua que em seu nome faltava a letra “c”, pois até então eu escrevia Victor. *“Tu ensinando, tu aprende.”*

Quando o ciclo da PSC foi fechado, foi como uma revolução no coração do menino Victor. E, segundo Jorge Amado (2009), a revolução é uma pátria e uma família. E, com gratidão, a entrevista fluiu para seu fechamento. A síntese feita por Victor *“Ficava na recepção, pude melhorar minha timidez, me relacionar melhor com as pessoas, mas eu ficava só ali, como atendente. A gente fica sem realmente refletir o que fez, fica mais em atividades automáticas.”*

Gratidão pelas memórias do menino Victor com “c”: barbeiro, que sabe surfar e primeiro adolescente com quem dialogo sobre abolicionismo penal e, me fez sentir que esses diálogos são cruciais de serem multiplicados. Vamos continuar aprendendo agora, no próximo item, com o menino Acinho.

João Grande, o menino Acinho

Acinho anuncia *“Eu consertava ventiladores e ficava na portaria de castigo. Isso ia me deixando ainda mais revoltado e é muito chato ficar sentado na portaria sem fazer nada, nem livros de história me davam pra ler, e eu gosto de ler livros de história. Mas, de mexer com ventilador eu gostei de aprender.”* A PSC é trazida na memória do menino Acinho, como castigo. Mas, não seria uma medida em meio aberto? Livre? Bem, chamemos Edson Passetti novamente:

O abolicionismo penal não lida somente com os conceitos da justiça criminal, com os efeitos do direito penal, a formação acadêmica de profissionais nas universidades, com as idas e vindas do condenado até a prisão, sua vida confinada ou sob os recentes controles sutis do regime das penas alternativas. O abolicionismo penal se relaciona no dia a dia com cidadãos que se negam a discutir o fim dos castigos, acreditam na sua eficácia, na sua importância para demarcar limites, nas palmadas e nas pequenas surras. (PASSETTI, p. 17-18, 2012).

Ainda sobre castigo:

O abolicionismo penal (...) problematiza a pedagogia do castigo em que, sob diversas conformações históricas, atribui-se a um superior o mando sobre o outro. Abala o domínio no qual a criança e o jovem encontram-se confinados à condição de assujeitamento imposto pela obediência às hierárquicas regras da educação na infância e na adolescência e ao modelo do adulto legitimador das mentiras necessárias. (PASSETTI, p. 16, 2012).

Acinho gosta de trabalhar em mercado, tem habilidades de estoquista, aspectos estes relatados durante o PIA, porém distante da realidade da sua medida, vista como castigo: ficar na portaria. O menino Acinho é encantado por livros de história, mas não era afortunado com eles, e, mesmo cumprindo a medida no ambiente escolar, não era oferecidos tais fontes para leitura, o ócio da portaria era a sentença. Nas palavras de Jorge Amado *“Porque evidentemente- pensava o padre José Pedro- é impossível converter uma criança abandonada e ladrona em um sacristão. Mas é muito possível convertê-la em um homem trabalhador...”* (AMADO, p. 76, 2009). Tanto a alegria em consertar ventiladores quanto o ócio em ficar na portaria eram lembrados pelo adolescente enquanto trabalho para dignificar, quando não, sentença e/ou punição.

Ele fala que *“gostaria que essa entrevista fosse lá, na época da medida, que quisessem ouvir minha história lá na escola, agora já passou, se fosse lá na época, tinha mais diferença né.”* Que esta dissertação especialmente seja propagada entre muitos e muitas adolescentes, entre os vários Acinhos. Ele deixa a mensagem da importância do adolescente falar de si. Acrescenta-se que, de forma também produtiva, seria conhecer outras histórias

favorecendo, com isso, a reflexão e reorganização interna, uma vez que a narrativa abarca um instrumento de organização autoepistêmica da experiência particular/subjetiva e coletiva/social (DAIUTE, 2014). O diálogo é a ponte que atravessam ideias e experiências. De tal forma que é possível recuperar elementos presentes na memória e que constituem seu *self*, externalizando e ressignificando o que foi introjetado, na perspectiva de outros percursos de vida.

O personagem João Grande em Jogo Amado é marcado pelo seu enorme coração, assim era Acinho, apesar dessas lacunas, afirmou se lembrar com alegria e gratidão ter aprendido mexer em ventiladores. *“A diretora mim encinou mecher com ventiladores.”* Escreveu, dessa forma no questionário, e ficou feliz em verbalizar a posteriori na entrevista haja vista que não se sente seguro escrevendo. Inclusive, a memória mais significativa do período (2019) quando ele estava cumprindo a PSC foi este, segundo o próprio adolescente.

Foucault (2013), com seu íntimo estudo sobre a disciplina, traz a compreensão da enquanto instituição eminentemente disciplinar, responsável por docilizar e dar utilidade aos corpos. O referido teórico olha a disciplina através dos seus fatores internos, bem como as consequências. O que significa levar em conta a estrutura que sustenta a disciplina, os mecanismos despertados, os interesses envolvidos, o adestramento e docilização dos corpos.

Acinho enfatizou que a diretora precisava de alguém para consertar os ventiladores e podia ela mesma ajeitá-los, haja vista que a mesma tinha esse conhecimento. Porém, ela perguntou ao menino se ele gostaria de aprender a consertar. Ele relembra esse momento com emoção e alegria: a diretora o chamou, mas não era uma advertência, reclamação, julgamento. Infelizmente, não era sempre assim. Esses momentos eram mesclados com tempos de ócio na portaria. Sem poder cochilar, sem mexer no celular, só olhando quem entra e sai e sendo observado. Logo um professor ou a própria diretora lança um olhar sobre o mesmo. Era necessário cumprir a carga horária e estar ali, fingindo estar atento, pois segundo o mesmo ele sentia um vazio com esse ócio. Ficava *“olhando para o nada.”*

“Eu só queria estudar.” É preciso que efetivamente as escolas abram as portas para os adolescentes. A juventude é para hoje, não para amanhã. Etimologicamente, do grego, escola significa lazer estudioso, o contrário do ócio. A escola não é neutra, pois, enquanto instituição social, é orientada por fundamentos e normas expressas em uma organização curricular, de tempo e espaço. A escola engloba, em seu interior, diversos interesses e forças de maneira explícita ou não, destacando os modelos políticos e econômicos vigentes (CAMPOS; SOUZA, 2003); e das concepções teórico-filosóficas acerca do desenvolvimento e da aprendizagem.

Ninguém na escola perguntou e o mesmo lembra que sentiu vergonha em verbalizar o quanto gostaria de aprender a “*escrever normal*.” Pois, era algo que fazia com dificuldade. Mas isto estava explícito no PIA. O que permite a seguinte pergunta: o diálogo entre CREAS e Escola é fluente? Porém esse, ou qualquer outro conflito, para Maffesoli (2004) faz parte do convívio humano, pois nas formações sociais permeia um jogo que envolve desejos, necessidades, interesses que geralmente são opostos e se chocam. Caso recalcado, o conflito volta ainda com mais força. Eliminar a existência do conflito seria o mesmo que camuflá-lo. Mas, ele retornaria seja de forma gritante ou silenciosa.

Vale ressaltar que a prática pedagógica relatada pelo menino Acinho, está condicionada a interesses político-econômicos neoliberais. E, inserida no sistema socioeducativo, a escola acaba por “incluir” os meninos que não tiveram sucesso. Pauta-se outro conflito: os meninos serem reinseridos em um sistema que ora os havia expelido *versus* os olhares depreciativos que evidenciam o ato infracional numa perspectiva de culpabilização.

Acinho diz ter dificuldades para escrever e a oralidade permitiu que se sentisse mais solto. São as máscaras que permitem ser, possibilitam vivermos em nossa teatralidade. Como pontuou Nietzsche (1950, p.62) apud Maffesoli (2001, pág.154), “*a aparência é para mim a vida e a própria ação, a vida que zomba demasiadamente de mim para me fazer sentir que exista outra coisa além da aparência, fogo-fátuo, dança dos elfos e nada mais*” Assim, o menino Acinho expressava ódio e amor, aliás, “*basta olhar um pouco mais de perto para constatar que os sentimentos mais elevados são permeados de seu contrário*” (MAFFESOLI, 2004, p.62).

A máscara, a polidez, os costumes, o conformismo são como outras tantas quase intencionais modulações da astúcia, poderíamos dizer de uma astúcia organicamente ligada a vida, de uma astúcia que justifica, de alguma maneira, a própria existência. A vida como tal é uma provocação, um excesso e, por isso, recupera-o. Metaforicamente, podemos dizer que o corpo nu provoca e lembra em demasia a intensidade e a expansão da vida, a roupa esconde e resgata algo (MAFFESOLI, 2001, p.168).

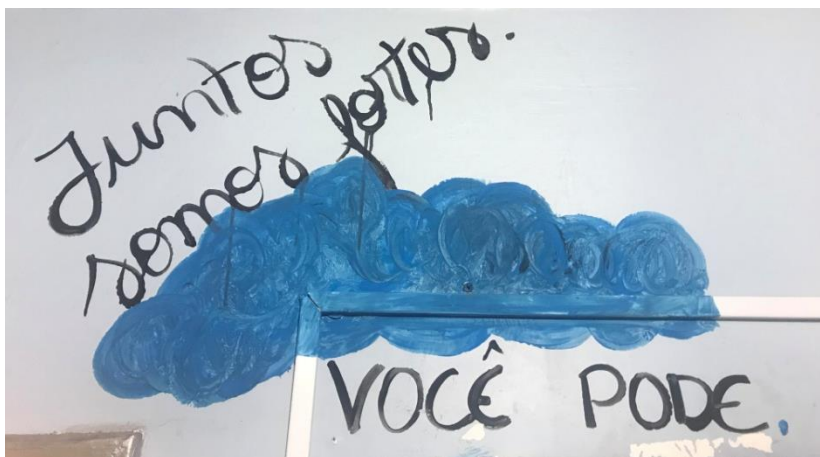
Ele parou no ensino fundamental e ainda não voltou a estudar, mas verbalizou que após a entrevista sentiu mais forte o desejo em retornar à escola. Relembra a escola onde vivenciou a medida e acredita em outra escola, uma que ele entre sem cumprir medida, só para estudar mesmo. Acinho verbaliza não ter retornado os estudos devido a ter que trabalhar para sustentar sua filha. Como sentiu e cantou Chico Buarque “*A gente quer ter voz ativa; no nosso destino mandar, mas eis que chega a roda-viva e carrega o destino pra lá...*”

Ao assistir o vídeo³⁴ chamado MAIORIDADE PENAL E DIREITOS HUMANOS ele afirma ser *“mais uma violência, né. Vai resolver o quê? Se já foi difícil pra mim em liberdade imagina quem desce e desce cedo.”* A expressão de Acinho balançando a cabeça reprovando a questão da redução da maioridade penal ecoava com as percepções de Passetti no que diz respeito a abolir as injustiças, as múltiplas formas de castigo, a pena.

Abolir a injustiça, contemporaneamente, diz respeito ao estudo da formação e educação que constituem a opinião pública e que expressam as formas de conhecimento, percepções e evidências da sociabilidade. Busca-se captar suas transformações múltiplas com a mesma paciência que dedicamos aos estudos específicos sobre a tolerância com a punição e a aplicação de penas legais, num processo contínuo de revisão dos métodos limitadores em nome da boa sociedade. Punir é poder perdoar, e a desculpa institui um circuito tirânico que reforça a centralidade do poder pelo jogo de direitos, que, por sua vez, justifica o universalismo da aplicação da lei e se refaz pelas sanções normalizadoras. (PASSETTI, p. 61, 1999).

Ao perguntar se ele queria acrescentar mais algo para nossa entrevista, ele se levanta e mostra uma marca sua no muro do CREAS:

Figura 6. Mensagem pictórica do menino Acinho.



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Sim, Acinho, juntos somos fortes. E, para somar vem chegando o menino Ivan.

³⁴Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=pyiHzXENplQ> >.

Sem pernas, o menino Ivan

Maffesoli enfrenta o modelo hegemônico de produção de saberes, para o sociólogo, “*o vitalismo transpira por todos os poros da pele social, não podemos reduzi-lo à unidade da Razão*”. (MAFFESOLI, 2008, p. 49). É urgente vitalizar a experiência humana. Com este anúncio, o autor defende a necessidade de vitalizar a experiência humana, isto é

é preciso compreender que o racionalismo, em sua pretensão científica, é particularmente inapto para perceber, ainda mais apreender, o aspecto denso, imagético, simbólico, da experiência vivida (...) É preciso, imediatamente, mobilizar todas as capacidades que estão em poder do intelecto humano, inclusive as sensibilidades. (MAFFESOLI, 2008, p. 27).

Estremece a rigidez da razão e infiltra nesse solo a sensibilidade, afinal:

O que nos interessa é a vida, com suas múltiplas sensibilidades e formas de expressão. A cotidiana, com todo o saber nela encerrado e que a movimenta por entre as belezas e percalços do dia. A sensibilidade que funda nossa vida consiste num complexo tecido de percepções e jamais deve ser desprezada em nome de um suposto conhecimento “verdadeiro”. (DUARTE JR., 2001, p. 22).

A razão por si só, com suas ferramentas e bases padronizadas, não abraça a complexidade da vida cotidiana e da organicidade social, é válido, somar com a sensibilidade e outras formas de conhecer a realidade. (MAFFESOLI, 2008, p. 15). Aponta-se uma razão sensível para escutar as inúmeras vulnerabilidades encontradas na narrativa do menino Ivan, pois essas não estavam vinculadas apenas aos aspectos materiais, mas também associadas a processos simbólicos, fatores sociais e econômicos.

Ivan é um menino-infinito é preciso uma razão sensível para percebê-lo e escutar sua narrativa. Durante a construção desta pesquisa lhe roubam a vida, mas permanece sua história. As contribuições do mesmo são tão impactantes quanto o seu assassinado. Pois, retratam direitos que parecem mortos. Ele fala de castigo, não relembra nem sente que vivenciou atividades socioeducativas. “*Eu ficava a maior parte do tempo sem fazer nada, só de castigo. Pra mim a medida é isso, o castigo. Não tem nada a ver com nada legal, como jogar bola. E tipo eles nem aproveitaram coisas que eu sei, eu tenho curso de telefonia e sei consertar celular e eu disse isso no CREAS.*”

Foi possível encontrar o personagem Sem pernas dentro do menino Ivan, na realidade, ainda não se sabe quem mora³⁵ dentro do outro:

³⁵ Ivan vive através desta pesquisa! Inclusive, a mesma teve uma pausa em sua criação. Foi o momento do luto, mas depois voltou com resistência, com mais força e as palavras começaram a disparar como balas.

Nunca tivera uma alegria de criança. Se fizera homem antes dos dez anos para lutar pela mais miserável das vidas: a vida de criança abandonada... Quando os corações das demais crianças ainda estão puros de sentimentos, o do Sem-Pernas já estava cheio de ódio. Odiava a cidade, a vida, os homens. Amava unicamente o seu ódio, sentimento que o fazia forte e corajoso apesar do defeito físico (AMADO, p. 242-243, 2009).

Durante a entrevista, o menino Ivan chegou com sua mãe, Dona Régia, que o esperou em outra sala. Ao sair da entrevista ele abraçou a sua mãe e chorou. Relembrar o período da PSC também trouxe a imagem de quem sempre esteve ao lado dele. Nem sempre percebemos quem ou o que está ao nosso lado. Até nós, pesquisadores (as). O personagem Sem pernas mais uma vez é sentido nessa cena.

Entre os lábios do Sem-Pernas se descerraram e ele soluçou, chorou muito encostado ao peito de sua mãe. E enquanto a abraçava e se deixava beijar, soluçava porque a ia abandonar e, mais que isso, a ia roubar. E ela talvez nunca soubesse que o Sem-pernas sentia que ia furtar a si próprio também. Como não sabia que o choro dele, que os soluços dele eram um pedido de perdão (AMADO, p. 127, 2009).

Ivan traz em sua fala aptidões para atendente e jogador de futebol. Inclusive, já tendo feito curso de telefonia e de consertar celular. Mas, que durante o cumprimento da PSC “ficava sentado de castigo”. Apenas organizava pastas e documentos, “*era automático, não me ajudava a pensar no que fiz, ou a pensar em nada, era vazio.*”

A pesquisa entrou em luto com a morte de Ivan. Este parágrafo é feito mais de silêncios.

E diante dos seus olhos passa a visão do homem de colete que vê os soldados a espancar o Sem-pernas e ri numa gargalhada brutal. Isso há de impedir sempre o Sem-pernas de ver o rosto bondoso de dona Ester, o gesto protetor das mãos do padre José Pedro, a solidariedade dos músculos grevistas do estivador João de Adão. (AMADO, p. 121, 2009).

Ivan nos convida a pensar sobre a relação das drogas nesse contexto. “*Com as drogas eu consigo um dinheirinho, consigo ser visto, alivia minhas angústias, afinal, quem quer me escutar, tipo, sem me julgar pelo que fiz.*” Coloco essa narrativa em contextualização histórica no que diz respeito logo depois do *impeachment* da Presidenta Dilma. A Lei n. 13.840, de 5 de junho de 2019, sob o Governo de Bolsonaro, altera a Lei n. 11343/2006, e retoma o foco no proibicionismo no que concerne o uso de drogas e uma ênfase da lógica manicomial, colocando a abstinência como objetivo dos tratamentos. Assim, o financiamento público vai para as Comunidades Terapêuticas e a internação em leitos hospitalares, que tomam os dispositivos centrais do cuidado (Ribeiro & Minayo, 2020). A consequência

principal é que aumenta as prisões por porte ilegal de drogas, atravessado por um viés de classe social e de raça.

Devido ao aumento da lógica judicializante e proibicionista da nova Lei sobre Drogas de 2019, percebe-se uma expansão na criminalização, o que reflete também na quantidade e rigor das medidas socioeducativas, especialmente para quem já se encontra a margem, nas periferias. Ivan nos ensina, com isso, que o acompanhamento socioeducativo precisa, como no papel, ser efetivamente dialógico, com intervenções interdisciplinares e intersetoriais. Não olhar para essa questão também é um castigo. E, um castigo ao corpo. Para Foucault (2013) castigar o corpo não precisa mais plateia, dor e sofrimento físico como no período dos suplícios, porque, a partir do século XVIII as regras e normalizações realizam muito bem a cerimônia punitiva.

Ivan foi condicionado, submetido às disciplinas da escola em que cumpriu PSC e, segundo Foucault (2013, p.133), são estes *“métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade utilidade”*, descritas aqui por Ivan: *Pra circular lá na escola eu tinha que tá de cabeça baixa ou olhando só pra o que eu tinha que fazer, que era organizar as malditas pastas e documentos de todo dia, eu já não agüentava mais, e não podia olhar pras coisas, o pessoal acho que até pensava que eu ia roubar, eles pensam que tava me vigiando e tavam né, mas eu também observava ali por debaixo do olho, o movimento das mãos, tudo ali, eles guardavam as bolsas, as coisas como se eu fosse pegar, trancava o armário, era um clima de medo. Eu me sentia humilhado.”* Foucault (2013) reforça com sua compreensão a respeito de disciplina que esta é nada mais que uma técnica que alcança a fabricação de indivíduos, transformando-os em ferramentas e objetos do exercício de poder.

A minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo darão, em breve, no quadro da escola, do quartel, do hospital ou da oficina, um conteúdo laicizado, uma racionalidade econômica ou técnica a esse cálculo místico do ínfimo e do infinito. (Foucault, p.121, 2013).

Vale ressaltar que não há uma orientação precisa sobre quais atividades devam ser desenvolvidas na PSC, porém se apresenta enfático como as mesmas não devem se configurar:

Essas atividades não são consideradas formas de trabalho e não podem ser cansativas e nem humilhantes para você. São atividades pensadas para que você se sinta útil para o seu bairro ou sua comunidade e te ajudem a refletir sobre as consequências dos seus atos (BRASIL, 2018, p.9, grifos nossos).

A fotografia a posteriori é uma simples homenagem ao menino Ivan, ao que ele mais amava, o mar da comunidade.

Figura 7. Orla de Olinda num fim de tarde.



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Ivan verbalizou durante a entrevista o gosto por ler romances e foi daí que nasceu a ideia de fazer um paralelo com Capitães da Areia. Essa ideia é dele, do menino que ama bola e ir à praia.

Ivan, Victor e Acinho “*não são ideias, mas pessoas exercitando repressões ou delas se libertando, reproduzindo castigos em nome da superioridade ou os abolindo para inventar outras maneiras horizontais de experimentar liberdade*” (PASSETTI, p.13-14, 2012). A seguir e com seu jeito sorridente, vem chegando Pirulito, o menino Mago, de também importantes contribuições.

Pirulito, o menino Mago

Enquanto Ivan organizava pastas e documentos, o menino Mago marcava fichas. As tarefas lembradas eram parecidas em seu automatismo. As memórias do Menino Mago são mapeadas verbalmente na relação adolescente-computador. *“Eu ficava marcando ficha no computador, mas nada. Não tem mais nada pra dizer. Era isso, marcar ficha. Não tinha mais nada não”* Ele começou contando do ato infracional, apesar de não ser questionamento da entrevista. Ele demonstrava com intensidade o desejo de colocar para fora sua revolta. *“Briguei com meu sogro e acabei pagando medida, nem eu sei explicar o que é medida, que danado é medida, algo que foi só um conflito, bastava uma conversa.”* Harmonizo com Jorge Amado:

Pirulito se entristeceu na beleza do dia. Estariam todos condenados ao inferno? O inferno era um lugar onde os condenados ardiam uma vida que nunca acabava. E no inferno havia martírios desconhecidos mesmo na polícia, mesmo no reformatório de menores (AMADO, p. 107, 2009).

O menino Mago gritava o proposto no SINASE sobre as ações socioeducativas: ele simplesmente queria que as atividades de PSC realizadas por ele tivessem a ver com a sua vida cotidiana. Como querer que faça sentido algo que para o adolescente não faz sentido? Ele, feirante, acostumado a cumprimentar gente e estar sorridente, se viu em frente a um computador marcando ficha. *“Eu queria saber o que eu tava fazendo ali. Pra mim eu só podia pensar que era um castigo, mas o que me deixava com raiva era porque eu já tinha dito que não gostava de ficar na frente do computador, eu queria me comunicar com as pessoas. Eu gosto disso aqui que a gente tá fazendo, de conversar.”* Faltava mesmo diálogo entre a prática socioeducativa e sua intenção no SINASE, vejamos:

As ações socioeducativas devem exercer uma influência sobre a vida do adolescente, contribuindo para a construção de sua identidade, de modo a favorecer a elaboração de um projeto de vida, o seu pertencimento social [...]. Para tanto, é vital a criação de acontecimentos que fomentem o desenvolvimento da autonomia, da solidariedade e de competências pessoais relacionais, cognitivas e produtivas. (SINASE, 2006, p. 52, grifos nossos).

O Mago deixou sua marca no PIA, lá estava escrito seu interesse por comunicação, por vendas e habilidades de se relacionar com pessoas. Mas, ele só marcava ficha. A sua atividade era *“repetitiva, cansativa, e não me fazia refletir nada.”*

Nesse sentido, a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) constitui-se numa importante ferramenta no acompanhamento da evolução pessoal e social do adolescente e na conquista de metas e compromissos pactuados com esse adolescente (SINASE, 2006, p. 52).

Assim, um dos aspectos observados sobre o cumprimento da medida de PSC e fomentado pelo menino Mago é a importância de ser escutado e efetivado do adolescente ser encaminhado a uma instituição que possa abranger suas habilidades. A PSC parece, segundo as memórias trazidas a respeito de sua vivência, estar distante de contribuir para o fortalecimento dos laços comunitários e sociais do adolescente, nem para o seu reconhecimento positivo, como intenciona a medida. Especialmente, quando a própria comunidade comunga que quem comete ato infracional precisa passar por castigo e punição. Cada vez é mais tocante conhecer o adolescente, pois, a construção de discursos estigmatizantes muito provavelmente não referentes a instituições que desconhecem a história do mesmo.

Apesar do desconforto do ócio ou de fazer uma atividade que não promovia reflexão, o menino Mago em vários momentos da entrevista pontuou que *“é melhor isso do que ser preso.”* A talvez romantização da PSC seja essa: não ser prisão. Mas, isso não é o suficiente. Além do mais, conhecemos aqui outras prisões que não possuem literalmente grades, mas elas existem. A atividade é lembrada como algo que representou coerção e obrigação, esvaziada de sentido.

De tal forma, que a fala de Mago demonstra que o caráter punitivo e coercitivo da medida socioeducativa sobrepõem-se ao caráter socioeducativo, que parece ficar reduzido ao escrito nos documentos legais.

O tráfico de droga e a aventura de um assalto são, espontaneamente, mencionados pelo adolescente como possibilidades de visibilidade. Aqui se faz mister a relação de exclusão/inclusão. Uma forma de ser sujeito ativo, de ser percebido. Mago não aponta muitos aspectos positivos da PSC além de se livrar da privação de liberdade. Outro incômodo trazido é de *“trabalhar de graça não tem graça”* ou seja, urge que as atividades propostas para PSC apresentem uma proposta metodológica, com objetivo e justificativa, com sentido socioeducativo e ao adolescente.

Essa fala mais solta estava vinculada a uma maior confiança adolescente-pesquisadora. Pois, durante, anteriormente o questionário o menino avaliou bem a medida, o que na entrevista justificou que temia dar *“eu dizer vai dar algum problema, não, né”*. O Mago diz que foi esperto e percebeu que se ficasse tranquilo, seria avaliado positivamente pela equipe: *“eu fui vendo que era melhor não falar, ficar na minha, cumprir horário, obedecer, marcar as fichas e pronto, sair pianinho”*.

No entanto, durante nossa entrevista ele expõe sua indignação em relação a justamente não poder dizer o que pensa, pois se sentia que era punido de alguma maneira. *“A ordem era*

o silêncio e obediência.” Assim, o poder de punir é exercido pelo dispositivo socioeducação, e Foucault (2013, p. 242) nos diz que esse *“organiza silenciosamente um campo de objetividade em que o castigo poderá funcionar em plena luz como terapêutica e a sentença se inscrever entre os discursos do saber”*.

O menino Mago queria que durante a medida *“tivessem valorizado a aptidão de vendas”* do mesmo. Mencionado no PIA e atividade presente em seu cotidiano: ele trabalha como ambulante, numa feira da comunidade. Trabalhava com gente. Deixá-lo *“em frente a um computador marcando ficha, foi uma tortura para mim.”*

O que ele queria era felicidade, era alegria, era fugir de toda aquela miséria, de toda aquela desgraça que os cercava e os estrangulava. Havia, é verdade, a grande liberdade das ruas. Mas havia também o abandono de qualquer carinho, a falta de todas as palavras boas. (AMADO, p. 35-36, 2009).

Mago lembra ainda que não podia andar por toda escola, tinha um limite de espaço. Só podia circular em locais da escola que houvesse perto um professor, um porteiro, a diretora, qualquer pessoa que pudesse observá-lo, mas não era uma companhia que fosse conversar com ele, saber de sua história. Era uma presença silenciosa, *“só para vigiar mesmo.”* Portanto, O menino Mago é compreendido como socioeducando que precisa ser acompanhado, vigiado, controlado, docilizado, classificado, ordenado e esquadriado, confirmando as contribuições de Foucault (2013).

Eis um convite, o mesmo convite que o menino Mago fez durante a entrevista. Ele apontou em silêncio para uma das imagens pintadas nas paredes do CREAS. A seguinte:

Figura 8. Mensagem pictórica do Menino Mago.



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

E repetiu o que estava escrito na imagem, “pare um instante”. Nesse momento fui presenteada com um rap feito na hora por ele.

*“Tem gente que agora me escuta
Mas presta atenção que no mundo tem muito f....
Quando eu cai só minha mãe estendeu a mão
Mas não chora não, mundão
Eu já dei a volta por cima
O que eu tive foi uma briga com meu sogro
Mas veja só quem quer saber
Me tacaram foi uma medida
A tal da PSC
Eu não uso droga
Não sou bandido
Não roubei nenhum trabalhador
Na época eu só tinha dezesseis
adolescente, pobre e preto
Tudo pra os doutor botar defeito
O que mudou não foi muita coisa
Porque eu continuo sendo a mesma pessoa boa
Só passo o recado
A ideia é uma só
Veja bem quem tá do teu lado.”
O menino Mago.*

O menino Mago não quis assistir o vídeo sobre a Maioridade Penal e Direitos Humanos que faz parte da entrevista, o que foi oportunidade de respeitar o seu não, dele já estar a vontade, livre, para dizer o que pensa. E, sorrindo saiu da sala dizendo “*a senhora já tem muita coisa pra escrever.*”

Dos quatro adolescentes que fomos presenteados com suas memórias associadas às vivências da PSC, todos apresentaram defasagem escolar, com distorção idade x série, vinham de classes pobres e provinham de lares cuja subsistência vinha das mulheres (mães/avós), sendo que para todos o cumprimento da PSC foi a ponte para acessar (ao menos repensar) direitos fundamentais até então violados, tais como escolarização, saúde e lazer. Por falar em re-pensar vamos nos aproximando dos alcances da pesquisa através das descobertas e contribuições.

CONSIDERAÇÕES NEM SEMPRE FINAIS DAS DESCOBERTAS

“Vim feliz e nua de certezas para esta pesquisa.

Ela também se inconclui assim.”

A pesquisadora.

Foram resultados animadores: os meninos estavam descobrindo junto a pesquisadora. Descobri muitos meninos dos dedos verdes. Uma metáfora incentivada pela obra *O menino do dedo verde* de Maurice Druon. Nela, há um personagem chamado Sr. Trovões, com temperamento explosivo devido a um longo convívio com toda espécie de canhão, era o homem da ordem. Num dado momento, o Sr. Trovões, ao ministrar uma aula, muito bem preparada, sobre cidade, pergunta o mais importante nela. A resposta que escuta: O jardim. Mas, logo com voz de trovão, gritando, corrige que o mais importante numa cidade é a ordem e que para mantê-la é necessário punir a desordem. Gerando uma dúvida: será que é preciso tanto barulho para manter a ordem? O Sr. Trovões continua, você sabe o que é a ordem? A resposta que escuta: que a ordem é quando a gente está contente. Esta resposta, todavia, não satisfaz o Sr. Trovões. Que explica que as pessoas que espalham a desordem devem ser castigadas, serem postas na cadeia, uma parede cinzenta sem uma única janela, paredes tristes e atrás dela, outras paredes tristes, com grades de ferro para evitar que os prisioneiros fujam. Mas, uma voz ecoou na aula que se a cadeia não fosse tão feia, talvez eles tivessem menos vontade de fugir e que aprenderiam bem mais depressa se o lugar não fosse tão feio!

Atrás das grades, prisioneiros caminhando em rosa, de cabeça baixa e sem dizer palavra. Pareciam terrivelmente infelizes, com a cabeça raspada, as roupas listradas e os sapatos grosseiros. –O que eles estão fazendo? –Estão em recreio – disse o Sr. Trovões. “Imaginem!” Se o recreio deles é assim, o que serão as horas de aula! Esta prisão é mesmo muito triste. Sentia vontade de chorar, e não disse uma só palavra no caminho de volta. O Sr. Trovões interpretou esse silêncio como um bom sinal e pensou que sua lição de ordem começava a produzir frutos. Mesmo assim, escreveu no caderno de notas do aluno: É preciso vigiar de perto este menino; ele pensa demais! (DRUON, adaptado, p. 46-47, 1980).

Assim, Victor, Acinho, Ivan e Mago ficaram com dedos verdes, com um poder a partir do momento que os vi fazendo perguntas a si mesmos do que tinham vivenciado na medida socioeducativa. A repensar até mesmo a educação, as atividades tristes, sem graça, os castigos, o ócio, e que poderiam aprender bem mais se a Prestação de Serviços à Comunidade, embora medida em meio aberto, não tivesse lá seus enclausuramentos.

Compartilhando os achados

Pedro Bala (o menino Victor), João Grande (o menino Acinho), Sem Pernas (o menino Ivan), Pirulito (o menino Mago), descobriram as atividades que vivenciaram enquanto cumpriram à medida de Prestação de Serviços à Comunidade. Eles tinham passado pela medida como um raio, esta pesquisa promoveu a partir das memórias suscitadas a observar a medida de outro ângulo, passando por ela como quem sente a chuva. Mais devagar, lavando. Eis as atividades que os meninos se lembravam de terem vivenciado:

Quadro 3. Atividades de PSC trazidas nas memórias dos meninos.

Victor	Acinho	Ivan	Mago
Atendente (recepção).	Portaria da escola e conserto de ventiladores da instituição.	Ficava sentado de castigo. Organizava documentos e pastas.	No computador, marcando ficha.

Fonte: elaboração própria, 2022.

Num comparativo com as atividades/habilidades e competências sociais relatadas na construção do Plano Individual de Atendimento (PIA), para, a partir dele, direcionar o menino para cumprir a medida:

Quadro 4. Atividades de preferência dos meninos trazidas no PIA.

Victor	Acinho	Ivan	Mago
Habilidades de cortar cabelo e afinidade com a barbearia, bem como lutas maciais e o sonho de ser sargento do exército.	Habilidades para leitura, especialmente livros de história, gostaria de ser estoquista, trabalhar em supermercado.	Habilidades para leitura, principalmente romances. Uma ressalva consta de já ter feito curso de telefonia e conserto de celular. Enfatiza o amor por jogar bola.	Habilidades para vendas.

Fonte: elaboração própria com base no PIA de cada um dos meninos, 2022.

Há um distanciamento entre as atividades de PSC trazidas nas memórias dos meninos e as atividades de preferência dos meninos trazidas no PIA ferindo o parágrafo único do ECA *“As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente”*. Daí, é crucial reconhecer que a ação socioeducativa permeia rastros da doutrina da situação irregular e menorista, pois teoricamente as medidas socioeducativas não são uma forma de castigar, mas podem ser vivenciadas dessa maneira punitiva. Percebeu-se através das entrevistas narrativas marcas de ócio, punição e não identificação pessoal com a medida. De tal forma, a narrativa foi o método de pesquisa e concomitantemente, o fenômeno pesquisado.

Bem como, não há na lei (ECA e SINASE) algo que ultrapasse os princípios e indicativos, e estruture, com riqueza, a configuração de um Plano Individual de Atendimento (PIA) que contemple estratégias de ação com possibilidades de agir no cotidiano enquanto projeto de vida.

Os meninos desta pesquisa através das memórias de suas vivências durante a PSC impulsionaram para que outras memórias fossem ressignificadas, memórias históricas que se aproximam do hoje em diversas vertentes. O menino Bernardino, de 12 anos, estampado no Jornal do Brasil em 1926, preso numa cela com adultos, por ter atirado tinta num cliente que se negou a pagar pelos seus serviços de engraxate e que sofreu toda espécie de violência nos auxilia a pensar o conceito de necropolítica de Achille Mbembe que, por sua vez, expande o conceito de biopoder de Foucault. Há muitos Bernardinos nas medidas socioeducativas em meio aberto também e, nem todos os adolescentes vivem enquanto sujeitos de direitos como deveriam, pois há um sistema desigual de morte.

E, quando nos deparamos com a sentença do ócio nas atividades da Prestação de Serviços à Comunidade há um confinamento. Para fomentar este debate não podemos apagar a luz do candelabro: luz de jovens negros e pobres da Chacina da Candelária. Que não precisaram nem do estigma de cumprir medida socioeducativa, apenas ser jovem negro e pobre representaram a violência descomunal. Como mortes também trazem renascimentos, um deles que seja protestar os altos índices de homicídios de adolescentes, como um desta pesquisa, o nosso Sem Perna, bem como, trazendo para o viés socioeducativo, discutir a questão da redução da maioria penal.

Os Crimes de Maio de 2006, em São Paulo, reflexo retrocedente do *“olho por olho dente por dente”* pelos ataques da facção criminosa PCC (Primeiro Comando do Capital), que mataram agentes públicos, entrepoliciais, guardas civis e policiais penais. Também houve um renascimento: o Movimento Mães de Maio, que representa uma das principais redes de luta por direitos humanos, direito à memória e contra as violências de Estado no país. Nas palavras das mães:

ao longo dos últimos 30 anos, mais de 1 Milhão de pessoas foram assassinadas no país. Neste período histórico ironicamente concomitante à redemocratização brasileira, houve um aumento de 127% no número de homicídios anuais no território nacional – dos quais a imensa maioria das vítimas é composta por jovens pobres e negros, conforme demonstram as diversas estatísticas correlacionadas no estudo. Verdadeiros números de guerra (MÃES DE MAIO, 2018, p. 127).

Então, onde está o poder necropolítico no contexto brasileiro? se faz visível no sistema carcerário, na população em situação de rua, nos aparthoids urbanos nas grandes e pequenas

cidades brasileiras, em dados relevantes, no genocídio da população negra que em sua maioria é jovem e masculina, na eclosão dos grupos de justiceiros, nos hospitais psiquiátricos, nas filas das defensorias públicas, nas urgências e emergências hospitalares, entre tantos outros lugares (LIMA, 2018, p. 28).

As medidas socioeducativas em meio aberto abraçam liberdades orientadas pela estrutura jurídica, muitas vezes de normalização disciplinar e por mecanismos reguladores do biopoder, por dispositivos de segurança, pluralizando as punições e formas de vigilância, mergulhadas no poder necropolítico. Poderes endurecidos pela rigidez em se considerar a justiça restaurativa, mediação de conflitos ou o abolicionismo penal.

A cultura da punição também prevalece quando profissionais que poderão trabalhar com a medida socioeducativa ou técnicos que já realizam o referido desempenho não estudam sobre medidas socioeducativas na graduação nem vivenciam formações continuadas nesse contexto.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (2018) sobre o perfil dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto no Brasil: 88% eram do sexo masculino; 46% tinham entre 16 e 17 anos; 31% entre 18 e 21 anos e, 949 adolescentes foram assassinados durante o período de acompanhamento da medida.

Outra preciosa descoberta da pesquisa faz referência a força das mulheres: Danúzia (mãe do menino Victor); Régia (mãe do menino Ivan); Flávia (mãe do menino Mago) e Viviane (mãe do menino Acinho). A única referência dos meninos: as mães.

Os meninos Ivan, Mago, Acinho e Victor apresentam, todos, a ausência da figura paterna. Todavia, mesmo a família se resumindo a figura da mãe e no caso do menino Victor também da avó, percebeu-se um forte valor dessa potência feminina. O menino Mago, mesmo, apresentava o nome da mãe tatuado no braço. E narrativas como *“minha mãe ficou triste, minha família toda, ficou desacreditada, porque eu nunca tinha me metido nisso não. Minha família acreditou em mim, ficou do meu lado, mas eles ficaram triste com a injustiça, com a situação né”* (Menino Victor), reafirmando, com essa fala, a importância da família no viés de construção de significados para o adolescente.

Outra descoberta foi que diálogo não é só fala, diálogo é escuta e, sobretudo, transformação. Especialmente, há a vivência desse aprendizado, quando o menino Mago traz durante a entrevista o seu rap. Ele ainda pergunta, *“a senhora sabe o que é ato infracional?”* E prontamente o menino Mago responde: *“É rebeldia, é revolta”*. Percebeu-se uma associação de ato infracional com afirmação de vida, de meio de sobrevivência e de subjetivação.

Quanto à medida socioeducativa de PSC, do modo que são trazidas pelos meninos, castram reflexões sobre seus direitos, o objetivo da atividade realizada, os sentidos de estar cumprindo uma medida, somando ao distanciamento cada vez maior da sua própria história, da sua realidade. Como desenvolver atitudes mais empáticas a partir de atividades mecânicas? Assim, a pesquisa foi gerando mais inquietações e novas perguntas. Como uma *“pesquisa sem fim”*.

Há uma constelação de realidades, mas do ponto que foi realizado a pesquisa de campo, a socioeducação, como está na lei, ainda não se efetivou ou resiste em condições precárias. Haja vista os inúmeros desafios narrados nas formas que lembraram das vivências da PSC, *“não sei porque tô fazendo isso, não aguento mais marcar ficha.”* (Menino Mago). É preciso dar sentido para as atividades de PSC e uma sugestão é que elas estejam sintonizadas com a vida dos meninos. Para isso, escutá-los é fundamental.

A escola enquanto local de cumprimento de medida remonta outras contradições do que os meninos pensam da escola: *“a escola é lugar de estudar.”* (menino Mago); *“a escola é lugar de aprender.”* (menino Ivan); *“a escola é lugar de aprendizado.”* (menino Victor); *“a escola é lugar de estudar”* (menino Acinho). Assim, a escola poderia ser um espaço para articular a rede, sendo potencialmente um fator protetivo. Já diz o termo SOCIO – EDUCAR. É preciso que o social dialogue mais com a educação. Antes de fazer da escola um espaço de cumprir medida, pensemos num ambiente carente de investimentos e que ainda não se fortaleceu na função básica de lugar de aprendizagens. O que pode ser posto na defasagem escolar, idades fora da série, em suma, a escola, como lugar mencionado no ECA, possível de se realizar a PSC possa ser questionado. Gera-se outra pergunta: como a escola se preocupa em construir memória?

Uma ressalva quanto ao questionários e entrevistas narrativas serem individuais, não significa, com isso, que voltavam para “o indivíduo”, este termo, inclusive, para Maffesoli (2006), não se é cabível já que se remete a uma modernidade falida. Podemos, então, compreender como “persona” se vindulando ao tempo presente o qual o ser *“desempenha diversos papéis no seio das tribos a que adere. A identidade se fragiliza. As identificações múltiplas, ao contrário, multiplicam-se”* (MAFFESOLI, p.26, 2004). Dessa forma, na dança da vida cotidiana, as pessoas se percebem através do outro, ou seja, *“cada um só existe no e pelo olhar do outro”* (MAFFESOLI, 2004, p.27). Assim, as entrevistas aos meninos Victor, Acinho, Mago e Ivan, respeitou tempos distintos³⁶, porém não se constituem de maneira

³⁶ Devido à condição de possível rivalidade.

fragmentária. As falas dos mesmos em relação à Prestação de Serviços à Comunidade se cruzam, mesmo eles não estando em grupo para realização da pesquisa.

Em relação aos objetivos desta pesquisa foi possível perceber que o conceito de PSC a partir dos meninos é distante do previsto no aparato legal (ECA e SINASE).

E, que a relação escola-CREAS é mais resumida a nível de obrigatoriedade no sentido do menino está estudando enquanto cumpre a medida, numa relação frágil que se rompe com o fechamento do ciclo da Prestação de Serviços à Comunidade.

Contribuições da pesquisadora e dos meninos para a Prestação de Serviços à Comunidade

O desafio é conciliar o direito de liberdade com o de proteção. Para isso, a sabedoria indígena é mais do que bem-vinda, aprender com que rompeu com a bolha comunista e respira fora dela. Para Tiriba (2020), a natureza não está em crise e sim a objetividade. Somos natureza e nela a cultura canta, dança, reverencia seres visíveis e invisíveis. Num paralelo reflexivo (re) pensamos as atividades de Prestação de Serviços à Comunidade, do quão distantes estão das conexões com os ventos, as marés, o fogo, as raízes e também afastadas da vida cotidiana dos meninos, das suas realidades e aptidões.

A pesquisa convida então, os saberes ancestrais, indígenas, as brincadeiras, para somar com as atividades de Prestação de Serviços à Comunidade. Pois, mais distante do que as atividades relatadas no PIA e as vivenciadas na prática da PSC, estão estas últimas da natureza. Em suma, as memórias aqui compartilhadas, que envolvem punição, castigo, coerção e medo, apontam a necessidade de mais estudos das vivências da PSC em outros municípios, bem como há uma abertura das possibilidades de avançar em aparatos que detalhem as atividades a serem desenvolvidas nesse contexto. Pelo avanço na arquitetura da Prestação de Serviços à Comunidade, para que fiquem, na prática, mais em sintonia com as habilidades/aptidões dos meninos como escrito no ECA e SINASE, e, também, que sejam tarefas que possibilitem uma aproximação com a natureza, lembremos, a medida é à comunidade. Nas palavras do menino Victor, nosso Pedro Bala: *“seria bom que as atividades de Prestação de Serviços fossem livres, assim, que nos dessem liberdade de expressão”*. Talvez aqui seja o início.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Pedro; TEIXEIRA, Ana Rita. **A intervenção socioeducativa em territórios marginalizados: agentes de desenvolvimento local ou da ordem escolar?** Centro de Estudos e Intervenção em Educação e Formação (CeIEF) Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Revista Lusófona de Educação. Lisboa, 2014.

AMADO, Jorge. **Capitães da Areia**. 41ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ARAGÃO, M Mallon Francisco Felipe Rodrigues de Aragão; MIRANDA, Humberto da Silva. **A relação entre a Escola e os/as Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto de Liberdade Assistida na Cidade do Recife/PE**. Conedu, VI Congresso Nacional de Educação, 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA1_1_ID15020_03102019200348.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2021.

ATAÍDE, M.A. **Um cidadão brasileiro**: o adolescente autor de ato infracional e a medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade. Dissertação (mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

BAKHTIN, M. **Problemas da Poética de Dostoiévski** (4a ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BARROS, Manoel. **O guardador de águas**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2017.

BARTIJOTTO, Juliana; TFOUNI, Leda Verdiani; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. **O ato infracional no discurso do Estatuto da Criança e do Adolescente brasileiros**. *Centro de Estudios Avanzados en Niñez y Juventud Cinde* - Universidad de Manizales. Colômbia, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.

BERGALLI, Roberto; CAVALCANTE, Augusto César da Luz. Da prestação de serviços à comunidade. In: CURY, Munir. **Estatuto da criança e do adolescente comentado**: comentários jurídicos e sociais. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 1992.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

BEZERRA, Selma Silva. Reflexões sobre colonialidade de gênero e letramento crítico em aulas no ensino médio. **Rev. bras. linguist. apl.**, v. 19, n. 4, p. 901- 926, dez. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbla/a/gRb7sBFLcQSWqfX6thRvHxz/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 20 set. 2021.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão**: causas e alternativas. 5.ed.

São Paulo: Saraiva Jur, 2017.

BONATTO, Vanessa Petermann. **Medidas socioeducativas em meio aberto: as possibilidades e limites da prática do orientador de medida**. Programa de Pós-graduação em Educação – Unesp. Rio Claro, 2019.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, 2002.

_____. Tecnologias do Eu. In: SILVA, Tomaz. Tadeu. da (org). **O Sujeito da educação: estudos Foucaultianos**. Ed Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BRANDÃO. Carlos R. **O que é educação**. 33ª ed. São Paulo:Brasiliense. 1995.

BRASIL. **Código Mello Mattos**. Decreto nº17 943-A de 12 de outubro de 1927. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/19101929/d17943a.htm#:~:text=DECRET%20N%C2%BA%2017.943%2DA%20DE,Lei%20n%C2%BA%206.697%2C%20de%201979.&text=4%C2%BA%20A%20recusa%20de%20receber,as%20do%20crime%20e%20desacato> Acesso em: 22 ago. 2021.

_____. Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. **Institui o Código de Menores**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6697.htm>. Acesso em: 22 ago. 2021.

_____. Lei nº 7209, de 11 de julho de 1984. **Altera dispositivos do Decreto Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal**, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/l7209.htm> Acesso em: 16 jun. 2021.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 13 jun. 2021.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília (DF), 2010.

_____. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. **Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)**, regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm>. Acesso em: 13 jun. 2021.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Cartilha Das Medidas Socioeducativas Em Meio Aberto**. Brasília (DF), 2018. Disponível em:

<https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/SNAS_Cartilha_Medidas_SocioEducativas_Web.pdf> Acesso em: 27 out. 2021.

BRAVO, R. S. **Técnicas de investigação social: Teoria e ejercicios.** 7 ed. Ver. Madrid: Paraninfo, 1991.

CAMERON, D. *et. al.* Introduction. In: CAMERON, D. *et. al.* Researching language: issues of power and method. **London:** Routledge, 1992.

CAMPOS, Cristiana Caldas Guimarães de; SOUZA, Solange Jobim. Mídia, cultura do consumo e constituição da subjetividade na infância. **Psicologia**, Brasília, DF, v. 23, n. 1, p. 12-21, mar. 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/T66qNV6pmdWVDyWzWxg6mdK/abstract/?lang>>. Acesso: 20 fev. 2022.

CAPRIOLI, Valquíria Aparecida Dias. **Expectativas sobre futuro e valorização da escola por adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.** Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Londrina. Paraná, 2016.

CARRIDE, Norberto de Almeida. **Estatuto da criança e do adolescente anotado.** Campinas: Servanda Editora, 2006.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et. al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2008 (Coleção Sociologia).

CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber às práticas educativas. **Coleção Docência em Formação: saberes pedagógicos.** 1ª edição – São Paulo, 2013.

CLANDININ, D. Jean; CONELLY, F. Michael. **Pesquisa narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa.** Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.

CONANDA. Resolução nº 119. (2006, 11 de dezembro). Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências. Brasília: **CONANDA.** Resolução nº 160. (2013, 18 de novembro). Aprova o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo. Brasília: CONANDA.

COSTA, C.G. **Revolução a revolução da vontade: jovem voluntário, escola solidária.** São Paulo: Fundação EDUCARD Paschoal, 2011.

COSTA, Antônio Carlos Gomes. Execução das medidas socioeducativas em meio aberto: prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida. In: ILANUD; ABMO; SEDH; UNFPA (orgs). **Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização.** São Paulo: ILANUD, 2006.

COSTA, R. P. & Alípio, S. Trabalho compulsório? O sentido do trabalho para os jovens que cumprem a Medida de Prestação de Serviço à Comunidade – PSC, **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del-Rei, 4 (2), p. 205-212, jul. 2010.

CHIMENTÃO, L.; REIS, S. *Beyond bureaucratic ethics in qualitative research involving human beings*. **Alfa**, São Paulo, v. 63, n.3, p.691-709, 2019.

CUNHA, Eliseu de Oliveira; DAZZANI, Maria Virgínia Machado. **A Escola e o Adolescente em Conflito com a Lei: Desvelando As Tramas De Uma Difícil Relação**. Educação em revista. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.

DAIUTE, Colette. **Narrative inquiry: a dynamic approach**. New York: Sage, 2014.

DIGIÁCOMO, I. A.; DIGIÁCOMO, M. J. **Estatuto da Criança e do Adolescente anotado e comentado**. Curitiba: Ministério Público do Paraná, 2013.

D'OLIVEIRA, Érika Pessanha. **A Gênese Do Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo (SINASE): Contradições E Dissonâncias No Campo Di Menor**. Doutorado em Educação na Área de Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte. Campinas, 2019.

DUARTE, André de Macedo. Heidegger e o pensamento contemporâneo da comunidade: para uma hermenêutica ontológica do ser-em-comum. **Ekstasis: Revista de Hermenêutica e Fenomenologia**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, v. 1, n.º 1, 2012. p. 62-81. Disponível em: <http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/Ekstasis/article/view/3813/2644> Acesso em: 22 nov. 2020.

DUARTE JR. João Francisco. **O sentido dos sentidos: a educação (do) sensível**. Curitiba: Criar Edições, 2001.

ESCANUELA, Paula de Castro. **A escolarização do aluno infrator: um estudo em duas escolas com alunos/adolescentes inseridos nas medidas sócio-educativas de Prestação de Serviços À Comunidade e Liberdade Assistida**. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política Sociedade – PUC. São Paulo, 2009.

ESPOSITO, Roberto. **Communitas: Origen y destino de la comunidad**. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

FERNANDES, Danielle Fagundes (org.). A persistência da teoria do criminoso nato de Lombroso na sociedade brasileira. **Jornal Eletrônico**. Faculdades Integradas Vianna Júnior. Edição especial, agosto de 2018. Disponível em: <<http://www.viannajr.edu.br/wp-content/uploads/2018/08/jornal2018/Art-4-Lombroso.pdf>> Acesso: 14 jul. 2021.

FERNANDES, Natália. Ética na pesquisa com crianças: ausências e desafios. **Revista Brasileira de Educação** [online]. 2016, v. 21, n. 66, p. 759-779. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782016216639>> Acesso em: 14 jul. 2021.

FERREIRA, Hugo Monteiro. Infância, violência na escola: diálogos e contextos. **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, Recife, Vol. II, N. 9, Ago/Dez, 2016.

FERREIRA, Guilherme Gomes & KLEIN, Caio Cesar (Orgs). **Sexualidade e gênero na prisão: LGBTI+ e suas passagens pela justiça criminal**. Salvador: Editora Devires, 2019.

FIGUEIREDO, L. C. Entrevistas. **Cadernos de Subjetividade**, São Paulo, v.5, n. 3, p. 18-20, 1995.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**/ UweFlick; tradução Joice Elias Costa. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

_____. **Vigiar e Punir** – Histórias da violência nas prisões. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GERMANO, I.; BESSA, L.L; Pesquisas narrativo-dialógicas no contexto de conflito com a lei: considerações sobre uma entrevista com jovem autora de infração. **Revista Mal-estar e subjetividade**, Fortaleza, v. X, n. 3, p. 995-1033, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

GONÇALVES, Liana Lemos. **A vez e a voz de adolescentes em prestação de serviços à comunidade na UFRGS: ato infracional e educação**. Programa de Pós-graduação em Educação – UFRGS. Porto Alegre, 2002.

GONÇALVES, Rebeca Lloyd; CORREA, Licinia Maria. Narrativas e tessituras adolescentes: metodologia e desafios de uma pesquisa(dora). Dossiê Temático: pedagogias em diferentes espaços educativos. **Dialogia**, São Paulo, n. 34, p. 167-184, jan./abr., 2020.

GREGORACCI, Liandra Maris. **O programa de medidas socioeducativas em meio aberto: vozes e vivências de adolescentes em conflito com a lei**. Programa de Pós-graduação em Educação – UFSCar. São Carlos, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 11ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p 90-113.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LOURENÇÃO, Elizabeth Soares Pinheiro. **Concepções de adolescentes autores de ato infracional sobre a escola**. Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP/Campus de Presidente Prudente, 2015.

LIBERATI, W. D. Execução de medida socioeducativa em meio aberto: Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida. In Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (Org.), **Justiça**,

Adolescente e Ato infracional: socioeducação e responsabilização (p. 366-396), 2006.

LIMA, R. B. Estudos Culturais E Literatura Oral: do Planejamento à Transcrição, Textualização e Transcrição. *SOUTH AMERICAN. Journal of Basic Education*, v. 4, n. 2, 2017. Disponível em: <[file:///C:/Users/DANII/Downloads/1054-Texto%20do%20artigo-3556-1-10-20171220%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/DANII/Downloads/1054-Texto%20do%20artigo-3556-1-10-20171220%20(1).pdf)> Acesso em: 25 out. 2021.

LIMA, Fátima. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 70, n. spe, 2018.

MÃES DE MAIO. Salve Mães de Maio. São Paulo: **Nós por nós**, 2018.

_____. Memorial dos nossos filhos vivos: Mães de Maio. São Paulo: **Nós por nós**, 2019.

MAFFESOLI, Michel. **A cultura pós-moderna**. Texto em mimeo. 1989.

_____. **A conquista do presente**. Por uma sociologia da vida cotidiana. Natal (RN): Argos, 2001.

_____. **A parte do diabo**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **O tempo das tribos**. O declínio do individualismo nas sociedades de massa. 4ª. edição – Rio de Janeiro: Forense, 2006.

_____. **Elogio da razão sensível**. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MAFFESOLI, Michel; ICLE, Gilberto. Pesquisa como Conhecimento Compartilhado: Uma entrevista com Michael Maffesoli. **Educação & Realidade**. Edu. Real., Porto Alegre, v. 36, n.2, p.521-532, maio/ago. 2011. Disponível em: <<file:///C:/Users/DANII/Downloads/20637-81553-1-PB.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2022.

MANZINI, E.J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina:eduel, p.11-25, 2003.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARQUES, Ana Paula Camargo. **O que pensam os adolescentes em conflito com lei sobre a instituição escolar**. Programa de Pós-graduação em Educação – UNISANTOS, 2010.

MARX, Karl. **Economia**. Paul Singer (org.); Tradução de Edgard Melagori *et. al.* São Paulo: Ática, 1982.

MASELLA, Marcio Alexandre. **A Inclusão do Adolescente Autor de Ato Infracional e A Rede de Proteção**: um olhar interdisciplinar. Programa de Pós-graduação em Educação -

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. Ed. Loyola, 2005.

MEIRELLES, D. S. O conceito de serviço, **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 26, nº 1 (101), p. 119-136, jan./mar. 2006.

MILANI, Janaina Ohlweiler. **A Educação escolar como medida socioeducativa de adolescentes em conflito com a lei: uma arqueogenealogia de suas condições de possibilidade**. Programa de pós-graduação em Educação. Mato Grosso do Sul, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.17, n.3, p. 621-626, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2016.

MIRANDA, Humberto da Silva. **A Febem, o código de menores e a “pedagogia do trabalho”** (PERNAMBUCO, 1964-1985). Projeto História, São Paulo, n.55, p.45-77, Jan.-Abr. 2016.

_____. **Nos tempos das Febems: memórias de infâncias perdidas** (Pernambuco/1964–1985). 2014. Tese. (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014.

MORELLI, Ailton José. **A criança, o menor e a lei: uma discussão em torno do atendimento infantil e da noção de inimputabilidade** (Tesis de Maestría). Universidade Estadual Paulista - UNESP/Assis, Assis, Brasil, 1996. Disponível em: <<https://www.aacademica.org/ailton.jose.morelli/7.pdf>> Acesso em: 22 jun. 2021.

NASCIMENTO, Eliane Maria Vasconcelos do. **Memória de Olinda: história, psicanálise paixão e arte**. Salvador: EDUFBA, 2009.

NETTO, Orestes de Oliveira. **Reabilitação social e escolaridade: um estudo sobre a relação da escola e as medidas sócio-educativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)**. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política Sociedade – PUC. São Paulo, 2008.

NOGUEIRA, Conceição. Análise (s) do Discurso: diferentes concepções na prática de pesquisa em Psicologia Social. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 24, n.2, 2008.

NUNES, Mirian Abreu Alencar; MOURA, Maria da Glória Carvalho. **Pesquisa-formação: diáde que permeia o exercício da docência em contexto socioeducativo**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, 2019.

OZELLA, S. (Org). **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003.

PASSETTI, Edson. **Sociedade de controle e abolição da punição**. São Paulo em perspectiva, v. 13, n. 3, 1999.

_____. **Curso livre de abolicionismo penal.** Rio de Janeiro: Revan, 2012.

PEREIRA, Juliana Gomes. **Manda o Juiz pra Escola no meu lugar pra ver se ele vai gostar:** Limites e Possibilidades da Inserção Escolar de Adolescentes em Conflito Com a Lei. Programa de Pós-graduação em Educação - PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2015.

PINTO, C. R. J. **Com a palavra o senhor Presidente Sarney:** ou como entender os meandros da linguagem do poder. São Paulo: Hucitec, 1989.

PINTO, William Vinicius. **Pedagogia Social e Socioeducação: concepções e significados das ações socioeducativas para os adolescentes em cumprimento de medida em meio aberto.** Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Nove de Julho (Uninove). São Paulo, 2019.

PRATES, Flávio Cruz. **Adolescente infrator:** a prestação de serviços à comunidade. Curitiba: Juruá, 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: **Colección Sur Sur**, 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf> Acesso em: 29 ago. 2021.

QUEIROZ, P. **Direito Penal:** parte geral(4ª ed.). Rio de Janeiro: LumenJuris, 2008.

REIS, S. Sentidos de letramentos em identidades de alunos professores de inglês: um estudo cognitivo-discursivo. In: REIS, S.; CAMPOS, A. G.; SILVA, J. O. Construções discursivas de identidades educacionais. Londrina: **EDUEL**, 2014.

RIBEIRO, Paulo Fernando Lopes. **De Menor A Adolescente: O Papel Da Escola Na Política Socioeducativa Do Rio De Janeiro.** PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – Ppgedu – UNIRIO. Rio de Janeiro, 2016.

RIBEIRO, S. L. S. & DE OLIVEIRA, P. R. Narrativas em rede: argumentos coletivos e histórias de vida na educação. **RIDPHE_R Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico- Educativo**, v. 4, p. 412-430, 2018. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ridphe/article/view/9702/5159>> Acesso em: 26 out. 2021.

RIBEIRO, F. M. L., & MINAYO, M. C. S. As mudanças na política brasileira de drogas: o avanço da lógica da justiça sobre a saúde. **Revista Cultura y Droga**, v. 25, n.29, p.17-39, 2020. Disponível em: <[http://vip.ucaldas.edu.co/culturaydroga/downloads/Culturaydroga25\(29\)_2.pdf](http://vip.ucaldas.edu.co/culturaydroga/downloads/Culturaydroga25(29)_2.pdf)> Acesso: 25 fev. 2022.

RIZZINI, Irene; SPOSATI, Aldaíza; OLIVEIRA, Antonio Carlos de. **Adolescências, direitos e medidas socioeducativas em meio aberto.** Cortez, São Paulo. 2019.

SALLES, Mione Apolinario. **(In) visibilidade perversa:** adolescentes infratores como

metáfora da violência. São Paulo: Cortez, 2007.

SANDOVAL, S. A. M. Algumas Reflexões sobre Cidadania e Formação de Consciência Política no Brasil. In M. J. SPINK (Org.). **A Cidadania em construção, uma Reflexão Transdisciplinar**. São Paulo: Cortez, 1994.

SILVA, Fabrine Leonard. **Atos Infracionais E Delitos em Contextos Escolares em Belo Horizonte e em Bogotá**. Programa de Pós-Graduação em Educação, Doutorado Políticas Públicas e Formação Docente, da Faculdade de Educação – UFMG. Belo Horizonte, 2019.

SILVEIRA, Sylvania Dellamora. **Matizes das significações do ato infracional da adolescência feminina em cumprimento de medida sócio-educativa no Programa de PSC - Prestação de Serviços à Comunidade da UFRGS** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-graduação em Educação – UFRGS. Porto Alegre, 2005.

SLAKMON, C. DE VITTO, R. C. P.; PINTO, R. S. G. **Justiça Restaurativa**. Brasília: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2005.

SOARES, Enílvia Rocha Morato. **A Avaliação Em Contexto Socioeducativo: Perspectivas E Desafios Na Escolarização De Jovens Em Conflito Com A Lei**. Programa de Pós-graduação em Educação– Doutorado em Educação – Universidade de Brasília. DF, 2017.

SOUZA, Juliana Cavicchioli de. **Medidas socioeducativas em meio aberto: a compreensão de jovens autores de ato infracional**. Programa de Pós-graduação em Educação – Unesp. Rio Claro, 2019.

TIRIBA, L.; PROFICE, CHRISTIANA C.; SCHLESINGER, MIGUEL T. A Terra em Pandemia: Povos Indígenas Brasileiros e suas (Derradeiras?) Infâncias. **Trabalho necessário**, v.18, nº 37, set-dez, 2020.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VAN BREDÁ, J.; MUSANGO, J.; BRENT, A. *Undertaking individual transdisciplinary PhD research for sustainable development*. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 17, n.º 2, p. 150-166, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1108/IJSHE-07-2014-0107>>. Acesso em: 08 out. 2020.

VATTIMO, Gianni. O belo como experiência comunitária. In: PAIVA, Raquel. **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

VIDAL, Alex da Silva. **Adolescentes em medida socioeducativa: um estudo sobre estigma**. Programa de Pós-graduação em Educação – UFRGS. Porto Alegre, 2014.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos superiores**. Org. Trad. José Cippola Neto *et. al.* 6a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

APÊNDICE A – Recomendações Oficiais publicadas no Diário Oficial da União referentes à PSC na Pandemia.

Acompanhamento de adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)

Art. 1º Recomendar às coordenações e equipes de referência responsáveis pelo atendimento aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade que elaborem relatório técnico fundamentado sobre a evolução do adolescente, a ser apresentado ao Juízo competente, conforme previsto na Lei nº 12.594/2012, a fim de sugerir:

I - a extinção da medida socioeducativa para aqueles adolescentes que tenham cumprido integralmente a medida imposta ou atingido os objetivos constantes do Plano Individual de Atendimento (PIA) de modo satisfatório; e

II - nos demais casos, a suspensão dos atendimentos presenciais e do comparecimento dos adolescentes aos locais designados para a prestação dos serviços, durante o período de distanciamento social para prevenção do contágio pelo novo Coronavírus, procedendo-se ao acompanhamento das medidas remotamente por telefone ou plataformas digitais que permitam videochamadas com os adolescentes e suas famílias.

§1º As equipes responsáveis pelo acompanhamento remoto dos adolescentes deverão estabelecer metodologia própria que seja adaptada ao monitoramento à distância, tendo o Plano de Atendimento Individual (PIA) como base técnica de atuação;

§2º Caberá ao sistema municipal de atendimento socioeducativo definir o órgão responsável por viabilizar o acesso dos(as) adolescentes aos instrumentos necessários a seu acompanhamento remoto;

§3º Superado o cenário de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19, caberá à equipe elaborar relatório técnico fundamentado sobre a evolução do adolescente durante o período de acompanhamento remoto, a ser apresentado ao Juízo competente para fins de avaliação quanto à necessidade de manutenção, extinção ou substituição da medida.

Art. 2º Recomendar às coordenações e equipes de referência responsáveis pelo cumprimento de medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade que:

I - priorizem a realização do primeiro contato com o (a) adolescente, de modo presencial, respeitando-se as medidas preventivas ao contágio pelo novo Coronavírus, constantemente divulgadas pelas autoridades sanitárias;

II - empreendam esforços para promover a atenção socioassistencial e dar os encaminhamentos possíveis para o cumprimento de medidas de proteção eventualmente aplicadas cumulativamente com a medida socioeducativa de PSC, sem prejuízo da implementação de outras medidas protetivas que se fizerem necessárias;

III - informem aos adolescentes e suas famílias sobre os procedimentos adotados pelo serviço de execução da medida socioeducativa e pelo Sistema de Justiça, enfatizando que o acompanhamento remoto da PSC pressupõe responsabilidade compartilhada do adolescente, de sua família e do serviço;

IV - realizem a sensibilização voltada à conscientização do adolescente e sua família acerca dos motivos das mudanças ocorridas no cumprimento da medida socioeducativa de PSC e as implicações e responsabilidades advindas do acompanhamento remoto;

V - orientem os adolescentes e suas famílias sobre os recursos pedagógicos e de comunicação à distância, que serão utilizados durante o acompanhamento remoto da medida socioeducativa; e

VI - prestem informações e suporte às Organizações da Sociedade Civil (OSC) parceiras designadas para a realização da prestação de serviços à comunidade.

Art. 3º Recomendar aos magistrados, com competência para a execução de medidas socioeducativas, a adoção de providências com vistas à redução dos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus, especialmente, a reavaliação de medidas socioeducativas de prestação de serviços à comunidade, para o fim de declarar:

I - a eventual extinção da medida, para aqueles adolescentes cujos relatórios técnicos tenham apontado para o alcance de seus objetivos no cumprimento do Plano Individual de Atendimento (PIA) e, por conseguinte, para a realização da finalidade da medida socioeducativa; e

II - a eventual suspensão dos atendimentos presenciais e do comparecimento dos adolescentes aos locais designados para a prestação dos serviços, durante o período de distanciamento social, procedendo-se ao acompanhamento remoto por telefone ou plataformas digitais que permitam videochamadas com os adolescentes e suas famílias.

Art. 4º Recomendar aos membros do Ministério Público, com atribuição para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto, que acompanhem as providências adotadas para a redução dos riscos epidemiológicos em observância ao contexto local de disseminação do vírus e analisem a possibilidade de reavaliação dos procedimentos referentes às medidas socioeducativas de prestação de serviços à comunidade, nas hipóteses dos incisos I e II do art. 3º, conforme as especificidades locais.

Fonte: RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 1, DE 9 DE SETEMBRO DE 2020.

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Eu, Daniella Lima Silva, aluna do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades – PPGEI da Universidade Federal Rural de Pernambuco e Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ, inscrita no CPF 060.521.764-58, sob a orientação do Professor Dr. Humberto Miranda, estamos convidando-o (a) a participar do estudo “PERCEPÇÕES DAS VIVÊNCIAS DOS MENINOS E MENINAS: Da Prestação de Serviços à Comunidade no Centro Histórico em Olinda. ”

A pesquisa é de suma importância para compreensão das atividades que na prática ocorrem na vivência da Prestação de Serviços à Comunidade na Escola dito pelo próprio (a) socioeducando (a).

Devido a Pandemia, COVID-19, a medida socioeducativa encontra-se suspensa desde março de 2020. Por tal razão, pensou-se em alcançar os (as) adolescentes que já cumpriram a medida através do questionário aplicado de forma presencial, tendo como espaço para aplicação do mesmo e também da entrevista, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do referido município, justificado pela referida unidade permanecer em funcionamento com as devidas medidas de segurança, bem como pela vulnerabilidade dos meninos e meninas no que remete a dificuldade de acesso à *internet*. E, pelo respeito às possíveis rivalidades entre participantes, considerou-se a escuta individualizada ao invés de técnicas como o grupo focal.

Quanto aos riscos, os mesmos são mínimos, podendo se caracterizar por lembranças negativas do momento em que vivenciou a PSC. Destacando que a qualquer momento o (a) adolescente pode desistir da pesquisa, se recusar a responder alguma pergunta e/ou solicitar explicação.

Será oferecido o benefício da escuta acolhedora e individual da experiência relatada pelos meninos e meninas da pesquisa acerca das vivências durante a Prestação de Serviços à Comunidade, sem julgamentos e respeitando todos (as) envolvidos, bem como à confidencialidade da pesquisa.

A pesquisa pretende alcançar aproximadamente 04 (quatro) adolescentes que já tenham cumprido a medida de Prestação de Serviços à Comunidade na Escola em 2019. Pois, o atual momento, 2020 está inviabilizado em razão da COVID-19. Nesse cenário pandêmico, o ano 2019 foi sinalizado por ser o mais recente. O quantitativo considerou um valor par visando apresentar igual número para gêneros feminino e masculino, bem como em consonância aos poucos adolescentes que realizaram a Prestação de Serviços à

Comunidade na escola nos últimos anos.

As perguntas estão dispostas em quatro blocos, são eles: 1) Perfil do (a) adolescente; 2) Aspectos familiares; 3) Aproximações com a Socioeducação. 4) O (a) adolescente e a Escola. Totalizando 20 (vinte) perguntas. Vale ressaltar que as respostas não serão avaliadas a critério de certo ou errado. Busca-se apenas saber e valorizar a sua compreensão e perspectiva. Informo que os dados obtidos serão utilizados apenas para fim da pesquisa, exclusivamente, para os estudos do Mestrado de Educação, Culturas e Identidades (UFRPE/FUNDAJ), bem como comprometo-me que a dissertação será apresentada para o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente de Olinda e junto aos (as) adolescentes e respectivas famílias que foram atendidos pelo Centro de Referência em Assistência Social do referido município (elaboração da autora, 2020).

Locale data _____

Assinatura da Pesquisadora

Assinatura do (a) Participante

APÊNDICE C – Questionário aos meninos e meninas que vivenciaram a PSC em Olinda em 2019.

Bloco 1. PERFIL DO (A) ADOLESCENTE
1) Qual o seu nome completo?
2) Qual sua idade quando cumpriu a medida de Prestação de Serviços à Comunidade na Escola em 2019?
3) Qual a sua cor? () Branca () Parda () Preta () Amarela () Indígena () Outra, qual: _____
4) Como você se identifica em relação a sua identidade de gênero? () Feminina () Masculina
5) Qual a sua identificação sexual? () Heterossexual () Homossexual () Bissexual () Lésbica () Gay () Travesti () Transexual () Outros. Qual? _____
6) É a primeira vez que cumpre medida socioeducativa? () Sim () Não. Qual a medida anterior e o ano que a cumpriu? _____
Bloco 2. ASPECTOS FAMILIARES
7) Quantas pessoas moram com você?
8) Quem são essas pessoas?
9) Quais as pessoas da sua família que acompanharam no ano de 2019 durante o seu cumprimento de medida Prestação de Serviços à Comunidade?
10) O que sua família representa para você?
Bloco 3. APROXIMAÇÕES COM A SOCIOEDUCAÇÃO
11) Com suas palavras, brevemente, qual a sua compreensão sobre o Estatuto da Criança e do

Adolescente?
12) O que você vivenciou ao cumprir a medida de Prestação de Serviços à Comunidade tem relação com o parágrafo abaixo? <i>As tarefas atribuídas foram conforme seu perfil durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis e não prejudicaram a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho (Art. 117 do Estatuto da Criança e do Adolescente, adaptado).</i> () Concordo () Discordo () Em partes
13) Quais as atividades que você realizou como Prestação de Serviços à Comunidade no ambiente escolar?
14) O que a Prestação de Serviços à Comunidade significou para você?
15) Como você avalia a sua Prestação de Serviços à Comunidade?
16) Em que o Centro de Referência Especializado de Assistência Social contribuiu para a sua vida?
17) Sinta-se à vontade para completar as frases abaixo: A Escola é lugar de _____ O CREAS contribuiu para _____ A Socioeducação é _____ Com a PSC aprendi a _____
Bloco 4. O (A) ADOLESCENTE E A ESCOLA
18) Qual a lembrança mais significativa do período (2019) que estava cumprindo a medida de Prestação de Serviço à Comunidade na escola?
19) Imagine a seguinte situação: o adolescente “Joaquim” está cumprindo Prestação de Serviços à Comunidade na escola. Seu amigo “Bruno”, da sua turma, não cumpre medida. Como será o olhar da escola para cada um dos dois meninos? Escreva, brevemente, a respeito.
20) Imagine a seguinte situação: <u>a</u> adolescente “Joana” e <u>o</u> adolescente “Joaquim” estão cumprindo Prestação de Serviços à Comunidade na mesma escola. As atribuições que a escola solicitará para Joana serão as mesmas que para Joaquim? Escreva, brevemente, a respeito.

Fonte: elaboração da autora, 2020.

APÊNDICE D – Roteiro de Entrevista Semiestruturada aos meninos que vivenciaram a PSC em Olinda em 2019.

Bloco 1. PERFIL DO (A) ADOLESCENTE
1) Como foi para você responder o questionário da última vez que nos encontramos? Gostaria de pontuar algo que foi refletido após aquele momento?
2) Qual o seu nome completo?
3) Qual sua idade quando cumpriu a medida de Prestação de Serviços à Comunidade na Escola em 2019?
4) Qual a sua cor? () Branca () Parda () Preta () Amarela () Indígena () Outra, qual: _____
5) Como você se identifica em relação a sua identidade de gênero? () Feminina () Masculina
6) Qual a sua identificação sexual? () Heterossexual () Homossexual () Bissexual () Lésbica () Gay () Travesti () Transexual () Outros. Qual? _____
Bloco 2. ASPECTOS JURÍDICOS E SOCIAIS
7) Como você recebeu a notícia que iria cumprir medida socioeducativa? Quais sentimentos você sentiu?
8) Explicaram o que é SINASE ou ECA? Lembra de terem mencionado sobre o Sistema Nacional de Medida Socioeducativa e / ou o Estatuto da Criança e do Adolescente? O que recorda a respeito?
9) Explicaram na audiência o que é medida socioeducativa? Se sim, o que você compreendeu?
10) Como foi seu acolhimento no CREAS? Quem o recebeu?
11) Você participa de algum programa social no município? Se sim, qual e o que faz?
Bloco 3. DEBATENDO A PSC

12) O que imaginava ser a Prestação de Serviços à Comunidade antes de a ter vivenciado, já era do seu conhecimento? E, hoje como você a percebe?
13) Qual (is) a (s) relação (ões) construída (s) com a sua comunidade após a vivência da PSC?
14) Como você relaciona trabalho e serviço comunitário? Na sua percepção, tem a ver?
15) A palavra Protagonismo vem da junção de duas palavras que significam principal e lutador. Quando falamos de Protagonismo juvenil, estamos falando, da ocupação pelos jovens de um papel central nos esforços por mudança social. Você se sente protagonista?
16) O que é ser adolescente hoje?
17) Vamos assistir um breve vídeo chamado MAIORIDADE PENAL E DIREITOS HUMANOS e depois fique à vontade para dizer como se sentiu e dar sua opinião. Link do vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=pyiHzXENplQ
Bloco 4. O (A) ADOLESCENTE E A ESCOLA
18) Porque você foi cumprir medida socioeducativa na escola? Porque a escola?
19) Quando chegou na escola o que foi conversado com você a respeito de sua participação no local?
20) Quais sentimentos envolvidos em realizar as atividades na escola?
21) O que eu não perguntei e você gostaria de falar. Sinta-se à vontade e desde já agradeço.

Fonte: elaboração da autora, 2021.

APÊNDICE E- Questionário do menino Acinho.

E, desde já, agradeço por possibilitar que a compreensão por quem já vivenciou a medida seja contemplada.

Bloco 1. PERFIL DO (A) ADOLESCENTE

1) Qual o seu nome completo?

WALLACE PAULO BARBOSA DOS SANTOS

2) Qual sua idade quando cumpriu a medida de Prestação de Serviços à Comunidade na Escola em 2019?

16

3) Qual a sua cor?

() Branca () Parda () Preta ☒ Amarela () Indígena

() Outra, qual: _____

4) Como você se identifica em relação a sua identidade de gênero?

() Feminina ☒ Masculina

5) Qual a sua identificação sexual?

☒ Heterossexual () Homossexual () Bissexual () Lésbica

() Gay () Travesti () Transexual

() Outros. Qual? _____

6) É a primeira vez que cumpre medida socioeducativa?

☒ Sim

() Não. Qual a medida anterior e o ano que a cumpriu? _____

Bloco 2. ASPECTOS FAMILIARES

7) Quantas pessoas moram com você?

3

8) Quem são essas pessoas?

ESPOSA FILHA É EU

- 9) Quais as pessoas da sua família que acompanharam no ano de 2019 durante o seu cumprimento de medida Prestação de Serviços à Comunidade?

VIVIANE MÃE

- 10) O que sua família representa para você?

TUDO

Bloco 3. APROXIMAÇÕES COM A SOCIOEDUCAÇÃO

- 11) Com suas palavras, brevemente, qual a sua compreensão sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente?

NUNCA OUVIR FALAR

- 12) O que você vivenciou ao cumprir a medida de Prestação de Serviços à Comunidade tem relação com o parágrafo abaixo?

As tarefas atribuídas foram conforme seu perfil durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis e não prejudicaram a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho (Art. 117 do Estatuto da Criança e do Adolescente, adaptado).

☒ Concordo () Discordo () Em partes

- 13) Quais as atividades que você realizou como Prestação de Serviços à Comunidade no ambiente escolar?

ADIRETORA MIM ENCINOU

MECHER COM VENTILADOR E SOU

FICAVA NA PORTARIA

NA ESCOLA

LIQUS DIRCEU VELOSO

14) O que a Prestação de Serviços à Comunidade significou para você?

E LEGAL

15) Como você avalia a sua Prestação de Serviços à Comunidade?

70 E NOTA

16) Em que o Centro de Referência Especializado de Assistência Social contribuiu para a sua vida?

AJUDOU REFLETIR
~~REFLETIR~~

17) Sinta-se à vontade para completar as frases abaixo:

A Escola é lugar de ESTUDAR

O CREAS contribuiu para APRENDER

A Socioeducação é ALGO QUE EDUCA

Com a PSC aprendi a APRENDER A REFLETIR MAIS

Bloco 4. O (A) ADOLESCENTE E A ESCOLA

18) Qual a lembrança mais significativa do período (2019) que estava cumprindo a medida de Prestação de Serviço à Comunidade na escola?

O MOMENTO MAIS LEGAL FOI A
DIRETORA MIN ENCIAR A MECHER
NOS VENTILADORES

19) Imagine a seguinte situação: o adolescente "Joaquim" está cumprindo Prestação de Serviços à Comunidade na escola. Seu amigo "Bruno", da sua turma, não cumpre medida. Como será o olhar da escola para cada um dos dois meninos? Escreva, brevemente, a respeito.

ACHO QUE NÃO TEM ~~RESPEITO~~
RECONCEITO

20) Imagine a seguinte situação: a adolescente "Joana" e o adolescente "Joaquim" estão cumprindo Prestação de Serviços à Comunidade na mesma escola. As atribuições que a escola solicitará para Joana serão as mesmas que para Joaquim? Escreva, brevemente, a respeito.

IA PASSAR UMA ATIVIDADE DIFERENTE

PAREI DE ESTUDAR NA 8 SÉRIE
NA ESCOLA ARGENTINA CASTELLO BRACO
EM 2076

TENHO VONTADE DE ESTUDAR
NÃO ~~VOLTEI~~ VOLTEI PORQUE TO TRABALHANDO
PARA SUSTENTAR MINHA FILHA

APÊNDICE F- Questionário do menino Victor.

E, desde já, agradeço por possibilitar que a compreensão por quem já vivenciou a medida seja contemplada.

Bloco 1. PERFIL DO (A) ADOLESCENTE

1) Qual o seu nome completo?

João Edilton Oliveira do Nascimento

2) Qual sua idade quando cumpriu a medida de Prestação de Serviços à Comunidade na Escola em 2019? *18*

3) Qual a sua cor?

() Branca ☒ Parda () Preta () Amarela () Indígena

() Outra, qual: _____

4) Como você se identifica em relação a sua identidade de gênero?

() Feminina ☒ Masculina

5) Qual a sua identificação sexual?

☒ Heterossexual () Homossexual () Bissexual () Lésbica

() Gay () Travesti () Transexual

() Outros. Qual? _____

6) É a primeira vez que cumpre medida socioeducativa?

☒ Sim

() Não. Qual a medida anterior e o ano que a cumpriu? _____

Bloco 2. ASPECTOS FAMILIARES

7) Quantas pessoas moram com você? *2*

8) Quem são essas pessoas? *Eu e minha mãe*

João Edilton Oliveira do Nascimento

- 9) Quais as pessoas da sua família que acompanharam no ano de 2019 durante o seu cumprimento de medida Prestação de Serviços à Comunidade?

MARIA DO CARMA E DANUZIA
VÓ MÃE

- 10) O que sua família representa para você? *minha base - tudo para mim*

Bloco 3. APROXIMAÇÕES COM A SOCIOEDUCAÇÃO

- 11) Com suas palavras, brevemente, qual a sua compreensão sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente? *não sou falar*

- 12) O que você vivenciou ao cumprir a medida de Prestação de Serviços à Comunidade tem relação com o parágrafo abaixo?

As tarefas atribuídas foram conforme seu perfil durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis e não prejudicaram a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho (Art. 117 do Estatuto da Criança e do Adolescente, adaptado).

() Concordo () Discordo (X) Em partes

- 13) Quais as atividades que você realizou como Prestação de Serviços à Comunidade no ambiente escolar? *Atendimento (RECEPÇÃO)*

fls. editadas de acordo com o

14) O que a Prestação de Serviços à Comunidade significou para você?

Significa aprendizado para se comunicar
com as pessoas

15) Como você avalia a sua Prestação de Serviços à Comunidade? *nota 10*

16) Em que o Centro de Referência Especializado de Assistência Social
contribuiu para a sua vida?

um lugar que eu tive
orientações boas de vida

17) Sinta-se à vontade para completar as frases abaixo:

A Escola é lugar de Aprendizado

O CREAS contribuiu para orientação

A Socioeducação é uma coisa de melhorar

Com a PSC aprendi a Socializar

Bloco 4. O (A) ADOLESCENTE E A ESCOLA

18) Qual a lembrança mais significativa do período (2019) que estava cumprindo
a medida de Prestação de Serviço à Comunidade na escola?

No primeiro dia da medida me senti
importante por estar realizando um
Trabalho para mim e para a comunidade
Seria reuniões gerais

plano de estudos e discussões de movimento

19) Imagine a seguinte situação: o adolescente "Joaquim" está cumprindo Prestação de Serviços à Comunidade na escola. Seu amigo "Bruno", da sua turma, não cumpre medida. Como será o olhar da escola para cada um dos dois meninos? Escreva, brevemente, a respeito.

Não senti preconceito na minha medida
Mas sei que existe

20) Imagine a seguinte situação: a adolescente "Joana" e o adolescente "Joaquim" estão cumprindo Prestação de Serviços à Comunidade na mesma escola. As atribuições que a escola solicitará para Joana serão as mesmas que para Joaquim? Escreva, brevemente, a respeito.

Tem divisão de serviços por sexo

Parei no segundo ano na escola
Tatayara, penso em voltar estudar
A dificuldade é o meu trabalho de barbeiro

~~João edictar edictar edictar~~

APÊNDICE G- Questionário do menina Ru.

E, desde já, agradeço por possibilitar que a compreensão por quem já vivenciou a medida seja contemplada.

Bloco 1. PERFIL DO (A) ADOLESCENTE

1) Qual o seu nome completo?

Ruanna Raica Parreira de Jesus

2) Qual sua idade quando cumpriu a medida de Prestação de Serviços à Comunidade na Escola em 2019?

18 anos

3) Qual a sua cor?

() Branca (X) Parda () Preta () Amarela () Indígena

() Outra, qual: _____

4) Como você se identifica em relação a sua identidade de gênero?

(X) Feminina () Masculina

5) Qual a sua identificação sexual?

(X) Heterossexual () Homossexual () Bissexual () Lésbica

() Gay () Travesti () Transexual

() Outros. Qual? _____

6) É a primeira vez que cumpre medida socioeducativa?

(X) Sim

() Não. Qual a medida anterior e o ano que a cumpriu? _____

Bloco 2. ASPECTOS FAMILIARES

7) Quantas pessoas moram com você?

3 pessoas

8) Quem são essas pessoas?

Eu, meu pai e minha mãe.

- 9) Quais as pessoas da sua família que acompanharam no ano de 2019 durante o seu cumprimento de medida Prestação de Serviços à Comunidade?

Mãe, Pai, cunhada, irmão.

- 10) O que sua família representa para você?

Minha base

Bloco 3. APROXIMAÇÕES COM A SOCIOEDUCAÇÃO

- 11) Com suas palavras, brevemente, qual a sua compreensão sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente?

Já ouvi falar, mas não sei nada sobre.
 Na família

- 12) O que você vivenciou ao cumprir a medida de Prestação de Serviços à Comunidade tem relação com o parágrafo abaixo?

As tarefas atribuídas foram conforme seu perfil durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis e não prejudicaram a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho (Art. 117 do Estatuto da Criança e do Adolescente, adaptado).

(x) Concordo () Discordo () Em partes

- 13) Quais as atividades que você realizou como Prestação de Serviços à Comunidade no ambiente escolar?

Na escola Guadalupe Alcazar, eu prestei serviços na biblioteca e na secretaria

14) O que a Prestação de Serviços à Comunidade significou para você?

Me ajudou a pensar diferente e não agir por impulso

15) Como você avalia a sua Prestação de Serviços à Comunidade?

Foi excelente pois tive apoio de professores e do diretor.

16) Em que o Centro de Referência Especializado de Assistência Social contribuiu para a sua vida?

Foi um local de melhor convivência.

17) Sinta-se à vontade para completar as frases abaixo:

A Escola é lugar de estudar, conversar, fazer novos amigos

O CREAS contribuiu para meu futuro, e poder ter pensamento diferente.

A Socioeducação é uma coisa.

Com a PSC aprendi a pensar diferente.

Bloco 4. O (A) ADOLESCENTE E A ESCOLA

18) Qual a lembrança mais significativa do período (2019) que estava cumprindo a medida de Prestação de Serviço à Comunidade na escola?

Não tenho nenhuma lembrança especial, mas se tratava mais de uma rotina.

19) Imagine a seguinte situação: o adolescente "Joaquim" está cumprindo Prestação de Serviços à Comunidade na escola. Seu amigo "Bruno", da sua turma, não cumpre medida. Como será o olhar da escola para cada um dos dois meninos? Escreva, brevemente, a respeito.

É muito difícil outras pessoas olharem para os dois da mesma forma por conta do julgamento.

20) Imagine a seguinte situação: a adolescente "Joana" e o adolescente "Joaquim" estão cumprindo Prestação de Serviços à Comunidade na mesma escola. As atribuições que a escola solicitará para Joana serão as mesmas que para Joaquim? Escreva, brevemente, a respeito.

Tem uma diferença.
Na escola eu sou a Alcega que eu cumpria a medida tinha um papel que prestava serviços e que fazia outras atividades como (limpar e organizar o espaço).

Concluí o estudo em 2019.

APÊNDICE H- Questionário do menino Mago.

E, desde já, agradeço por possibilitar que a compreensão por quem já vivenciou a medida seja contemplada.

Bloco 1. PERFIL DO (A) ADOLESCENTE

1) Qual o seu nome completo?

Matheus Henrique Ribeiro Cavalcante Dias

2) Qual sua idade quando cumpriu a medida de Prestação de Serviços à Comunidade na Escola em 2019?

16

3) Qual a sua cor?

() Branca ☒ Parda () Preta () Amarela () Indígena

() Outra, qual: _____

4) Como você se identifica em relação a sua identidade de gênero?

() Feminina ☒ Masculina

5) Qual a sua identificação sexual?

☒ Heterossexual () Homossexual () Bissexual () Lésbica

() Gay () Travesti () Transexual

() Outros. Qual? _____

6) É a primeira vez que cumpre medida socioeducativa?

☒ Sim

() Não. Qual a medida anterior e o ano que a cumpriu? _____

Bloco 2. ASPECTOS FAMILIARES

7) Quantas pessoas moram com você?

2

8) Quem são essas pessoas?

Eu e minha esposa

9) Quais as pessoas da sua família que acompanharam no ano de 2019 durante o seu cumprimento de medida Prestação de Serviços à Comunidade?

minha mãe, Flávio

10) O que sua família representa para você?

Tudo

Bloco 3. APROXIMAÇÕES COM A SOCIOEDUCAÇÃO

11) Com suas palavras, brevemente, qual a sua compreensão sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente?

mais sei

12) O que você vivenciou ao cumprir a medida de Prestação de Serviços à Comunidade tem relação com o parágrafo abaixo?

As tarefas atribuídas foram conforme seu perfil durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis e não prejudicaram a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho (Art. 117 do Estatuto da Criança e do Adolescente, adaptado).

☒ Concordo () Discordo () Em partes

13) Quais as atividades que você realizou como Prestação de Serviços à Comunidade no ambiente escolar?

Trabalhei no computador, marcando lista

14) O que a Prestação de Serviços à Comunidade significou para você?

foi uma lição, teve mais vontade de aprender.

15) Como você avalia a sua Prestação de Serviços à Comunidade?

avalia como sendo boa.

16) Em que o Centro de Referência Especializado de Assistência Social contribuiu para a sua vida?

mãe mudou muito coisa mãe

17) Sinta-se à vontade para completar as frases abaixo:

A Escola é lugar de aprender

O CREAS contribuiu para mãe sei

A Socioeducação é mãe sei

Com a PSC aprendi a mãe sei

Bloco 4. O (A) ADOLESCENTE E A ESCOLA

18) Qual a lembrança mais significativa do período (2019) que estava cumprindo a medida de Prestação de Serviço à Comunidade na escola?

os dias de aprender

19) Imagine a seguinte situação: o adolescente "Joaquim" está cumprindo Prestação de Serviços à Comunidade na escola. Seu amigo "Bruno", da sua turma, não cumpre medida. Como será o olhar da escola para cada um dos dois meninos? Escreva, brevemente, a respeito.

Tem uma diferença que é a precariedade

20) Imagine a seguinte situação: a adolescente "Joana" e o adolescente "Joaquim" estão cumprindo Prestação de Serviços à Comunidade na mesma escola. As atribuições que a escola solicitará para Joana serão as mesmas que para Joaquim? Escreva, brevemente, a respeito.

não, as atribuições serão iguais

APÊNDICE I- Questionário do menino Ivan.

E, desde já, agradeço por possibilitar que a compreensão por quem já vivenciou a medida seja contemplada.

Bloco 1. PERFIL DO (A) ADOLESCENTE

1) Qual o seu nome completo?

JUANILSON BELARMINO DOS SANTOS

2) Qual sua idade quando cumpriu a medida de Prestação de Serviços à Comunidade na Escola em 2019?

18 ANOS

3) Qual a sua cor?

() Branca ☒ Parda () Preta () Amarela () Indígena

() Outra, qual: _____

4) Como você se identifica em relação a sua identidade de gênero?

() Feminina ☒ Masculina

5) Qual a sua identificação sexual?

☒ Heterossexual () Homossexual () Bissexual () Lésbica

() Gay () Travesti () Transexual

() Outros. Qual? _____

6) É a primeira vez que cumpre medida socioeducativa?

☒ Sim

() Não. Qual a medida anterior e o ano que a cumpriu? _____

Bloco 2. ASPECTOS FAMILIARES

7) Quantas pessoas moram com você?

2 PESSOAS

8) Quem são essas pessoas?

MÃE IRMÃ

- 9) Quais as pessoas da sua família que acompanharam no ano de 2019 durante o seu cumprimento de medida Prestação de Serviços à Comunidade?

MÃE DONA REGIA

- 10) O que sua família representa para você?

REPRESENTA TUDO MINHA VIDA

Bloco 3. APROXIMAÇÕES COM A SOCIOEDUCAÇÃO

- 11) Com suas palavras, brevemente, qual a sua compreensão sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente?

ALGO PARA ENSINA
AS PESSOAS NÃO ERRAM AIS

- 12) O que você vivenciou ao cumprir a medida de Prestação de Serviços à Comunidade tem relação com o parágrafo abaixo?

As tarefas atribuídas foram conforme seu perfil durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis e não prejudicaram a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho (Art. 117 do Estatuto da Criança e do Adolescente, adaptado).

☒ Concordo () Discordo () Em partes

- 13) Quais as atividades que você realizou como Prestação de Serviços à Comunidade no ambiente escolar?

ORGANIZAVA OS DOCUMENTOS
AS PASTAS E FICAVA SENTADO
DE CASTIGO

14) O que a Prestação de Serviços à Comunidade significou para você?

ENSINA E FICA DE CASTIGO SENTADO
ACEITANO AS PASTAS

15) Como você avalia a sua Prestação de Serviços à Comunidade?

NOTAL 10

16) Em que o Centro de Referência Especializado de Assistência Social
contribuiu para a sua vida?

FOI EXPEREENCIA BOA

17) Sinta-se à vontade para completar as frases abaixo:

A Escola é lugar de APRENDER

O CREAS contribuiu para AJUDAR

A Socioeducação é EDUCAR O JOVEM

Com a PSC aprendi a NÃO ERRA MAIS

Bloco 4. O (A) ADOLESCENTE E A ESCOLA

18) Qual a lembrança mais significativa do período (2019) que estava cumprindo
a medida de Prestação de Serviço à Comunidade na escola?

AS PERGUNTA A PSICOLOGA DO CREAS
FEZ PARA MIM, ZEBROU MEU PAI

19) Imagine a seguinte situação: o adolescente "Joaquim" está cumprindo Prestação de Serviços à Comunidade na escola. Seu amigo "Bruno", da sua turma, não cumpre medida. Como será o olhar da escola para cada um dos dois meninos? Escreva, brevemente, a respeito.

NÃO VIVE ESSA EXPERIÊNCIA
ACRÉDITO QUE EXISTE DIFERENÇA

20) Imagine a seguinte situação: a adolescente "Joana" e o adolescente "Joaquim" estão cumprindo Prestação de Serviços à Comunidade na mesma escola. As atribuições que a escola solicitará para Joana serão as mesmas que para Joaquim? Escreva, brevemente, a respeito.

A MESMA COISA

PAREI, ESCOLA SENADOR PAULO GUERRA 8ª SÉRIE
HOJE 03 FEVEREIRO 2021 FUI NA ESCOLA
CÂNDIDO PESSOA E FIZ MINHA MATRÍCULA

APÊNDICE J – Carta de Anuência



MAIS CONQUISTAS PARA TODOS

Secretaria de Desenvolvimento Social
e Direitos Humanos – SDSDH

O Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que aceitaremos a pesquisadora DANIELLA LIMA SILVA a desenvolver o seu projeto de pesquisa “NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE FICAVA SENTADO DE CASTIGO”: Uma análise da medida socioeducativa em meio aberto Olinda (2019) que está sob a coordenação/orientação do professor Dr. Humberto da Silva Miranda cujo objetivo é Analisar as percepções dos meninos que vivenciaram a Prestação de Serviços à Comunidade no Centro Histórico de Olinda – PE, em 2019, no Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS/Olinda, localizado na Rua Professor José Candido Pessoa, 1343, Bairro Novo, Olinda-PE.

Olinda, 28 de julho de 2021.

Alexsandra Tavares

Alexsandra Tavares
Supervisora MSEMA/CREAS-Olinda
Mat.62.583-3

Alexsandra Tavares
Assistente Social
CREAS-PE 8074 / 4º Região

Av. Presidente Getúlio Vargas | 536 | Bairro Novo | Olinda | PE
CEP 53.030-010 | PABX: (81) 3429.6777
www.olinda.pe.gov.br | desenvolvimentosocial@olinda.pe.gov.br

Digitalizado com CamScanner